

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Ecos na casa-grande: o pensamento escravista nos últimos anos da escravidão
(1883-1888)**

Fernando de Britto Falci

**Dissertação do curso de mestrado
no Programa de Pós-Graduação
em História da UFF, orientado
pelo professor Humberto
Fernandes Machado.**

NITERÓI
Março/2015

F178 Falci, Fernando de Britto.

 Ecos na casa-grande : o pensamento escravista nos últimos anos da escravidão (1883-1889) / Fernando de Britto Falci. – 2015.

 113 f.

 Orientador: Humberto Fernandes Machado.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

 Bibliografia: f. 108-113.

 1. Abolição da escravatura, 1888. 2. Escravidão. 3. Segundo reinado, 1840-1889. I. Machado, Humberto Fernandes. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.04

Índice

<i>Resumo</i> -----	4
<i>Agradecimentos</i> -----	6
<i>Introdução</i> -----	8
<i>Capítulo 1—Inimigos internos</i> -----	20
1.1) <i>Um abolicionista no paço?</i> -----	26
1.2) <i>Os abolicionistas nos jornais e nas ruas</i> -----	40
<i>Capítulo 2—Os ecos do medo</i> -----	54
2.1) <i>A rebelião cativa e os senhores</i> -----	57
2.2) <i>O desgoverno invade o trabalho</i> -----	75
<i>Capítulo 3—Chagas do passado. Promessas de futuro?</i> --	83
3.1) <i>Qual trabalhador?</i> -----	89
3.2) <i>Um epílogo?</i> -----	104
<i>Conclusão</i> -----	110
<i>Fontes e bibliografia</i> -----	112

Resumo

Este trabalho disserta sobre as diversas reações escravistas à decadência da escravidão no contexto circundante às leis dos Sexagenários (1885) e Áurea (1888). E, junto a isso, dos argumentos a favor de indenizações aos senhores, das denúncias de descontrole sobre a escravaria e do movimento abolicionista movida pelos defensores dos interesses senhoriais na imprensa e no parlamento. Partindo do pressuposto que nessa época não era possível defender abertamente a escravidão, já que condenada em larga medida não só pelo liberalismo herdeiro do iluminismo (tido como modelo de civilização pelas classes dominantes imperiais), mas igualmente pelas novas teorias científicas europeias do final do século XIX. O discurso estudado se apropriava de elementos dessas ideias e as juntava com elementos do pensamento escravocrata tradicional. Com essa mistura que eles propunham suas alternativas, confrontavam seus adversários, enfrentavam o movimento abolicionista e expunham seus temores de um eventual descontrole sobre os escravos e os libertos. Os temas focados são as reações à ascensão do movimento abolicionista e ao aumento da rebeldia escrava, além das expectativas e previsões sobre a inserção do liberto no mercado de trabalho.

Palavras-chave: abolição; escravidão; Brasil império.

Abstract

This paper talks about the various conservative's reactions to the decay of slavery in the surrounding context to the laws of the Sexagenarians (1885) and of the Abolition (1888). And, next to it, the case for compensation to you, the reports of lack of the slaves and the abolitionist movement moved by advocates the noble interests in the press and in parliament. Assuming that at that time was not openly defend slavery, since convicted in large extent not only by the heir of the Enlightenment liberalism (taken as model civilization by the imperial ruling classes), but also by new theories European scientific the late nineteenth century. The studied speech appropriated to elements of these ideas and joined with elements of the traditional slave thought. With this mixture they proposed alternatives, confronted their opponents, faced the abolitionist movement and exposed his fears of a possible lack of slaves and freedmen. The areas included are the reactions to rise of the abolitionist movement and the increase of the slave rebellion, beyond expectations and forecasts of the insertion of the free labor Market.

Key-words: abolition; slavery; Empire of Brazil.

Agradecimentos

Esta parte do trabalho é sempre a mais difícil pela escassez de folhas, comparada a abundância de nomes. Se algum foi deixado de fora, aqui vai o agradecimento junto com as desculpas.

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi, na fase de iniciação científica, apoiada Fundação Carlos Chagas de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e, já no mestrado, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): às duas instituições agradeço pelo decisivo apoio para que eu pudesse concretizá-la.

Agradeço também a toda equipe do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, cujo empenho e profissionalismo fez possível estas e outras pesquisas. Agradeço também aos professores Larissa Viana, Luiz Fernando Saraiva e Marilene Rosa pela participação nas bancas de qualificação e defesa desta dissertação, onde as críticas e as dicas foram fundamentais para seu aperfeiçoamento.

Particularmente, gostaria também de agradecer ao meu orientador, professor Humberto Fernandes Machado, por ter, desde a iniciação científica até o mestrado, acreditado neste trabalho e em seu autor. Suas críticas, seus ensinamentos, suas correções, seu apoio e sua compreensão não só viabilizaram o trabalho como também ficarão para toda minha vida profissional como aprendizado e exemplo a seguir.

Felizmente, tenho uma série de amigos a quem queria agradecer pelo apoio durante não só o período do mestrado e não só nesta parte da minha vida: Gabi, Leonardo, Lucas, Cícero, Douglas, Alex, Tamiris, Phillipe, Tuanny e Andrew foram fundamentais para estas folhas ganharem vida.

E, por último, queria agradecer pelo apoio de toda vida de minha família: meu irmão Rodrigo, meu pai Sérgio, meus avós Hilda, Glorinha, Jaci e meu falecido avô Wadinho, meus tios Cacá e Cláudio, minhas tias Luísa e Mariléia e meus primos e quase irmãos Jairo, Guilherme e Heitor. Todos eles estão um pouco nessas folhas e em mim também.

Especialmente, e por fim, gostaria de dedicar este trabalho a minha mãe, Mara Regina de Britto, que infelizmente não está mais entre nós, mas cujo esforço, carinho e dedicação para com seus filhos e sua paixão pela leitura marcaram como exemplos para a vida toda. É dela mais do que ninguém este trabalho.

Introdução

Este trabalho aborda um assunto bastante tratado pela historiografia: a abolição da escravidão. Mais precisamente: as ideias e projetos das classes dominantes do Império do Brasil acerca das causas, alternativas e projeções com as quais lidavam com o fim cada vez mais próximo da instituição que durante três séculos sustentou seus privilégios. Esta instituição era a pedra sobre a qual não só esses privilégios se sustentavam, como também moldou as relações sociais da colônia e do país independente.

Para Emília Viotti da Costa: “Foi mais do que mão-de-obra, foi sinal de abundância. Época houve em que a importância do cidadão era avaliada pelo séquito de escravos que o acompanhava na rua. A legislação e o costume consagravam esse significado.”¹

O fim da escravatura no Brasil percorreu um processo tortuoso que começa com as primeiras tentativas de acabar com tráfico humano desde a África para o Brasil até a lei Áurea em 1888. Sendo que nosso país carrega a nada honrosa marca de ser o último do ocidente a extingui-la legalmente. Em linhas gerais concordamos com o resumo feito pela autora citada acima:

O processo abolicionista dependeu das possibilidades de transição para o trabalho livre, do tipo de economia e do nível de produtividade, da ação consciente dos que lutaram contra a escravidão e do grau de resistência dos setores mais dependentes do trabalho escravo.²

¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p.14.

² *Idem*, p. 19.

Essas condições se entrelaçam e se sobrepõem umas às outras quando pensamos o processo de transição para o trabalho livre. E tais condições e sua importância relativa tem sido objeto de intensos debates na historiografia da escravidão.

Ao estudar processos criminais envolvendo escravos na Corte, Sidney Chalhoub traz uma crítica ao que ele chama de “teoria do escravo-coisa”; segundo esta, a condição jurídica de propriedade (“coisa”) do cativo seria acompanhada de uma “coisificação” social e também a nível de auto representação dos próprios escravos, situação na qual eles “apenas espelhavam passivamente os significados sociais impostos pelos senhores.” O autor nesta observação contesta a Fernando Henrique Cardoso, porém este é tomado como representante de toda a chamada Escola de São Paulo.³

A visão desse autor acerca do processo de abolição é calcada em estudos que abordam o cotidiano das população escrava da capital e a visão que estes tinham das suas relações sociais, desde a perspectiva de que os cativos, forjando relações com os senhores que ficavam entre a passividade absoluta e a rebelião, criavam um espaço de tensão em que poderiam conquistar ganhos dentro ainda da ordem escravista, como a alforria, terras para seu usufruto, maior direito de locomoção etc.⁴

Em contrapartida, Jacob Gorender apresenta essas conquistas como complemento à violência que era o elemento essencial da dominação no escravismo. Ele não nega a existência desses ganhos (“incentivos”, conforme ele trata), porém deixa claro que o fator principal da dominação foi a violência e a ameaça dela. Mais ainda, a ênfase que alguns pesquisadores dariam a esses fatores paternalistas, daria margem a um entendimento “consensual” ou “contratual” da escravidão.⁵

³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.38. O livro de Fernando Henrique Cardoso contestado é *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Escola de São Paulo é a denominação de um grupo de pesquisadores, de perspectiva marxista e weberiana, que a partir do final da década de 1950 começa a desenvolver estudos sobre a escravidão contestando os paradigmas de Gilberto Freyre, entre eles Cardoso, Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Emília Viotti da Costa.

⁴ CHALHOUB, *op.cit.*, p. 22-23.

⁵ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991, p.19-24.

Esses dois, são apenas dois contendores em um debate que girava, no fundo, em torno do significado da escravidão para a sociedade brasileira e de seu sentido político dentro do contexto do centenário da abolição (tal debate começa na década de 1980 e ainda continua).

Para nós, sobre a questão posta acima, acreditamos que Gorender acerta em qualificar a violência como o central na dominação escravista, porém isso não desqualifica os benefícios como conquistas, pois essa interpretação apenas acentua o caráter de tensão permanente daquele sistema.

O fim da escravidão brasileira significou o fim de uma forma histórica de produção, que moldou a sociedade e como ela se relacionava com o mundo e o comércio exterior por mais de três séculos.

Para nós, como se verá, tanto o conceito de Modo de Produção Escravista Colonial, como o de Segunda Escravidão, tem uma grande força explicativa, tendo em vista que ambos conseguem sintetizar os condicionantes globais (para o primeiro o mercado mundial mercantilista dominado pela Europa na Idade Moderna e para o outro o capitalismo já maduro no mesmo continente) e os fatores internos (as diversas formas de mão de obra não assalariada, os mercados internos etc.)

Para Jacob Gorender, o modo de produção escravista colonial era específico das sociedades da América pós descobrimento e tinha como pressuposto a relação com o mercado mais amplo, que seria o europeu e, por meio deste, mundial. Contudo tal fator não significa que as sociedades americanas devam ser explicadas apenas por isso: faz-se necessário estudar a dinâmica interna dessas sociedades.⁶ Apesar do qualificativo “colonial”, o autor deixa claro que a vinculação não se dava por meios meramente ou preponderantemente políticos ou coercitivos, era um vínculo econômico que se

⁶ GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”, in. LAPA, José Roberto do Amaral, *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. Usaremos aqui para a maior parte da argumentação este texto, crendo que pode ser considerado sintético das posições mais centrais de Gorender e de claramente ser uma defesa das mesmas posições expostas na sua obra magna *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

manifestava para outras as esferas, políticas, ideológicas etc. Desta forma, o próprio autor nos deixa ver como essa construção teórica pode ser articulada com o conceito de Segunda Escravidão.

Segundo o autor, este modo de produção era voltado “para a extração do sobreproduto monetário”, e não para o consumo interno dos estabelecimentos como era na escravidão da antiguidade. Tendo, também diferente desta, uma alta produtividade e um alto nível técnico. Isto posto, ele “só poderia ser colonial, estruturalmente colonial, dado que a insuficiência insanável do seu mercado interno tornava-o necessariamente vinculado a um mercado externo em termos monopolistas”. Este mercado externo monopolista não se limita a Europa pré Revolução Industrial, estendendo-se para além do mercantilismo e se adaptando a fase plenamente capitalista do Centro mundial. E, dado que a dependência era essencialmente econômica, poderia sobreviver sem laços políticos, como que era o caso da dominação inglesa no século XIX.⁷ (O que não significa inexistência de coerção, vista em diversos casos, como o do fim tráfico negreiro para o Brasil.)

Muito bem. Tendo isso em mente, acreditamos que os processos de abolição, especialmente os tardios— Brasil, sul dos Estados Unidos e Cuba—, devem ser vistos dentro de uma dinâmica complexa em que subsistiram modos de produção forjados de forma dependente com o mercantilismo europeu (que pressupunha de controle político), mas que cresceram e se fortaleceram dependentes do capitalismo industrial europeu— relação de dependência que não necessitava e tinha como um embaraço o controle político. (O caso cubano parece fugir a isso, pois sua independência da Espanha só acontece em 1898, contudo recordemos que sua relação com a Espanha, desde a década

⁷*Idem*, pp. 54-55. Ciro Cardoso corrobora esta tese, quando diz que a “grande contradição” dessas economias era possuírem “setores produtivos altamente especializados” dentro das redes de comercialização globais, só que, no entanto, as formas de produção que se coadunam e que são funcionais para essas redes “implicavam um mercado interno muito reduzido”, de forma que essas economias “estavam na dependência de impulsos provenientes do centro econômico dominante, e não podiam auto-estimular-se”. Em CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”, in. LAPA, José Roberto do Amaral, *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

de 1810, não era baseada em um exclusivo comercial: havia uma abertura comercial mesmo que não completa.)

Para tanto, devemos insistir, por nossa responsabilidade, que a segunda escravidão pode ser inserida como uma *fase* pela qual passou o modo de produção escravista colonial quando o fator externo deixou de ser o mercantilismo e seu monopólio comercial tradicional, para o capitalismo industrial com o monopólio, por falta de concorrência, passa a ser da Inglaterra plenamente capitalista.

Dale Tomich, analisando a historiografia acerca da gênese do capitalismo, observa que, em grande parte, há a tendência de observar os dois processos de um ponto de vista isolado e pondo-os de forma esquemática, de modo que não se percebe nem as contradições internas do grande processo de expansão do capitalismo nem o papel que os sistemas onde imperava formas de trabalho não assalariadas tinham nesse processo.⁸

Tentaremos aqui, seguindo algumas das premissas deste autor, não entrar em esquematismos e analisar como esses fenômenos se construíram mutuamente dentro do processo maior que é a formação do sistema global da economia mundial capitalista. Devemos analisar a relação entre capitalismo e escravidão não como uma dicotomia insuperável, em que o primeiro no seu avanço extermina o outro, mas sim tendo em vista que o capitalismo se serviu de formas de trabalho não assalariada (servidão, escravidão, parceria etc.) na sua construção e estabelecimento. Cabe aqui dar a palavra ao autor:

A criação de um mercado mundial iniciada no século XVI pode ser entendida como o estabelecimento de uma rede unificada de produção e troca de mercadorias, variando no escopo e no grau de intensidade numa escala mundial —uma economia sócio-histórica distinta. (...) A produção é um atributo e um elemento constitutivo da economia mundial como totalidade histórica e social. Porém, evidentemente, não existe produção geral e indiferenciada, mas apenas ramos de produção particulares e produtores individuais cujas atividades e relações se organizam por meio de formas sociais distintas. Assim, na economia mundial moderna a produção e a troca de mercadorias unem múltiplas formas de trabalho e diversos grupos de produtores e, ao mesmo tempo, estabelecem condições específicas de interdependência material e social entre eles.⁹

⁸ TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 53-79.

⁹*Idem*, p. 70-71.

Um desses “ramos de produção particulares” que pretendemos analisar aqui é a escravidão do Novo Mundo, especificamente uma aquelas que se desenvolveram no decorrer da revolução industrial: a brasileira. Deixando claro o entrelaçamento entre essas expansões escravistas e a expansão capitalista. E, sobretudo, sem cair no erro de supor que o capitalismo (como ator histórico abstrato) acabou com a escravidão ou de pressupor o capitalismo como entidade a-histórica, que na sua ascensão pré-determinada estruturalmente supera as formas arcaicas com maior ou menor velocidade.¹⁰

Robin Blackburn afirma que não só os escravismos americano, cubano e brasileiro não foram engolidos pelas formas assalariadas de trabalho, como também foram “fortes e flexíveis o bastante para se aproveitarem das novas oportunidades de mercado apresentadas pelo colapso do mercantilismo colonial e pela demanda vigorosa de produtos das *plantations*”, já que o capitalismo necessitava de formas não assalariadas de trabalho para sua expansão e funcionamento.¹¹

Estes sistemas, através de suas inserções no mercado internacional de algodão (no sul dos Estados Unidos), de açúcar (Cuba) e de café (sudeste do Brasil), aumentaram suas produções, aproveitando-se não só da compra pelos países centrais, marcadamente a Grã-Bretanha, mas também de um entrelaçamento com seu capital. Ferrovias, fundamentais para a expansão das *plantations*, foram financiadas por empresários britânicos e empréstimos da City de Londres ajudaram na consolidação dos Estados que serviam de mediador dos mercados e garantia da ordem para os senhores, além de outros casos de exportação de capitais e aproveitamento de novas técnicas: navios à vapor, diversas máquinas à vapor para o beneficiamento das produções agrárias etc. Com esses dados, podemos ver que os processos econômicos não se davam apenas no binômio compra de manufaturados/venda de matérias-primas, mas também com o aporte no Novo Mundo de exportações de capitais excedentes, tudo dentro de profundas articulações que não podem ser pensadas de forma isolada.

¹⁰ Um simples dado (que não devemos tomar como única chave de explicação, mas que ilustra bem nosso ponto) é que entre 1770 e 1850, isto é, no período de auge da Primeira Revolução Industrial, foram traficados para as Américas mais de cinco milhões de cativos, mais do que nos séculos anteriores de domínio europeu sobre o continente. BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 586.

¹¹ *Idem*, p.580.

Articulações essas que não são apenas econômicas e sociais mas também políticas e ideológicas. Rafael Marquese, ao estudar manuais de administração de escravos dos séculos XVII, XVIII e XIX, conclui que a partir deste último a articulação entre a necessidade de sistematizar o conhecimento sobre disciplinamento do trabalho escravo e as novas ideias da economia política europeia permitem se falar de um “liberalismo escravista plenamente compatível com as ordens nacionais escravistas [...], e que representaria um caminho alternativo para a modernidade, contraposto ao liberalismo antiescravista”, que dominaria na “economia-mundo capitalista.”¹²

Obviamente, não é o caso de dizer que a ascensão do capitalismo em tempos de expansão da economia global não teve nenhuma influência nas abolições e nos movimentos antiescravistas, mas sim de pôr essa influência em termos concretos. A tese de Robin Blackburn sobre este ponto parece resolver essa problemática ao pôr outros atores em cena. O autor demonstra, através do estudo focado mais nos casos coloniais, como havia uma íntima relação entre as abolições e a correlação de forças na luta de classes mais geral na sociedade—levando em conta também as metrópoles. As mudanças ocorridas no bojo das sociedades europeias e americanas deu azo ao antiescravismo—nas suas mais diversas formas, desde as mais intelectuais até as mais populares e radicais—, de forma variada, de acordo com o nível das mudanças ocorridas, e os novos Estados criados com as revoluções burguesas e suas influências deram vez e voz a esses novos atores. A conclusão de Blackburn sobre isso é sintética: “a escravidão não foi derrubada por motivos econômicos, mas sim quando se tornou politicamente insustentável.”¹³

Muito bem. No caso brasileiro ela não se tornou insustentável de forma genérica. Uma determinada fração de classe interessada ainda no seu prolongamento não a pode mais sustentar: os latifundiários cafeeiros do Vale do Paraíba fluminense. Fração esta que Ilmar Mattos classifica como a que detêm a “direção intelectual e moral” da sociedade imperial, assumindo não apenas o controle de aparato de coerção, mas também do convencimento das outras frações da classe dominantes (plantadores de outras áreas,

¹² MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 381-382. Alfredo Bosi faz uma análise semelhante ao tratar do pensamento político brasileiro nos tempos do império, que veremos no capítulo 3. BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.212.

¹³ *Idem*, p.556.

mercadores etc.) e das camadas livres dominadas, através da imprensa, do espírito associativo e da difusão do modelo de civilização europeia.¹⁴ Não nos deteremos nessa questão, pois ela vai ser abordada de forma mais elucidativa no decorrer do trabalho. Vamos agora falar um pouco deste.

Trataremos brevemente do período final da escravatura, não pelo viés teórico ou historiográfico, porém sim pelos fatos legislativos, explicando os acontecimentos aos quais nos referimos na dissertação. Essa escolha se dá por um lado por acreditarmos que o debate historiográfico e teórico sobre o período já está no corpo e melhor explicitado no decorrer deste trabalho e por outro por ser necessário para o leitor algo para se referir e elucidar dúvidas sobre os acontecimentos e reviravoltas, que são muitas, apesar do curto período de quatro anos que nos focamos.

Pois bem. O começo da década de 1880 marca o início da campanha abolicionista de forma orgânica e nacional, sendo 1879 o ano da entrada de abolicionistas no Parlamento com Joaquim Nabuco. E 1884 o marco do movimento dos jangadeiros de Fortaleza, que desemboca na “abolição” na província do Ceará, acontecimento importante das lutas abolicionistas, que infelizmente não poderemos nos deter muito aqui.¹⁵

Em começos de 1884 é posto em pauta o chamado projeto Dantas, assim chamado por ter sido apresentado pelo gabinete liberal do senador Manuel Pinto de Souza Dantas— a primeira versão do que virá a ser a lei dos Sexagenários, previa a libertação dos maiores de 60 anos sem compensações aos proprietários, entre outras disposições para facilitar a emancipação, como a criação de uma tabela de valores para a libertação compulsória por apresentação de pecúlio (estabelecida pela Lei do Ventre Livre).

Os debates sobre esse projeto foram controvertidos e abrangeram dezessete meses, a queda de dois gabinetes (Dantas e Saraiva do qual falaremos abaixo). De acordo com

¹⁴ Para essa discussão de forma mais abrangente ver MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 169-170.

¹⁵ Para mais sobre o período e o movimento abolicionista no Ceará ver CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975, p. 207-221.

Robert Conrad, “o Projeto Dantas fora posto de lado de modo a produzirem uma lei ofensiva para os autênticos abolicionista.”¹⁶

O principal nó das discussões foi a questão das indenizações que não foram previstas para a libertação dos idosos no primeiro projeto. A reação escravocrata foi tamanha que conseguiu travar sua aprovação, forçar Dantas a pedir novas eleições para a Câmara, que este perde, assumindo esta Casa uma composição ainda mais refratária a reforma. Então, este projeto foi substituído pelo projeto Saraiva¹⁷, apresentado pelo presidente do conselho de ministros também liberal José Antônio Saraiva—o qual fixava um tempo de trabalho de mais três anos ou até os 65 anos do escravo como indenização, entre outras medidas amigáveis aos proprietários¹⁸.

Mesmo Saraiva não consegue passar a nova versão no Senado majoritariamente conservador. O imperador serve-se de suas prerrogativas para indicar o Barão de Cotegipe como presidente do Conselho de Ministros para que este articule a aprovação nessa casa. Para Robert Conrad, a lei Saraiva-Cotegipe vai ser uma derrota para os abolicionistas que os vai imobilizar até 1886, quando seria a “arrancada final” do movimento até a abolição.¹⁹

No espaço de 3 anos até a abolição final, essa “arrancada” não só dos abolicionistas (dentro e fora das senzalas) como também dos próprios escravos²⁰ se fez sentir sobre os senhores, sobretudo quando das fugas massivas na província de São Paulo e no Vale do Paraíba fluminense no ano de 1887²¹. Esse fenômeno social causou a mudança de posição dos parlamentares paulistas que, temerosos de uma perda total de controle sobre a força de trabalho, passaram para o lado abolicionista (inclusive com a

¹⁶ *Idem*, p. 256.

¹⁷ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p.161.

¹⁸ CONRAD, *op.cit.*, p.270-272.

¹⁹ *Idem*, p. 255-278.

²⁰ Para uma visão atual sobre a rebeldia escrava no contexto de desagregação do escravismo ver MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

²¹ Ver CONRAD, *op.cit.*, p.298-301;319-322. E também GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, p.72.

“concessão” da alforria condicionada à continuação dos libertos nas fazendas)²² e, dessa forma, possibilitaram a aprovação da abolição no começo da sessão legislativa de 1888.

Muito bem. Esse olhar do desenrolar legislativos da abolição (em suas duas últimas leis) foi necessário, pois nosso método de procura de fontes na imprensa e nos Anais parlamentares foi procura-las a partir das datas que marcaram a discussão delas no parlamento, discussão que se desdobrava na imprensa. Notamos que para argumentar sobre as leis os parlamentares ou autores da imprensa iam mais longe, fazendo análises históricas, sociais e econômicas da escravidão, o que constituiu riquíssimo material de pesquisa.

De fato, a maioria das fontes que trouxemos para este trabalho não falam apenas sobre as propostas legislativas em si, mas sobre suas visões gerais do processo, e através delas podemos ver as reações contra os setores livres defensores dessas reformas (e a questão do Estado imperial nessa conjuntura) ou da abolição imediata, assunto do capítulo 1, em que focamos mais nos debates de 1884 e 1885; a interpretação escravagista do aumento da rebeldia escrava na década de 1880, assunto do capítulo 2, em que focamos mais no período de aumento de fugas e insurreições em São Paulo, de final de 1887 até a abolição em 1888 (mas rebeldia vai ser um assunto que aparece difundido em todo o trabalho por conta de sua importância no momento); e as projeções da grande lavoura para o futuro da mão de obra, questão essa que atravessa todo o debate sobre o fim da escravatura, assunto do capítulo 3.

Os Anais parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado aparecem como fonte privilegiada, tanto por causa de nosso referencial nas leis, mas também porque o parlamento era local onde as classes dominantes travaram esse debate e onde socialmente o viam como legítimo.

A escolha dos jornais se deu por aqueles que a historiografia anteriormente já tratara como porta vozes dos setores escravocratas na imprensa. Neste caso se enquadra especialmente o *Jornal do Commercio*, mas também o *Novidades* que no período de 1887-1888 vai se focar em defender o ponto de vista da lavoura fluminense pelo prolongamento da escravatura e pela indenização aos senhores de escravos. Esses jornais, assim como outros que abordamos, são da Corte (capital e centro cultural e político, num

²²*Idem*, p.303;319-320.

sentido mais amplo, do país), cidade em que reverberavam os debates mais importantes da vida política brasileira e onde não por acaso esses setores contendiam diretamente com o abolicionismo e tentavam angariar apoios entre os outros setores livres.

Ao pesquisar nos jornais nos deparamos com duas excelentes fontes que escreveram séries de artigos sobre a escravidão, tendo como mote o projeto Dantas. Uma delas, o *Manual do Súdito Fiel ou Cartas de um lavrador a Sua Majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*, consiste em 12 artigos publicados no *Jornal do Commercio* e no *Diário do Brazil*, mais um “Prólogo—ao leitor” e um “Post-scriptum—ao Paiz”, em que, a partir do projeto, fala não só da conjuntura e de acontecimentos políticos, mas também aborda a questão da rebeldia escrava, do abolicionismo, do papel da Coroa e do Estado e de como deveria ser feita a emancipação.²³ Encontramos um desses artigos no *Jornal do Commercio* e depois o livro completo na Biblioteca Digital do Senado Federal, já digitalizado. De outra série de artigos chamada “A abolição e a fortuna pública”, apesar dos esforços deste pesquisador, não foram encontrados outros artigos em tempo hábil para introdução neste trabalho, o que de fato seria bastante enriquecedor, pois apenas o que foi trabalhado já trazia interessantes contestações ao movimento abolicionista e a ideia de transformar os cativos em servos de gleba (além do inusitado pseudônimo do autor, o Moçárabe do Século XII)²⁴, que analisaremos no capítulo 3.

²³ RODRIGUES, Antônio Coelho. *Manual do súdito fiel, ou, cartas de um lavrador a sua Magestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*. Rio de Janeiro: Typ. eLith Moreira, Maximino & C., 1884.

²⁴ *Jornal do Commercio*, 18 de Junho de 1884, p.2.

Capítulo 1

Inimigos internos

Estes grupos de demolidores que ora se congregam no país promovendo propagandas com o fim de abolir os escravos são os mesmos que na Rússia formam o partido niilista, na Alemanha o socialista, assim como na França o comunista.¹

A turbulenta década de 1880 pôs a sociedade em campos não muito bem diferenciados, dentre os quais se sobressaiam, na luta política, abolicionistas e escravistas. Destacavam-se, pois, na imprensa e no parlamento (isto é, em espaços do mundo letrado, que transbordavam para outros mundos), onde não havia espaço para o escravo como agente de sua própria libertação, mas sim para aqueles como seus guias, seja para a “desordem”, seja para uma transição pacífica entre os regimes de trabalho.

Este capítulo se destina a mostrar essa luta na sua maior parte no que se refere ao contexto de debate da lei dos Sexagenários, que oferece uma boa visão pelo extenso prolongamento dos debates (desde o começo de 1884 a meados de 1885).

Os jornais que podem ser chamados de escravocratas e outros que poderiam ser chamados de neutros, por não serem abolicionistas, mas veicularem opiniões escravistas ou conciliatórias com estas, inserem-se em um conflito dentro do mundo letrado que refletia mudanças sociais e conflitos inerentes à dissolução do regime de trabalho.

Aqui é importante pontuar o outro lado em luta—pelo menos no que tange às camadas mais próximas à ordem, dos principais interessados trataremos no próximo capítulo. Os diversos abolicionistas, com suas diferentes táticas, concepções interpretações etc., faziam parte da chamada “geração 1870”, analisada por Angela

¹*Anais da Câmara dos Deputados*, 25 de Agosto de 1884, p.121.

Alonso. Para a autora, os abolicionistas se incluíam num grupo que era heterogêneo, mas que compartilhava de um inimigo comum: a ordem Saquarema, cujo pensamento, no que tange à escravidão e à emancipação, é nosso objeto de estudo. A autora afirma:

O movimento intelectual da geração de 1870 não compartilha uma identidade, mas um antagonista. Trata-se de uma ação coordenada de contestação à tradição imperial e às instituições políticas que ancoravam a dominação saquarema.

A característica central do movimento não é, pois, nem seu caráter “cientificista”, “positivista” ou “liberal”. O movimento intelectual foi parte do processo político de contestação ao *status quo* imperial e não um fenômeno paralelo à vida política.²

Porém, este não seguia um fluxo e uma rotina de tática: “Suas vinculações coma a conjuntura são diretas.” De forma que:

Tanto sua propaganda doutrinária quanto sua ação obedeceram a um ritmo de ebulição e refluxo da conjuntura política, com a concentração de atividades e escritos nas horas cruciais em que o *status quo* imperial protelava ou reprimia o ímpeto por reformas.³

Tal atitude não era estranha aos escravocratas na imprensa, de modo que veremos que não apenas o fluxo dos escritos aumentam, mas também o tom e a tática mudavam atentando para a conjuntura sempre cambiante. De forma que, às vezes, se dava relevo ao abolicionismo ou à Coroa, suplicando a esta ou dependendo do caso ameaçando-a; aparecia que a emancipação (fugindo do epíteto de escravista) deveria acontecer, mas controlada pelos senhores(conforme veremos no terceiro capítulo).

Um cronista, em uma comparação com o panorama americano, diz que mesmo dois dos jornais tidos como “escravagistas” pela “propaganda” (isto é, pelos abolicionistas), o *Diário do Brasil* e o *Brazil*, não mereceriam tal alcunha se fossem comparados, em seus argumentos, com jornais similares dos Estados Unidos.⁴ Tal

² ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- império*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 323-324.

³ *Idem*, p.324.

⁴ RODRIGUES, *op.cit.*, p.6.

percepção se baseia no fato de que a escravidão no Brasil era defendida em termos mais brandos do que naquele país.

Eugene D. Genovese, em trecho pequeno mas cheio de significado, ao comparar a formação de uma ideologia declaradamente pró-escravista no sul dos Estados Unidos à não formação de uma congênere na América Ibérica e no Caribe, nos diz que o desenvolvimento de um pensamento como esse seria especialmente difícil entre os ibero-americanos, já que as concepções da Igreja Católica diziam ser a escravidão não natural, apesar de reconhecê-la e tolerá-la.⁵ Essa interpretação traz um elemento interessante para a análise, porém está longe de esgotá-la, já que não abrange fatores sócio econômicos das diversas formações sociais abaixo do Rio Grande, ficando apenas na análise do elemento ideológico, no caso especificamente sua face religiosa.

Diferentemente, Emília Viotti da Costa dá um panorama mais amplo, colocando em pauta questões como o controle social e racial e as repercussões das revoluções liberais burguesas no caso específico do Brasil. Para ela, como não houve aqui algo como a ideologia da independência americana para pôr em dúvida a legitimidade da escravidão e o controle social das elites se manteve, permitindo que elas mantivessem seus sistemas de clientela e patronagem, controlando a inserção de negros e mulatos na sociedade— controle que, durante o período colonial, permitiu “uma atitude tolerante perante a miscigenação”. Isso, mais o fato de não haver um abolicionismo forte, fez com que escravistas defendessem a escravidão “em termos moderados”, isto é, basicamente enfatizariam a dependência da economia brasileira da mão de obra cativa.⁶

Por trás desta discussão está um paradigma bastante discutido na historiografia sobre a escravidão: a suposta diferenciação entre uma escravidão mais branda e paternalista nos países de origem latina e uma mais dura e mercadológica nos países anglófonos.

David Brion Davis entra nessa controvérsia afirmando que muitas dessas questões vieram de abordagens apressadas de relatos de viajantes, que traziam claramente as

⁵GENOVESE, Eugene D. *The world the slaveholders made: two essays in interpretation*. Nova Iorque: Vintage, 1971, p. 99-100.

⁶COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p-361.

marcas do que as classes senhoriais pensavam sobre si, com um agravante para o caso brasileiro: a queima de boa parte dos registros sobre a escravidão na década de 1890, o que aumenta a relevância desses arquivos no leque de fontes disponíveis.⁷

Davis afirma, levando em conta que também os ingleses e seus descendentes poderiam reconhecer a humanidade dos cativos, que

Se uma forma de servidão capitalista de exploração era, às vezes, comum no Brasil e na América espanhola, e se os norte-americanos adaptavam-se, às vezes, ao modelo paternalista e reconheciam explicitamente a humanidade de seus escravos, é possível que as diferenças entre a escravidão na América Latina e nos Estados Unidos não fossem mais do que diferenças regionais ou temporais dentro dos próprios países. E uma conclusão como essa nos levaria a suspeitar que a servidão dos negros era um fenômeno único, ou *Gestalt*, cujas variações eram menos significativas do que os padrões de unidade subjacentes.⁸

O que Davis nos mostra é que muitas vezes em tal debate se dá excessivo relevo às diferenças entre os supostos “modelos” de escravidão anglo-saxão e latino, sem notar que as suas diferenças conjunturais e regionais não descaracterizam o fato de serem parte do mesmo modelo, cujos pressupostos essenciais são os mesmos.

Apesar do foco aqui serem os espaços privilegiados do mundo letrado (o parlamento e a imprensa), suas manifestações ecoavam pelas ruas, pois como afirmam Marco Morel e Mariana Barros, “as expressões manuscritas, verbais e gestuais (que não desaparecem após a consolidação da imprensa periódica)” tem importância “para a

⁷ Essa queima é imputada a Rui Barbosa, ministro da fazenda do primeiro governo republicano. Apesar de causar problemas para os historiadores, consideramos o motivo nobre: evitar que os latifundiários ex-donos de escravos pedissem indenizações pelas libertações ao novo regime. Ver esse debate em SLENES, Robert W. “O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX” *In Estudos econômicos*. Volume 13, nº1, janeiro/abril 1983, p. 117-149. A questão da indenização e suas vários significados no debate será aprofundada durante este trabalho.

⁸ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 255-262.

política vivida no cotidiano, numa sociedade caracterizada pela comunicação oral e visual.”⁹

Como Humberto Machado diz (no caso, para imprensa abolicionista, mas pode ser ampliado para a imprensa da Corte de forma geral), mesmo naquela sociedade com altos índices de analfabetismo, as ideias da imprensa conseguiam se difundir através da “publicidade” feita em voz alta nas ruas pelos vendedores. Desta forma, os debates do mundo letrado, mesmo numa perspectiva menos aprofundada, repercutiam entre outras camadas. Este era o caso da imprensa abolicionista e da imprensa em geral e pode indiretamente passar para as pessoas que não liam jornais os debates acerca da emancipação como um todo.¹⁰

Desta forma pode-se entender um dos modos pelos quais as discussões extravasaram os terrenos que eram designados para elas socialmente e tomar as ruas.

Essas manifestações podem demonstrar a existência ou um *ensaio* de sociedade civil, no sentido dado por Antônio Gramsci. Pensando desta forma, levamos em consideração que, apesar de críticos (abolicionistas, republicanos, escravistas etc.) ou da Coroa ou de um gabinete, compunham o que este autor chamou de “Estado ampliado” conjuga os aparelhos de repressão (polícia, exército etc.) e também os de convencimento (imprensa, associações de classe etc.). Isto é: a *coerção* e o *consenso*, que juntos são a essência do que o marxista italiano denominou de *hegemonia*.¹¹

Aqui estes conceitos tem interesse, pois conseguem nos mostrar como as classes dominantes não só tentavam atuar por meio do Estado na defesa de seus interesses, mas também tentavam combater pelo consenso social em torno de seus interesses, isto é,

⁹BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.12.

¹⁰MACHADO, Humberto Fernandes. “A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 171, n.448, 2010. Rio de Janeiro: O Instituto, 1839-.

¹¹GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

tentavam levar os diversos setores dominados a verem seus interesses particulares de classe como interesses de toda a sociedade. Isto numa luta cada vez mais acirrada com setores médios dominados descontentes, no nosso estudo particularmente os abolicionistas.

Os conceitos gramscinianos de sociedade civil, sociedade política, Estado ampliado, hegemonia, crise de hegemonia, que serão trabalhados neste texto, são conformados para formações sociais ocidentais, como chamadas por este autor. Isto é, são conceitos que dizem respeito a sociedades capitalistas plenas.

Porém, respeitando a conformação dos conceitos ao objeto de estudo e tomando cuidado para não cometer extemporaneidades, podemos usá-los para melhor conhecer a forma como se deu o processo político de desagregação da hegemonia do setor cafeeiro fluminense dos grandes agricultores escravistas, os Saquaremas, e de sua base econômica: o trabalho escravo.

Concordamos com Luís Fernando Saraiva e Théo Lobarinhas quanto à validade do uso de Gramsci para a compreensão do império. Os autores têm em mente a possibilidade de analisar não só os conceitos da forma em que foram concebidos pelo autor, mas também de ir a sua raiz para dar-lhes novos conteúdos e usos. Passamos a palavra a eles:

O resgate do aspecto material da *sociedade civil* seria a ‘ponte’ possível para relacionarmos as implicações políticas e sociais em uma economia e sociedade não-capitalista como a do Brasil Império ampliando o esforço de Ilmar Mattos.

Deste modo, ao recuperarem a concepção de Marx e Engels de sociedade civil como tudo aquilo que está diretamente ligado ao mundo econômico, os autores concebem a sociedade civil como expressão direta de interesses corporativos de segmentos de classe, conseguindo expressar não só o mundo econômico, mas também suas implicações políticas mais diretas¹². Neste trabalho, veremos, por exemplo, os Clubes da Lavoura e Associações Comerciais se posicionando em relação a questão da escravatura.

Fazendo destes últimos aparelhos um meio para luta política mais cotidiana, posta para o público letrado, mas de forma alguma limitada a este, os abolicionistas eram o alvo

¹² LOMBARINHAS, Théo; SARAIVA, Luiz Fernando. Compreender o império: usos de Gramsci no Brasil do século XIX. Texto não publicado, p 17.

preferencial dos setores mais reacionários, apesar destes também fazerem considerações sobre os potenciais de trabalhos dos libertos, sobre situação econômica da lavoura (a de café, especialmente), sobre a constante perda da legitimidade do domínio sobre os cativos etc.

1.1) Um abolicionista no paço?

Nesta seção temos por objetivo analisar a visão escravocrata do papel da Coroa no processo de emancipação, especialmente no que tange às discussões das leis controladoras e facilitadoras desse processo, tendo em vista a relação contraditória entre as frações dominantes, dentro das classes dominantes (isto é, os fazendeiros escravistas cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense) e o próprio Estado escravista, “encarnado” pela Coroa. Veremos aqui questões levantadas quanto se essas leis atendiam ou não aos interesses dos setores escravistas dominantes (“as classes produtoras”), mas também de como se operou um afastamento, que a primeira vista pode parecer maior do que efetivamente se vê nas fontes.

A relação entre a Coroa e a escravidão e com o fim desta, são ambíguas e não devemos desconsiderar a posição de classe daqueles que, em nossas fontes, estavam dedicados a protelar e controlar o fim da escravidão: isto é, se posicionavam com a classe senhorial escravista e, mais especificamente, com a fração fluminense e cafeeira desta.

Ilmar Mattos, usando Gramsci como base, nos diz que a fração Saquarema para se impor sobre toda a sociedade, fazendo suas demandas específicas de fração de classe aparecerem como universais, incentivou o associativismo das classes dominantes, de modo que conseguiram constituir-se não só naqueles que dominavam a máquina repressora do Estado, mas também naqueles foram capazes de imprimir uma “direção moral e intelectual” ao corpo social, desde às frações das classes dominantes por eles dominadas até os extratos mais marginalizados dos homens livres.¹³

¹³MATTOS, Ilmar, *op.cit.*, p.170.

Para o período que tratamos, veremos diversas formas destas associações: os Clubes da Lavoura, representavam diretamente ao Parlamento, sobre a questão da escravatura. De fato, e isso é importante, muitas vezes eles eram apresentados pelos próprios parlamentares, indicando uma relação direta entre os Clubes e os seus representantes.

Não é por acaso que veremos no decorrer deste trabalho diversas associações ou clubes da lavoura e do comércio representando e publicando na imprensa em defesa da propriedade escrava e de outros privilégios da grande lavoura. É notável que essas mesmas associações que serviram para a consolidação do império, em um outro momento venham a se contrapor a ele para garantir suas posições econômicas e sociais. Mas temos que levar em conta que

Assinalemos, por fim, o aprofundamento de uma política de Estado objetivando organizar a escravidão [...], política que não impedia que as contradições entre o proprietário e o governo se manifestassem, no momento de crise da instituição escravista.¹⁴

Devemos ter esse conflito entre a “organização” da escravidão e o domínio senhorial em mente quando refletimos sobre o papel do Estado na emancipação e na abolição, de modo que não caiamos na armadilha que muitas das nossas fontes possuem: a da existência de um Imperador abolicionista, que leva o Estado a fazer a abolição, passando por cima dos interesses das classes dominantes. Esse argumento é falacioso e muito diretamente ligado às questões da luta política conjuntural (o que veremos exemplificados abaixo); devemos nos afastar desta afirmação que não só estão nesses documentos, mas que se amplificou e foi incorporada aos livros didáticos de história e, por este meio, também a parte do imaginário nacional¹⁵.

Jacob Gorender abre um bom caminho para explicação dessa mitificação: ele aponta que a interpretação “enaltecedora” da Coroa, feita por historiadores monarquistas

¹⁴*Idem*, p.188.

¹⁵ Esse assunto é mais amplamente discutido em BARBOSA, Fabiany Glaura Alencar e. *A abolição da escravidão e modos de pensar e de representar a experiência passada: livros didáticos (1865-1918)*. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília: 2012, p. 89-120.

e não monarquistas, que teve grande divulgação em livros escolares, teve o “propósito ideológico de apagar da memória nacional o conteúdo revolucionário-popular das lutas abolicionistas”. “Revolucionário”, assim como a ideia de “revolução abolicionista” do autor, parece-nos um exagero, um uso elástico do conceito de revolução, porém a ideia deste propósito ideológico faz sentido levando em consideração o caráter racista, elitista e segregador de nossa sociedade.

O autor observa a este propósito que, tanto essas interpretações quanto às da chamada Escola de São Paulo, que privilegiava a ação “progressista” dos cafeicultores do Oeste paulista, desconsideram ou diminuem o papel do “abolicionismo urbano-popular” e da rebelião escrava.¹⁶

Devemos ter clareza de esses fatores (amplificados pela divulgação na imprensa) foram fundamentais para a pressão social que apressou o passo da abolição no Brasil, conforme salienta Robert Conrad, para quem a abolição só se consolidou em maio de 1888, da forma como se deu (imediata e sem indenizações), por causa das grandes fugas e insurreições escravas de 1887-1888 e da forte apoio social que as cercavam,¹⁷ como veremos no próximo capítulo.

Muito bem. Tendo isto em mente, nos remetemos ao estudo de Ilmar Mattos para termos uma ideia do que significava essa associação entre escravidão e o Estado imperial, hegemônico pelos “saquaremas”. Para ele, ela tem um “duplo desdobramento”: procurava colocar o Estado na “administração” e “organização” da escravatura, com isso penetrando nos domínios senhoriais, ou usando os conceitos do autor, pondo o Governo do Estado dentro do Governo da Casa, “limitando e ordenando o poder do proprietário” sobre o mundo do trabalho. O outro desdobramento era a sujeição dos interesses dos outros setores das elites (comerciantes, produtores para o mercado interno e exportadores não cafeicultores) aos interesses da fração hegemônica saquarema, plantadores escravistas exportadores e cafeeiros.¹⁸

¹⁶GORENDER, *op.cit.*, 1991, p. 143-144.

¹⁷CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 197, p.319-337.

¹⁸MATTOS, Ilmar, *op.cit.*, p188-189.

É importante frisar que Mattos analisa o contexto de auge da hegemonia Saquarema, na década de 1850. Importante não apenas metodologicamente, para não incorrerem em extemporaneidades, mas também para marcar que a década aqui estudada vê o desgaste desse bloco de poder hegemônico pelos saquaremas, com outras camadas deslocando seu apoio e novos atores políticos, como para parte da geração de 1870, entrando em campo contra essa hegemonia. Também há a questão da rebeldia escrava, que ganha primeiro plano e é fundamental para entendermos esse contexto.

Notemos que esse distanciamento aparente entre a fração de classe hegemônica e o Estado não pode ser visto como separação ou um “divórcio” entre o “rei” e os “barões”, como diz José Murilo de Carvalho¹⁹, pois dá-se a ideia de um Estado alheio à sociedade ou pairando sobre ela, imune às lutas de classes.

Em texto posterior, Carvalho aprofunda a tese e diz que se tratava não apenas de um divórcio, mas de uma longa tradição nacional e colonial de não procurar solucionar ou justificar a instituição escravista pela moral cristã ou pela filosofia, mas que procurava analisá-la por meio do pragmatismo e das necessidades da colônia ou da nova nação.

Para José Murilo de Carvalho, havia uma aproximação entre escravistas e abolicionistas num quesito: ambos viam a questão servil sob o ponto de vista da “Razão Nacional”, isto é, o que seria melhor para a nação, incluindo proprietários e, no caso dos abolicionistas, podendo ou não incluir os escravos e libertos. Isto vinha, de acordo com o autor, de uma longa tradição colonial e nacional de considerar a escravidão sob o ponto de vista do pragmatismo e não do ponto de vista de princípios:

Como não se tratava de uma questão de princípio, de questão ética ou religiosa, não se fazia, de um a defesa intransigente da escravidão, nem, de outro a proposta de abolição imediata e sem indenização [que surgiu apenas nos anos finais da instituição].²⁰

Partindo disto podemos propor que a própria Coroa não fugiu a essa tradição: no interesse das próprias classes dominantes encaminhou pragmaticamente a questão de forma a salvaguardar seus interesses contra a ebulição social nas ruas e nas senzalas.

¹⁹CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem— A elite política imperial/Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 232-234.

²⁰ CARVALHO, José Murilo. “Escravidão e razão nacional”, *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Consideramos que essa nação, exposta por Carvalho, tem seu conteúdo de classe, resguardar a ela também significa resguardar suas hierarquias, mesmo que isso significasse mudanças mais ou menos radicais, seja a abolição, seja a entrega do problema nas mãos proprietários ou a intervenção do Estado para organizar e guiar a emancipação.

Ricardo Salles, estudando a tramitação da lei do Ventre Livre, afirma que, mesmo visceralmente ligada ao escravismo, o topo da elite política imperial (Conselho de Estado e parte da Assembleia Geral) soube lidar com a diferença entre os interesses imediatos dos senhores de escravos (os quais eram manter o “fruto” da propriedade escrava, os filhos das cativas, entre outros privilégios diminuídos pela lei) com suas necessidades de manutenção e reprodução enquanto classe dominante (evitar o perigo de uma manutenção indefinida da escravidão tanto no que tange às rebeliões quanto no que tange a problemas internos, como no caso do fim do tráfico)²¹.

E aí podemos voltar a Coroa propriamente dita. Em boa parte de nossas fontes, tanto no caso da proposição, através da Fala do Trono de 1884, da reforma do elemento servil passada em 1885, tanto no da abolição sem indenizações em 1888, alguns dos mais encarniçados defensores dos senhores de escravos viam a monarquia como um inimigo, uma contraparte naquela luta política. Contudo, pelo próprio caráter conciliatório e pela própria natureza daquele Estado, estamos inclinados a ver no Estado imperial uma tentativa de controle de modo a não comprometer o controle social das classes dominantes e indo de encontro a seus interesses imediatos para ir ao encontro de suas necessidades de manutenção enquanto classe dominante, potencialmente ameaçada por novos atores sociais e pelo desgaste do escravismo, no exterior, em outras partes do país (como o nordeste já menos dependente da mão de obra cativa, sendo o perigo de uma guerra de secessão como a americana visto como uma problemática a mais²²), nas cidades e nas senzalas.

²¹SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

²² Sobre essa questão Emília Viotti da Costa expõe o seguinte: “Já se esboçava, nessa ocasião, a formação de dois grupos opostos: os representantes dos Estados do Nordeste favoráveis à

Ironicamente, um dos proponentes da tese do imperador abolicionista (ou manietado por estes, a fala varia no transcurso do livro) é um certo Súdito Fiel, pseudônimo de Antônio Coelho Rodrigues, que publica, em 1884, uma série de 12 artigos em forma de cartas abertas ao imperador, depois recolhidas em um livro²³, abordando a questão da reforma da escravidão e ditas mazelas por que passavam os senhores de escravos. Tais problemas pareciam referir-se mais aos plantadores de café do Vale do Paraíba fluminense, como o narrador ficcional apresenta ser. É importante notar que o próprio pseudônimo é uma das formas argumentativas pelas quais Coelho Rodrigues se punha como um conselheiro, vindo dos vitimizados setores produtores da sociedade, para tirar o imperador de seu descaminho e evitar que ele se perca ao se afastar desses setores.

O Súdito Fiel, como pode se ver até pelo formato de cartas dos artigos, colocava a figura do imperador como a principal responsável pela ascensão do abolicionismo e estes dois como os principais responsáveis pelo aumento da criminalidade escrava. O primeiro por indultar escravos condenados à morte por insurreição, com base na lei de 1835 (escrita em um outro contexto de rebeldia); o segundo por insuflar os cativos à revolta, ao penetrarem nas senzalas e dialogarem diretamente com eles.²⁴

Coelho Rodrigues inclusive narra um suposto caso em que membros da “confederação” (isto é, da Confederação Abolicionista, sediada na Corte), tentam levar seus escravos a assassinar sua família e se entregarem à polícia, o que não teria acontecido pois sua volta frustrou-os. Estava, logo antes, a procurar um escravo “asilado” na Corte— que conseguiu evitar a reescravização auxiliado, aparentemente, por membros

discussão do problema e os das lavouras do sul, correspondentes às regiões cafeeiras, interessados na manutenção do sistema.” Ver COSTA, *op.cit.*, 1998, p. 470.

²³RODRIGUES, Antônio Coelho. *Manual do súdito fiel, ou, cartas de um lavrador a sua Magestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*. Rio de Janeiro: Typ. eLith. de Moreira, Maximino & C., 1884.

²⁴*Idem*, p. 38.

da polícia—, que fugira ajudado e encorajado por abolicionistas, que teriam abalado a anterior paz na senzala do lavrador-cronista²⁵.

Uma constante, não apenas nesta fonte, como em quase toda a documentação, é a visão do escravo como incapaz de agir em protesto por si mesmo ou de dar a este sentido político, sem um insuflador abolicionista, visão que foi, de certa forma, incorporada a certa historiografia (trataremos desta questão no capítulo seguinte).

Bem. O quadro pintado pelo autor é bastante sugestivo do que ele via como maus, não apenas da escravidão, como da sociedade. Um monarca, abusando de sua prerrogativa constitucional (a de conceder comutação de penas), dava pretexto a aventureiros que penetravam nas fronteiras do domínio senhorial, levantando contra seus dominadores, aqueles que estariam em perfeita paz com estes anteriormente. Nesta argumentação a ação de d. Pedro II causaria instabilidade social, levando a uma quebra da ordem estabelecida, através da deslegitimação do domínio senhorial, por comutar penas que foram especificamente criadas para conter a rebeldia escrava e proteger os senhores e seus asseclas.

No caso falava das disposições do Código Criminal de 1835, que aboliu a pena de morte para todos os crimes, exceto para os escravos no caso de rebelião. Gizlene Neder mostra como, mesmo aqueles que eram radicalmente contra a pena de morte em outros casos (como o de crime político), votaram a favor dessa exceção, influenciados em parte pelo pensamento escravista mais tradicional, como pelo choque do aumento da rebeldia escrava na época (por exemplo, podemos citar a revolta de Manoel do Congo, no Vale do Paraíba e o Levante dos Malês, em Salvador).²⁶

Deve-se lembrar que essas comutações de penas são tidas como um problema por Rodrigues justamente por se darem num contexto de aumento da rebeldia escrava. Pode-se especular que, anteriormente, num contexto menos “perigoso”, era mais vantajoso para

²⁵*Idem*, p. 12-13.

²⁶Para o debate sobre a pena de morte para escravos ver NEDER, Gizlene. "História da cultura jurídico-penal no Brasil Império: os debates parlamentares sobre a pena de morte e degredo". In: Ribeiro, Gladys Sabina, Neves, Edson Alvis Neves e Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.). *Diálogos entre Direito e História: Cidadania e Justiça*. Niterói: EdUFF, 2009, p. 314-315.

os senhores “vítimas” de insurretos tê-los castigados pelo Estado com chibatadas ao invés de mortos: por um lado mantinham sua propriedade e por outro podia dispor para eles de sua própria justiça, reforçando o caráter privado de seu domínio para estes e os outros não envolvidos.

Voltando ao asilado do Súdito Fiel, este nos mostra indícios, no começo da década, de uma hipótese de Richard Graham sobre a atitude das forças policiais perante a rebeldia escrava na onda de fugas de 1887-1888. A hipótese é que os “burocratas” (nos quais se incluem os policiais) não fizeram grandes esforços para deter as fugas, pois eram de uma geração urbana que não estava com seus interesses mais tão ligados ao escravismo— seguindo seu enfoque nas mudanças sociais das camadas livres da população.²⁷ Dado que a polícia referida era a da Corte e não de um município do Vale do Paraíba fluminense, o desligamento com os interesses do escravismo tenderia a ser maior.

No texto não faltam interpretações sobre a personalidade e a educação de d. Pedro, que causariam, em grande medida os problemas políticos e sociais do país. Um exemplo é quando afirma que a educação voltada para as ciências naturais (e não para a realidade brasileira) o faria procurar elogios de defensores da abolição estrangeiros, o que levaria ao apoio interno aos abolicionistas, o que geraria situações como as que vimos acima.²⁸ Também há uma alusão a suposta falta de capacidade mental do imperador, cujo um indicio seria a proposição da libertação dos sexagenários. Segundo Coelho Rodrigues, deputados estariam falando, durante a sessão legislativa de 1884, em submeter o monarca a um exame de sanidade mental: pois estaria seguindo uma “ideologia, perigosa em si mesma, torna-se horrível quando promovida por sugestões de terceiro e por conta e risco de quem não tem parte nos efeitos dela”, esta “ideologia” seria o abolicionismo.²⁹

Tal apoio aos abolicionistas se daria em uma forma já estabelecida no Brasil de cooptação e retribuição: o apoio do tesouro a jornais.³⁰ Os “suiços do governo cevados

²⁷GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 73-74.

²⁸RODRIGUES, *op.cit.*, p. 59-60.

²⁹*Idem*, p. 62.

³⁰Para uma análise deste comportamento ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia”. In CARVALHO, José Murilo de. *Nação*

pelo Tesouro, instrumentos do servilismo com pretensões a paladinos da liberdade”³¹ receberiam apoio financeiro oficial em troca da defesa da reforma proposta pelo gabinete Dantas no início de 1884, que previa entre outras coisas a libertação dos maiores de 60 anos sem indenização aos senhores. O barão de Cotegipe afirma que seu projeto não passou apesar do apoio de seu partido Liberal, “coadjuvado pela imprensa e por uma propaganda diária”³², se referindo aos jornais abolicionistas.

O que passava pela cabeça de Pedro II seria pauta para outros escritores durante essa década, como, por exemplo, Machado de Assis. John Gledson levanta a hipótese de que em *Quincas Borba* a loucura do protagonista Rubião (cujo nome completo era Pedro Rubião de Alvarenga, próximo a Pedro de Alcântara) era uma alegoria para a loucura que seria o governo imperial “acabar com a escravidão sem acabar consigo mesmo”.

A hipótese de Gledson fica ainda mais plausível por ele nos lembrar que o enredo do livro se passa em 1871 (e, logo, durante os trâmites da lei do Ventre Livre) e ele ser escrito e publicado na revista *A estação* durante 1888 e 1889, isto é, durante a crise do fim da escravidão e a crise e fim do império—tanto em um como em outro contexto em que o Estado tentava intervir para na escravatura e manter-se de pé.³³

Abrindo parênteses, este tipo de “intromissão” e os ressentimentos que causavam nos senhores ciosos de suas prerrogativas sociais foram analisados por Sidney Chalhoub, no contexto dos debates da lei de 1871, na qual vários dos questionamentos a seus dispositivos girariam em torno do fato de que a entrada do Estado no campo de domínio do senhor comprometeria a disciplina dos escravos e, logo, as estruturas de dominação sobre estes. Mais do que isso, para Chalhoub, ao quebrar “o encanto do poder absoluto

e cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.80. O contexto trabalhado é o da década de 1850, mas as questões referentes parecem ser semelhantes.

³¹RODRIGUES, *op.cit.* p.6.

³²*Anais da Senado*, 25 de Setembro de 1885, p. 157.

³³GLEDSON, John. “Introdução”. In ASSIS, Machado de. *Bons dias!* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 16-17.

do senhor”, criaria fissuras no sistema patriarcal como uma todo, isto é, no domínio sobre dependentes livres, esposas, filhos e filhas.³⁴

Pode-se fazer um paralelo com uma interessante fala do Barão de Cotegipe, então presidente do Conselho de Ministros, sobre o fim da pena de açoite aos escravos, em 1886. Cotegipe, escravista encarniçado (que aparecerá um tanto neste trabalho) fora a tribuna do Senado para esclarecer que a retirada do artigo 60 do Código Criminal— o qual previa que as penas dos escravos fossem comutadas em açoites, fora aqueles previstos na lei de 1835(ver nota 13)— não acabava com o direito dos senhores de punir fisicamente seus cativos, ou nas palavras do Barão:

O fim é apenas esse; mas daí não vá se inferir que os escravos não estejam sujeitos aos castigos moderados que pode receber de seu senhor, *assim como do pai os recebe os filhos, e de seus mestres o discípulo.*

O que se quer é acabar com a *pena* de açoites; em tudo mais se conserva a lei antiga; não há alteração alguma.³⁵[Grifos nossos.]

A comparação feita entre escravos e aprendizes e filhos cumpre uma função de, dentro de uma sociedade patriarcal inserir os cativos no círculo daqueles que necessitam de tutela, dentro da lógica senhorial escravista.

Contudo, esses castigos não deveriam ser demasiados. O Barão de Paty de Alferes, na sua memória, afirmava que: “O proprietário ‘ideal’ deveria caracterizar-se pelo exercício da sua autoridade, mas de uma forma ‘justa’ e ‘beneficente’ para que os seus escravos lhe obedecessem.” Humberto Machado relativiza os conselhos do fazendeiro porque não eram feitos pensando no bem-estar dos escravos, mas sim tinham uma intenção mais materialista, ou seja: “visavam aproveitar melhor a escravaria, evitando mortes ou revoltas que prejudicassem os senhores.”³⁶

³⁴CHALHOUB, *op.cit.*, 2003, p. 181-190.

³⁵*Anais do Senado*, 29 de Setembro de 1886, p. 288.

³⁶WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação e custeio de uma fazenda de café na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tip. E. & H. Laemmert, 1863. *Apud.* MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café. A crise da cafeicultura*

Isso tudo passa por uma lógica semelhante ao de apoio ideológico religioso, isto é, aquela que justificava o cativo, dizendo que ele seria uma oportunidade de cristianizar os cativos. E ainda servia para apaziguar conflitos, incutindo nos escravos a ideia de que a escravidão deveria ser aceita “com paciência, pois assim seriam recompensados após a morte, quando sairiam deste ‘vale de lágrimas’, ingressando no ‘Reino dos Céus!’.” Esse era um modo de se reforçar a dominação, fazendo-a passar como uma provação no caminho da felicidade fora da terra e para isso o catecismo e a Igreja eram fundamentais.³⁷

Fechando parênteses, Coelho Rodrigues se aproxima de Nabuco quanto às considerações sobre a natureza do Império brasileiro, ao afirmar que “A escravidão do Brasil é irmã gêmea da monarquia da América; ambas têm por si os mesmos argumentos: a tradição, o costume e a lei.” O risco para a Coroa estava em, sendo aprovada a nova reforma do elemento servil, “a associação das ideias queira, mais cedo ou mais tarde, aplicar à monarquia o mesmo processo, que ela quer aplicar hoje a sua irmã.”³⁸

Em diversas passagens dos artigos o Súdito, que não se mostra muito fiel, faz claras alusões de que, caso a emancipação não fosse conduzida dentro da “ordem”, a monarquia seria a próxima a cair, ou, em suas palavras,

se o Chefe de Estado e com ele o seu governo entende que pode sem inconvenientes transformar em um momento nossos escravos em seus súditos, não é muito que seus atuais súditos queiram também, por sua vez, aproveitar esse momento histórico para transformarem-se de súditos de Sua Majestade Imperial em cidadãos da nossa pátria comum.³⁹

No seu “Post-scriptum”, publicado apenas no livro, Rodrigues volta à carga: “como seria fácil a solução da questão servil, que também não teríamos mais, se não fossemos *Império!*”. Esse texto, inserido após o compendio de artigos publicados nos

escravista do Vale do Paraíba fluminense (1860-1888). Niterói, RJ: Clube de Literatura Cromos, 1993, p.78.

³⁷*Idem*, p.72.

³⁸RODRIGUES, *op.cit.* p.108.

³⁹*Idem*, p.36-37.

jornais, traz uma espécie de resumo dos argumentos gerais nas “Cartas”, nele fica clara a argumentação do afastamento do Estado (na figura da Coroa) dos interesses senhoriais. Dizendo-se mais uma vez partidário da monarquia, contudo para ele “Conservar o órgão da anarquia, à frente do governo, não é ser conservador, é ser anarquista, como ele e, por consequência seu cúmplice.”

O significado dessa suposta “anarquia”, na verdade é seu inverso: é o Estado intervindo no domínio senhorial, para encaminhar os interesses da classe dominantes a longo prazo. Voltando a Ilmar Mattos, podemos entrever uma situação que a anarquia é tida como a intervenção no governo da Casa, organizando a escravidão, o que nesse caso significava organizar o seu fim, mas de forma que as próprias hierarquias da sociedade se mantivessem.

Voltamos ao que falamos acima: vemos aqui uma situação profundamente contraditória: as classes dominantes se afastavam de um Estado tentava garantir sua sustentação enquanto classe dominante, intervindo e diminuindo parte de seu domínio para manter todo resto do conjunto de seus privilégios.

Tal argumentação não se encontra apenas neste autor, sendo vista em um artigo chamado “Ao Club da Lavoura e do Commercio”, no qual o autor expunha a argumentação de um republicano que “contava com Sua Majestade contra a lavoura *para fazer a abolição* e com a lavoura contra Sua Majestade *para fazer a república*, e eu [o autor] respondi-lhe: o plano é bem combinado; assim que Ele preste-se ao jogo”[grifos originais].⁴⁰ A tática de usar a abolição como arma para uma possível proclamação da república está afastada da tática republicana de priorizar a mudança de regime, para depois resolver a questão servil. Mas é bem possível que essa fala seja mais pragmática, baseada nos reclames políticos e sociais dos senhores na época.

Pode-se ver aí indícios de um tipo de contestação ao Estado (mas não à “ordem”), baseada em pressupostos senhoriais e escravistas, que dará mais tarde azo aos chamados republicanos de 14 de maio. José do Patrocínio falava dos clubes “neo-republicanos” que seriam os “os mesmos clubes da lavoura da escravidão”. Segundo Humberto Machado

⁴⁰*Jornal do Commercio*, 2 de Julho de 1884, p. 4.

aqueles eram “compostos por proprietários ressentidos pela extinção da escravidão” sem indenizações.⁴¹

No decorrer dos acontecimentos as previsões de Coelho Rodrigues acabaram se cumprindo de certa forma, com uma perspectiva mais materialista: a abolição sem indenizações fez com que muitos ex-senhores vissem na república uma chance de serem ressarcidos por suas “propriedades” e, com o desenvolvimento de demandas por distribuição terras (legitimadas pela Fala do Trono, de 1889),⁴² deter tais pretensões.

A questão da distribuição de terras aparece, não casualmente, em um discurso do barão de Cotegipe um dia antes da abolição (isto é, 12 de maio de 1888). Para ele, ao acabar com a escravidão sem indenização “decreta-se que neste país não há propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei, sem atenção nem a direitos adquiridos, nem a inconvenientes futuros!” E levando o raciocínio de perda de privilégios (ou para ele “direitos”) completa:

Sabeis quais as consequências? Não é segredo: daqui a pouco se pedirá a divisão das terras, do que há exemplo em diversas nações, desses *latifundia*, seja de graça ou por preço mínimo, e o Estado poderá decretar a expropriação sem indenização!⁴³

Bem. Um segredo que Cotegipe nos mostra é que partes das classes dominantes deveriam viver momentos de tensão: vendo o Estado ceder a demandas das ruas e das senzalas, fazendo a abolição sem indenizações em 1888, talvez parecesse que o próximo passo seria a perda de outro privilégio histórico, outra base de sua sustentação: a grande propriedade rural. O “exemplo em diversas nações” a que ele se referia devia ser de países como a França, que fez a distribuição de terra em um outro momento de grande ebulição social: a Revolução Francesa.

Ao estudar o barrão de Cotegipe, Carla Nascimento destaca que

Cotegipe acertou em quase toda sua análise, e em quase todas as suas previsões. Uma importante chave explicativa para a crise do Império, sem dúvida alguma, diz respeito às

⁴¹MACHADO, Humberto, 2010, p.308-309.

⁴²*Idem, ibidem.*

⁴³*Anais do Senado*, 12 de maio de 1888, p. 35.

divergências entre os intelectuais dirigentes conservadores e à consequente cisão do Partido Conservador.

Em quase três anos de governo, Cotegipe combateu importantes inimigos. O mais expressivo deles foi, sem dúvida alguma, o movimento abolicionista.⁴⁴

Essa dissensão dentro do partido da ordem por excelência mostra o quanto a questão da escravidão afetou e dividiu as classes dominantes e como as movimentações de quem estava fora daquela ordem (tanto os abolicionista quanto os cativos) foram capazes de pressionar as classes dominantes a fazer reformas.

Com sua base social ruindo, em meio às pressões vinda de baixo, o Estado se vê cada vez mais isolado de suas bases sociais. Se isso pode ser visto na década de 1880, José Murilo de Carvalho leva este raciocínio mais longe:

pode-se dizer que o sistema imperial começou a cair em 1871 após a Lei do Ventre Livre. Foi a primeira clara indicação de divórcio entre o rei e os barões, que viram a Lei como loucura dinástica. O divórcio acentuou-se com a Lei dos Sexagenários e com a abolição final. É fato aceito por todos os estudiosos, por exemplo, que a adesão ao republicanismo aumentava substancialmente à época de medidas abolicionistas.⁴⁵

Apesar de ser errado chamar as leis de 1871 e de 1885 de “abolicionistas”, por seus caracteres profundamente conciliadores com o escravismo (e que, vista nas fontes, invalida a ideia de “divórcio”), fica claro que adicionando às três uma possível abertura para uma reforma agrária, apontada por Humberto Machado, a luta entre as contingências mais imediatas dos senhores e aquelas que alguns de seus operadores políticos tinham como suas contingências de longo prazo, causam uma instabilidade, que gera a retirada de apoio àquele modelo político, que por tanto tempo foi capaz de encarnar suas necessidades de expansão e reprodução enquanto classe dominante.

⁴⁴ NASCIMENTO, Carla Silva do. *O barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação Mestrado em História das Instituições – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2012, p.113.

⁴⁵CARVALHO, *op.cit.*, 2006, p. 322.

1.2) *Os abolicionistas nos jornais e nas ruas*

A representação que os escravistas faziam dos abolicionistas foi crucial nos debates sobre a emancipação dos escravos e é crucial para entendermos aquela luta política e o que estava em jogo. Geralmente retratavam-nos como “agitadores”, inimigos da ordem e dos fazendeiros, que seduziam os escravos com suas promessas— quase sempre colocando o escravo como passivo, nas suas relações com os abolicionistas.

Muitos reclamavam diretamente à Câmara contra as ações abolicionistas em suas regiões por meio de associações de classe. Como os comerciantes e lavradores de Santo Antônio (MG), que radicalizaram na descrição dos militantes em representação apresentada pelo deputado João Penido:

Estes grupos de demolidores que ora se congregam no país promovendo propagandas com o fim de abolir os escravos são os mesmos que na Rússia formam o partido niilista, na Alemanha o socialista, assim como na França o comunista.⁴⁶

Assim como, para o Moçárabe do Século XII, a libertação dos idosos sem indenizações, proposta pelo conselheiro Dantas seria, “capitular ante as grosserias do comunismo e as falsidades do socialismo”.⁴⁷

Vincular o movimento abolicionista ao comunismo, ao socialismo ou ao niilismo tinha como objetivo retratá-lo como inimigo absoluto da ordem vigente e a passar para o receptor a imagem da abolição imediata, sem indenizações e sem controles senhoriais sobre os libertos como uma quebra da ordem liberal ou um passo para isso. Esse estava longe de serem os casos de José Patrocínio, tido por muitos como um radical, por exemplo.

⁴⁶*Anais da Câmara dos Deputados*, 25 de Agosto de 1884,p.121.

⁴⁷*Jornal do Commercio*, 18 de Junho de 1884,p.2. O autor, de pseudônimo Moçárabe do Século XII, escreveu uma série de pelo menos 8 artigos na seção “A pedido” do jornal ,com o título de “A abolição e a fortuna pública”, apesar dos esforços deste pesquisador, não foram encontrados outros artigos da série em tempo hábil para introdução neste trabalho, o que de fato seria bastante enriquecedor.

Para Humberto Machado, os textos de Patrocínio frequentemente descambavam para o paternalismo em relação aos escravos e a louvação em relação a senhores que alforriavam a estes. Ele não defenderia, segundo o autor, uma ruptura total com a sociedade tradicional, feita através de rebeliões escravas; apenas acenava com ela, como ameaça, para lutar pela abolição imediata e sem compromissos com os senhores quanto a indenizações.⁴⁸

Contudo, não podemos ver essas “ofensas” com mera histeria ou exageros. Afinal, Maria Helena Machado nos diz que a chegada das ideias e agitações relativas a questão do trabalho da Europa já acontecia— especialmente, em uma áreas portuárias (como a Corte ou Santos) ou de atração imigratória— e tinha influência maior justamente no abolicionismo radical e popular, do qual muitos negros e pardos participavam.⁴⁹

Um exemplo das ações abolicionistas mais próximas à massa de escravos (além da entrada nas senzalas) se vê no estudo de Eduardo Silva sobre o Quilombo do Leblon no Rio de Janeiro. Para o autor, esse quilombo— e outros surgidos nos estertores da escravidão, como Quilombo de Jabaquara, em Santos— se diferenciava dos quilombos tradicionais por não representarem uma tentativa de rompimento com a sociedade e sim por dependerem da articulação com ela e, ainda mais, por se engajarem na luta pela abolição ao acolherem escravos fugidos e ao simbolizar (no caso particularmente o Quilombo do Leblon, segundo Eduardo Silva) o apoio de todos os quilombos a causa da abolição imediata e sem ressarcimentos aos senhores.⁵⁰

Para Associação Comercial do Rio de Janeiro o abolicionismo na Corte tinha “inspirações filantrópicas mal definidas e pior dirigidas” e tinha se tornado radical:

⁴⁸MACHADO, Humberto Fernandes. “José do Patrocínio: paternalismo na campanha abolicionista”. In *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol.116. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999.

⁴⁹MACHADO, Maria Helena, *op.cit.*, “Capítulo 4—Cometas ,caifazes e movimento abolicionista”, seção “4.2 Cometas e caifazes”.

⁵⁰“Quilombo abolicionista: um quilombo historicamente novo”. In SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Todos sabem a história do movimento abolicionista nesta cidade: desde que transpôs as raias da discussão serena para inspirar-se em paixão ardente; dirigido por indivíduos sem imputabilidade nas regiões do trabalho e da economia nacional(...).⁵¹

Essa “imputabilidade” que faltaria aos abolicionistas talvez fosse mesmo a falta dos *habitus* do campo político imperial, isto é, representam aqueles círculos reformistas que Angela Alonso nos mostra como a “geração de 1870”. A transposição das “raias da discussão serena” pode ser a uma forma de dizer que esses grupos passaram a usar de métodos que não eram sancionados socialmente pela ortodoxia saquarema: *meetings*, comícios ou mesmo abrigo a cativos fugidos ou auxílio nos seus planos de fuga ou rebelião. A “paixão ardente” nesse texto não é só um enfeite verbal, mas também sinaliza a adoção de práticas políticas e sociais que estavam fora do padrão da fração de classe hegemônica— da ortodoxia do campo político, usando os conceitos de Pierre Bourdieu.⁵²

Mas essa rejeição não era por capricho, ela mostrava um temor da perda de controle sobre setores hegemonzados: os antigos lugares sociais mostravam não caber mais na correlação de forças, de modo que os abolicionistas conseguiam capitanear certos setores urbanos, tirando do restrito círculo político dominante o privilégio de influir sobre esta questão política, econômica e social. É por isso que o barão de Cotegipe, já presidente do Conselho de Ministros, diz que a lei dos Sexagenários, apesar de imperfeita, tem o mérito de tirar a questão das ruas e trazê-la para o parlamento. Mais do que isso: “Disse-se que era preciso tirar das ruas e das agitações populares a solução dessa questão, trazê-la ao parlamento e resolvê-la convenientemente.” Mais do que isso, para levar os senadores a aprovar sem demoras e emendas o projeto Saraiva, diz que não fazê-lo é “deixar-se a questão em aberto para agitar o espírito público, e servir de bandeira a toda agitação de qualquer natureza que seja”.⁵³

As ruas (e as senzalas, como veremos adiante) tiraram o parlamento da imobilidade no que se refere à questão servil. Para o deputado conservador Antônio Prado, por exemplo, a iniciativa do governo de fazer uma nova lei tinha como objetivo

⁵¹*Jornal do Commercio*, 22 de Junho de 1884, p.2.

⁵²Ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

⁵³*Anais do Senado*, 21 de setembro de 1885.

“acalmar a agitação que o movimento abolicionista tem causado nas classes dos agricultores”.⁵⁴

A questão traz um desenlace para perguntarmos: o que indicam os posicionamentos acerca da lei, relativos ao posicionamento escravista. Onde estaria o escravismo: contra ou a favor da lei? Dos dois lados respondemos, com a ajuda do barão. Este pergunta ao plenário do Senado:

Quais são os que se pronunciam contra ele[o projeto de lei]? Os nada querem, os que querem pouco e o os que tudo querem, isto é, uns que querem que o passo da libertação seja tardo outros que seja rápido; são os que querem a abolição repentinamente.⁵⁵

Ou seja, se de um lado estavam escravistas empedernidos, que recusavam qualquer reforma e de outro abolicionistas, Cotegipe tentava mostrar-se, junto com aqueles que apoiavam a solução dada por Saraiva anteriormente, no centro, certamente imune às paixões que vimos acima...

Mas aqui vale um adendo: vemos na página logo anterior dos *Anais* o seguinte aditivo ao projeto do ilustre abolicionista José Bonifácio, o Moço (sobrinho neto do patriarca): “No dia 1 o de Janeiro de 1893, se ainda existirem escravos no Império do Brasil, serão declarados livres por decreto imperial.” Bem. Podemos aí ver que a radicalidade do discurso abolicionista se pautava por espaços e por cálculo político.

No primeiro ponto, podemos avaliar que se de um lado o Moço nos espaços voltados para a rua (como a imprensa, *meetings*, e a própria Sociedade Brasileira contra a Escravidão, da qual participava) mostrava-se a favor da abolição imediata, num outro —o Senado, espaço por excelência da Ordem— sua pauta recuava. Contudo, tendo em vista o segundo ponto, o Moço poderia crer que sua emenda, podia ser conciliatória o suficiente para ser aprovada. Aí entramos no campo das especulações. Mas é importante notar, que mesmo Nabuco, que defendia a abolição imediata, também apresentou projeto de lei para abolir a escravidão no ano 1893.

Mas da mesma forma, podemos ver que o reacionarismo escravocrata também se pautava pelo cálculo. Reparem bem que Cotegipe, naquela categorização dos oponentes

⁵⁴*Anais da Câmara dos Deputados*, 01 de Maio de 1885,p.19.

⁵⁵*Anais do Senado*, 21 de setembro de 1885, p.156.

ao projeto e antes quando elogia o projeto Dantas (também visto com bons olhos pelos abolicionistas), faz um malabarismo para o projeto parecer de bom-tom tanto aos menos radicalizados dos dois lados.

E aqui vale um parêntese para trazer a questão e relacioná-la com outra: a fala sobre o progresso estaria apenas com os abolicionistas? A resposta é mais complexa do que parece. Ao parêntese.

Vamos analisar o conto “Evolução”, de Machado de Assis, publicado na *Gazeta de Notícias* (veículo que, apesar de não ser propriamente abolicionista, publicava-os), em 1884.⁵⁶ Ele trata da relação entre dois personagens Inácio, o narrador, e Benedito, mostrando o processo em que o segundo se apropria de uma ideia, ou melhor, de uma metáfora do primeiro. Esta metáfora é uma das coisas que dão importância a este conto na nossa presente argumentação. Ei-la: “Eu [Inácio] comparo o Brasil a uma criança que está engatinhando; só começará a andar quando tiver muitas estradas de ferro”.⁵⁷

Bem. A intenção desse narrador é bem óbvia: marcar uma relação supostamente direta entre a evolução nacional, o progresso, a civilização etc. e a ferrovia. Não é à toa que esta frase inserida num diálogo em que se fala sobre as viagens do Rio de Janeiro para Vassouras de trem com as anteriores, “feita às costas de burro”; nessa conversa os dois concordam “que as estradas de ferro eram uma condição de progresso do país.”⁵⁸

Voltamos a isso daqui a pouco, agora reflitamos sobre o conto como um todo. Marta de Senna vê o conto como uma ironia para com as teorias evolucionistas, tal como o darwinismo, o positivismo e o spencerianismo— Spencer é citado no conto—, assim como foi feito nos romances *Memórias póstumas de Brás Cubas*(1881)e *Quincas*

⁵⁶Informações tiradas de SENNA, Marta de. “Introdução”. In.: ASSIS, Machado de. *Páginas recolhidas; Relíquias de casa velha*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008, p. XXXI-XXXII.

⁵⁷ASSIS, Machado de. *Páginas recolhidas; Relíquias de casa velha*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008, p. 217.

⁵⁸*Idem, ibidem.*

Borba(1891). Isso visto que a apropriação da ideia acima é vista pelo narrador como uma “Evolução”.⁵⁹

Não discordando com essa interpretação da autora, propomos aqui um desdobramento dela. No conto não só o evolucionismo é ironizado, mas também a valorização dos ideais de progresso europeus, não por serem europeus, mas por contrastarem com a realidade senhorial e escravocrata do Brasil. Um evento importante na narrativa é quando Benedito, num ensaio com Inácio de seu discurso na Câmara dos Deputados, logo antes de dizer que era sua a metáfora acima exposta(numa defesa exaltada do desenvolvimento ferroviário como o caminho para o desenvolvimento do país), diz o seguinte: “Senhores, é tempo de cuidar *exclusivamente*— *notai que digo exclusivamente*—dos melhoramentos materiais do país.”⁶⁰O itálico é nosso, mas notem que Machado também queria enfatizar esse ponto pelo uso do travessão e da repetição.

O que Machado nos deixa entrever é que aquela sociedade ainda escravista se deparava com o contato, material e mental, com a sociedade burguesa europeia, mas que, mostrava sua marcas escravistas, na medida em que tentava se adaptar aos padrões “civilizados”.

Notemos: o conto é de 1884, primeiro ano de tramitação e de intensos debates pela libertação dos idosos escravos, a que seria chamada lei dos Sexagenários, a primeira lei a tocar na questão da emancipação, desde 1871. E o que Machado põe para o deputado Benedito falar naquele contexto em que se debatia renhidamente a razoabilidade de uma nova lei para encaminhar o fim da escravatura: não se deveria fazer nada além de cuidar do avanço material do país; há no discurso um corolário que deve ter sido compreendido pelo leitor atento da época: não se deve tocar na situação dos escravos e dos senhores, o importante para o progresso são as ferrovias e os avanços “materiais”.

Roberto Schwarz mostra como Machado recorreu nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (publicado na *Revista Brasileira*, quatro anos antes, em 1880, em folhetins) a esse movimento de apresentar a escravidão como a outra face da moeda da tentativa das

⁵⁹SENNA, 2008, p.XXXII. Sobre Spencer e sua influência no Brasil ver GRAHAM, Richard. *A Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁶⁰ASSIS, 2008, p. 223-224.

classes dominantes de se apresentarem como modernas e civilizadas. Sobre a apresentação do cunhado de Brás, Cotrim, como homem civilizado, apesar de dono de escravos, Schwarz nos diz:

A civilidade intra-elite, fazendo mostra do melhor da cultura contemporânea, completa-se não obstante na brutalidade contra os cativos. Pela audácia da adaptação, merece destaque este uso perverso da ideia de condicionamento sociológico (“não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito das relações sociais”), empregada em favor do escravismo, e não contra o instituto da escravidão.

[...] Uma defesa que na verdade que, na verdade, é uma denúncia do acusador e também do defensor.⁶¹

Nessa exposição, o crítico deixa claro que Machado recorria à ironia para mostrar a complementaridade entre a modernização (no caso de costumes privados) e a escravidão, procedimento que acreditamos ter feito no conto por nós analisado.

Deve-se deixar claro aqui o seguinte: a malha ferroviária não era apenas um modo para dois senhores da alta sociedade viajarem confortavelmente, era um meio físico fundamental para a inserção brasileira no mercado mundial, para que o país ocupasse sua função na divisão internacional do trabalho.

Humberto Machado nos diz que as ferrovias eram um meio de manter as taxas de lucros das fazendas cafeeiras fluminenses, diminuindo os custos de transporte e liberando recursos financeiros e humanos (usados nas tropas de mula que antes cortavam o Vale), mas de forma que não se alteravam as relações escravistas; o objetivo era dar-lhas mais rentabilidade no contexto de alta da demanda internacional e expansão da produção.⁶²

Imar Mattos diz que as ferrovias feitas no Brasil com os capitais ingleses tinham uma “ação transformadora” de diversas formas. De uma parte, ajudavam os produtos ingleses a chegarem no sertões mais distantes do litoral e ao fazê-lo destruíam “a pequena e incipiente produção local, como se fossem novos tratados de 1810”. Esta observação situa bastante o efeito das novas tecnologias nos panoramas econômicos locais. Sua expansão simultaneamente abria novos mercados e ainda era uma exportação de capitais. Tais transformações estão relacionadas ao contexto inglês onde “operava-se o progressivo

⁶¹ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p.119.

⁶²MACHADO, Humberto *op.cit.*, 1993, p. 60-61.

deslocamento do foco da acumulação da indústria têxtil para a de bens de produção, abrindo caminho para a exportação de outra mercadoria: o capital”.

Junto a isso as ferrovias traziam outras transformações, ao permitir que a lavoura de exportação se expandisse mais para o interior e também que seus produtos chegassem melhores e mais rápidos às suas destinações. Tais mudanças não eram do interesse apenas dos ingleses mas também dos escravistas brasileiros que tinham melhores oportunidades de se expandir para terras virgens e de competir no comércio exterior. E, posteriormente, permitiram que os imigrantes chegassem às lavouras para substituir a mão de obra cativa.⁶³

De fato, mais do que isso permitiam que os senhores usassem uma parte maior mão de obra cativa para produção, ao invés de despendê-la com o transporte. Como disse Almir Chaiban El-Kareh:

A íntima relação entre a estrada de ferro e a manutenção da produção escravista era manifesta e consciente. [...] A estrada de ferro deveria favorecer a especialização da fazenda, que não deveria senão se dedicar àquelas atividades especificamente agrícolas, deixando as demais tarefas ao encargo de terceiros.

De fato, para o autor estando a produção escravista brasileira submetida ao capital inglês, ela só poderia manter seu modo de produção “se concentrasse toda mão de obra escrava na produção, desviando-a das demais atividades de serviço ou mesmo das produções secundárias”.

Essas “atividades secundárias” eram organizadas de forma capitalista mas serviam ao interesses do latifúndio exportador escravista. Acentua o autor:

aqui o papel destas atividades capitalistas era fundamentalmente diverso daquele exercido num país capitalista: na nossa sociedade escravista, as empresas atuavam em função dos interesses dela.⁶⁴

As estradas de ferro ligavam a produção de café feita com braço escravo ao mercado mundial e, da mesma forma, este usava delas para penetrar nos espaços e nos mercados, exportando capitais e mercadorias. O conto pode ser usado como um exemplo

⁶³MATTOS, Ilmar, op.cit., p.109.

⁶⁴ EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a companhia da estrada de ferro D. Pedro II*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.136.

disso: o narrador, Inácio, é justamente alguém interessado em construir ferrovias com capitais ingleses.

Daremos a ele a palavra: estando os dois na Europa, Inácio diz a Benedito: “E por que é que eu mesmo vim à Europa? Vim cuidar de uma estrada de ferro. Deixo as coisas arranjadas em Londres.” Depois de mais algumas tratativas nesta cidade, Inácio confirma ao mesmo interlocutor que os “capitalistas ingleses” estavam “contentes” e “esperançados”.⁶⁵ Imagina-se o quanto, sabendo das oportunidades que as ferrovias propiciam...

É relevante a escolha de Machado para o destino da primeira viagem dos dois personagens: Vassouras. A cidade, de acordo com Humberto Machado, “transformou-se no símbolo da cafeicultura do Rio de Janeiro” e, usando o *Brasil pitoresco* de Charles de Ribeyrolles, diz que em 1858 exportava mais de um milhão e meio de arrobas de café e a proporção de cativos na sua população era de dois terços.⁶⁶

Retomando, uma das coisas que Machado de Assis nos ilustra é uma crítica a um comportamento contraditório: ao mesmo tempo em que uma elite tenta modernizar o país com ferrovias, para melhorar o escoamento de seus produtos, mas que, no entanto, era, em grande parte, avessa a mudanças no que concerne ao regime de trabalho cativo. E aqui pode-se fazer uma ponte com o que Robin Blackburn capta como os motivos da abolição: para ele não foram as causas econômicas apenas que acabaram com a escravidão, mas sim as mudanças sociais e das lutas de classes que tornaram a escravidão politicamente insustentável: a fala de Benedito, em um momento em que a abolição estava de volta na arena política, mostrava—e os desdobramentos da luta contra a nova lei de emancipação gradual no parlamento mostram isso⁶⁷— que ainda em 1884 e 1885 parte das classes

⁶⁵ASSIS, 2008, p. 221-223.

⁶⁶MACHADO, Humberto, *op.cit.*, 1993, p. 23-24.

⁶⁷Para um bom estudo sobre as lutas senhoriais contra a lei de 1885, ver MENDONÇA, Joseli Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. Para uma visão mais das repercussões políticas decorrentes dos debates ver CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975, p.270-272.

dominantes brasileiras estava disposta a dar seu apoio, tácito, no caso, mas também explícito para a manutenção da instituição por mais algum tempo.

O que tentamos mostrar com esse conto (e o que Machado nele também insinua, daí a importância dele aqui) é que havia uma conexão profunda e marcante entre exportação de capitais, de mercadorias, escravismo, desenvolvimento ferroviário e mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais no Brasil e também na Inglaterra. Conexão que foi evidenciada na pena de um dos maiores cronistas e artistas daquela sociedade, que não deixou de captar as nuances do mundo em sua volta, pela composição de uma pequena obra em que a paisagem é posta de forma a revelar muito pouco a primeira vista e o essencial após um olhar mais apurado. O fato de haver no conto “personagens” fundamentais nas histórias acerca da escravatura, da abolição e do desenvolvimento econômico brasileiro, mostra o quanto Machado tentava dialogar com a aquela sociedade em plena mudança: ferrovia, a cidade símbolo da *plantation* cafeeira fluminense (Vassouras), os “capitalistas ingleses”, o homem de negócios brasileiro associado a eles, o progresso (e a “Evolução”) como ideal... Tudo compõe a unidade na diversidade do mercado mundial em processo de mudanças junto com os padrões de acumulação capitalistas.

Fechando parênteses. Nem tudo era calmo como uma viagem de trem na paisagem dos senhores brasileiros. A propaganda abolicionista, para os representados pelo documento da Associação Comercial do Rio de Janeiro, causaria “múltiplas perturbações da ordem, do trabalho e da segurança pessoal dos cidadãos”, das quais decorreria “a quase anulação para que se encaminha o valor do capital representado nos atuais trabalhadores agrícolas”.⁶⁸ Isto é, dentro de preocupações mais mesquinhas, a propaganda não seria somente uma ameaça somente à propriedade privada de forma restrita: diminuiria o valor do escravo e desorganizaria o trabalho na lavoura, comprometendo de forma mais profunda a economia agrícola.

E não haveria somente riscos de uma quebra econômica e política: para o Club da Lavoura e Commercio de Guaratinguetá, por exemplo, a propaganda abolicionista era

⁶⁸*Jornal do Commercio*, 22 de Junho de 1884, p.2.

“ameaça não só a integridade do país como também o [sic] sagrado recinto da família”⁶⁹. Por “família” os fazendeiros poderiam querer dizer a família senhorial de forma ampla, incluindo escravos e agregados, mostrando, portanto, preocupação com a ordem social patriarcal, conspurcada na sua paz anterior pelos militantes. Ou poderia estar se referindo à família celular dos fazendeiros e nesse caso estariam preocupados com ameaças físicas no caso de insurreições ou assassinatos. Ou poderiam querer induzir o leitor a pensar nas duas coisas.

É interessante notar, novamente, como nesse documento, e na maioria dos outros, os abolicionistas são os sujeitos das ações, influenciando escravos passivos ao descaminho. Assim como evidencia a crescente preocupação senhorial com a insubordinação das senzalas.

Nos embates, os contendores muitas vezes se serviam de figuras históricas reconhecidas e respeitadas amplamente, apropriando-se delas como lhes convinha. Como no caso, por exemplo, do líder emancipacionista inglês William Wilberforce (1759-1833), que lutou durante anos contra o tráfico de escravos e, depois, contra a escravidão nas colônias inglesas e era referência do movimento abolicionista. Todavia, na tribuna da Câmara dos Deputados, em meio a uma condenação geral ao abolicionismo e a uma defesa do gradualismo no processo de emancipação, o deputado Valladares diz:

O período da propaganda *emancipadora* principiou em 1792, quando pela primeira vez Wilberforce declarou perante o parlamento inglês que não limitava suas aspirações a abolição do tráfico(...) queria a abolição da escravatura nas colônias.Tenho satisfação, senhores, em declarar (...), em honra da memória deste grande defensor da liberdade humana, que em nada se parece com os Wilberforces do nosso país.

Ele era homem da ordem; pedia a emancipação dos escravos devendo ela ser produto do progresso de suas faculdades, da difusão das luzes, *com a observância possível de todos os princípios da equidade em relação aos interesses dos proprietários (...)*.⁷⁰
[Grifos nossos.]

⁶⁹*Idem*, 20 de Junho de 1884, p.2.

⁷⁰*Anais da Câmara dos Deputados*, 28 de Maio de 1885, p.141.

Vemos aí outra interpretação da obra do político inglês, apropriada pelo deputado para retardar a abolição, protegendo o interesse dos proprietários. O louvor a Wilberforce ajudava, ainda, para que não parecesse que ele era contra o fim da escravidão de forma radical—posição que não era plausível nem seria respeitada no Brasil do final do século XIX. Além disso, quando ele usa a imagem do abolicionista inglês em oposição aos nossos abolicionistas para criticá-los, não somente se apropriava da figura, como também a retirava dos opositores como símbolo, assim como define a sua ação política como “propaganda emancipadora” ao invés de propaganda abolicionista (termo mal visto por detratores das leis sobre a escravidão), afastando, desta forma, seus oponentes da referência positiva— é evidente, no entanto, que os abolicionistas não deixariam de tê-lo como referência por causa do discurso.

Mais ainda buscava retratá-lo como mais próximo aos seus anseios do que dos abolicionistas, pois este buscava a emancipação como produto da “difusão das luzes”, entre escravos e senhores e “com a observância possível de todos os princípios da equidade em relação aos interesses dos proprietários.” O Willberforce de Valladares parecia mais um escravagista brasileiro do final do XIX do que um abolicionista...

E não só o de Valladares... De fato Eric Willians pinta um painel não muito diferente deste acima. Para ele, não só Willberforce, mas também toda uma primeira geração de abolicionistas ingleses lutaram não pelo fim da instituição, mas sim pelo fim do tráfico negreiro. Deste é que viria, gradualmente e sem intervenção estatal, a extinção da escravidão. Willians afirma que só a partir de 1823 (isto é, 16 anos após a abolição do tráfico em terras britânicas, que foi em 1807), o fim da escravatura virou “um objetivo expresso dos abolicionistas”(o que nega a afirmação de Valladares sobre o começo da “propaganda”). Mesmo assim defendendo uma emancipação gradual.⁷¹ Podemos ver aí a que tipo de pensamento escravagistas recorriam não só para deixar um discurso bonito, mas também para ter como referência na formulação de ideias, sem obviamente uma transposição mecânica, mas uma adaptação.

(Curioso é notar, que os abolicionistas brasileiros também devem ter recorrido às mesmas fontes: notemos as semelhanças formulações de Joaquim Nabuco por uma

⁷¹WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 249-251.

abolição feita no parlamento e a definição de Willberforce dada por Willians: “propenso à moderação, à transigência, ao protelamento”, avesso “medidas extremas” e à “agitação popular”. Creio não se tratar apenas de personalidades diferentes, mas sim de uma propensão de setores de classes semelhantes, porém em contextos diversos, que desejavam maior inserção no *status quo* e viam na escravidão um empecilho, mas sem interesse de derrubar a ordem por inteiro. Isso vai além dos limites deste trabalho, a sociologia ou a história comparadas podem avaliar isso melhor, mas vale citar o sempre impetuoso Willians: “Willberforce conhecia tudo o que se passava nos porões de um navio negreiro, mas ignorava o que se passava no fundo de uma mina.”)⁷²

As referências de escravagistas a Wilberforce, pelo até aqui estudado se resumem ao discurso de Valladares. Contudo, o discurso é ilustrativo de como se dava o debate quanto ao elemento servil, isto é: ninguém queria ser visto como escravocrata e fariam alguns contorcionismos para evitá-lo. Desta forma, talvez não ficasse claro para opinião pública quem era quem no debate.

A bandeira da filantropia também podia ser hasteada, por exemplo, tanto por abolicionistas como por seus opositores. Se de um lado, durante os debates estes defendiam a libertação de escravos idosos sem a necessidade de indenizações pagas pelo Estado nem por eles mesmos, retirando-os muitas vezes de uma escravidão ilegal, já que grande parte foi importada após a proibição do tráfico em 1831 e teve sua idade aumentada nas matrículas para parecer que foram importados antes de desse ano.⁷³

Os outros argumentavam que seria desumano tirar o escravo do seio da família senhorial em um momento da vida em que ele não poderia mais trabalhar e quando, segundo um articulista, as vantagens de seu status de “patriarca” nas fazendas não seriam compensadas pela liberdade⁷⁴.

Ver o senhor como protetor do escravo idoso também é vê-lo como protetor e educador do escravo de forma geral: concepção patriarcal e paternalista tão antiga quanto

⁷²*Idem, ibidem.*

⁷³*Jornal do Commercio*, 13 de Junho de 1884,p.2.

⁷⁴*Idem*, 18 de Junho de 1884,p.2.

a própria escravidão no Brasil. E não protetor apenas dos idosos, como também tutor para os mais jovens escravos e libertos.

É notável como o pensamento escravista/patriarcal dá as caras quando o assunto é a “proteção” do cativo ou ex-cativo. Da mesma forma que alguns manuais prescreviam que não se deveria castigar em excesso ou que a intervenção do Estado era maléfica por tirar do idoso seu “asilo” junto ao senhor, repetidas vezes as fontes afirmam que a maioria dos senhores de mãos que tiveram filhos ingênuos pelo termos da lei de 1871 escolhiam mantê-los sob sua tutela até os 21 (ao invés de escolherem entregá-los ao Estado aos 8), não por cálculo material de mantê-los trabalhando até aquela idade ou mesmo pela quase inexistência de instituições que os acolhessem, mas sim por sua humanidade, caridade, filantropia... Cotegipe leva esse raciocínio ao extremo de afirmar “nas fazendas existe grande número, às vezes em maioria de ingênuos, que são sustentados com o trabalho de meia dúzia de escravos e *pelos esforços e sacrifícios dos proprietários*”,⁷⁵ esquecendo que a partir de certa idade essas crianças trabalhavam também para os senhores.

Veremos a seguir que muitos escravos rejeitavam tal tutela e filantropia e, principalmente, o que os escravistas achavam dessa “ingratidão”.

⁷⁵*Anais do Senado*, 25 de setembro de 1885, p.161.

Capítulo 2

Os ecos do medo

Depois de analisarmos as tensões internas dentro dos setores livres da sociedade brasileira em torno da questão do fim da escravidão, veremos como os próprios cativos se movimentaram na questão e, o que é o nosso objeto, as percepções e apreensões senhoriais com essa movimentação.

Para tanto, analisaremos particularmente fontes referentes à onda de fugas nas fazendas de São Paulo e de Campos dos Goytacazes na virada de 1887 para 1888 e no Vale do Paraíba ao longo da década de 1880. Essas insurreições fizeram a conjuntura política do país virar de tal forma que obrigaram o Estado e as classes dominantes a ceder às pressões sociais por uma abolição imediata e sem indenizações em maio de 1888.

Richard Graham apresentou a rebeldia escrava como fator determinante para o desenrolar da abolição, nos anos de 1887 e 1888. Para ele, dado que se as fugas em massa de escravos continuassem por mais algum tempo, todos os escravos estariam livres *de facto*, “a lei que abolia a escravidão era em grande parte uma formalidade”.¹

Robert Conrad corrobora esta tese apresentando o desenrolar das fugas em São Paulo como o principal catalizador para a abolição da escravidão no país. Este autor salienta a participação dos abolicionistas no processo das fugas com incitamento e auxílio, em suas palavras:

Os escravos eram ajudados por abolicionistas, que viram a deserção em massa das fazendas como a única forma de acabar rapidamente com a escravidão, mas muitos escravos abandonaram seus senhores sem o incentivo abolicionista, fazendo, na realidade, o que dezenas de milhares já haviam feito antes deles e sendo encorajados por um novo clima de opinião, que deve ter penetrado até mesmo nas fazendas mais isoladas. [Antônio] Bento e seus seguidores tiveram influência no processo, mas foi a decisão

¹GRAHAM, *op.cit.*, p. 74-75.

peçoal do escravo individual, multiplicada muitas vezes, que trouxe o rápido fim do cativo brasileiro.²

Bem. O autor avalia bem a questão quando afirma que os abolicionistas são parte dos condicionantes do processo mas que os sujeitos ativos são os próprios escravos, lembrando que a “decisão pessoal” é condicionada por uma série de fatores conjunturais bem como estruturais e essa multiplicação apresentada é o efeito sobre essa parcela da população desses condicionantes que não afetavam apenas um ou poucos escravos mas a todos em diferentes níveis e dependendo de variantes regionais e contextuais.

O “clima de opinião” apresentado por Conrad se traduzia em uma nova conjuntura política e social na qual os escravos não estavam mais isolados na sua busca individual ou coletiva por liberdade.

O rompimento desse isolamento não se apresenta apenas em fugas e insurreições, mas também, nas últimas décadas da instituição escravista, por meio de advogados abolicionistas ou simpatizantes que passaram a defender em tribunais e jornais a liberdade individual ou coletiva de escravos.

Joseli Nunes Mendonça trabalha com fontes judiciais que mostram como algumas vezes indivíduos livres atuaram na defesa da liberdade de indivíduos cativos e como algumas vezes os tribunais foram simpáticos a reclames por liberdade feitos a eles.³

Segundo Célia Maria Marinho Azevedo, em São Paulo, já a partir do começo da década de 1880, “começam a aparecer sinais mais insistentes de apoio popular à causa dos escravos”. Azevedo frisa que as fugas e o movimento abolicionistas nos centros urbanos tinham uma relação e que no decorrer de 1887, enquanto as fugas aumentam, o abolicionismo em cidades como Santos e São Paulo ficava cada vez mais radical.⁴ A

² CONRAD, *op.cit.*, p. 300-301.

³Para ver a discussão sobre os significados das ações na justiça feita pelos escravos ver MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. E da mesma autora *Entre a mão e os anéis: a lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, p.174.

autora utiliza do mesmo estudo de caso e jornal que Conrad e Maria Helena Machado: os caifazes de Antônio Bento e seu jornal “A redenção”, da capital paulista.⁵

Tais trabalhos de recuperação das experiências e ações dos cativos durante o declínio da escravidão vieram na esteira de uma nova corrente que vem buscando fazer o mesmo quanto a todo o período do regime, tendo o escravo como “personagem central” dessas histórias, em um livro icônico desta corrente: *Negociação e conflito*, de Eduardo Silva e João José Reis.⁶ Este livro inovou não só por essa questão metodológica, como também por mostrar novas perspectivas ao analisar certas vantagens dos cativos nas relações com seus senhores não como uma concessão destes mas sim como uma conquista e algo negociado nas relações cotidianas, ou nas palavras dos autores:

certos padrões de relacionamento, de negociação, que aparecem desde os primeiros tempos e que não podem ser explicados apenas pela via do paternalismo, mas que são, em boa medida, forçados pelos próprios escravos.⁷

São delineadas assim temáticas que vão além do binômio passividade e revolta, dando mais complexidade às interpretações das relações de poder na sociedade escravista brasileira.

A rebelião escrava também ganha outros contornos nesse livro. Ao abordar a organização e o sentido político dos cativos no caso da invasão do candomblé de Accú, os autores afirmam:

Na escravidão nunca se vivia uma paz verdadeira, o cotidiano significava uma espécie de guerra não convencional. Nessa guerra, tanto escravos quanto senhores buscavam ocupar posições de força a partir das quais pudessem ganhar com mais facilidade suas pequenas batalhas. É óbvio que os senhores e seus agentes detinham uma enorme vantagem inicial, baseada no acesso a poderosos recursos materiais, sociais, militares e simbólicos. Por isso os escravos tiveram de enfrentá-los com inteligência e criatividade. Eles desenvolveram

⁵Sobre os caifazes FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A prática Abolicionista em São Paulo: os Caifazes (1882/1888)*. Dissertação de Mestrado, mimeo. São Paulo: USP, 1976. E sobre o jornal “A redenção” SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 85-99.

⁶REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.7.

⁷*Idem*, p. 13.

uma fina malícia pessoal, uma desconcertante ousadia cultural, uma visão de mundo aberta ao novo.⁸

Essa “visão aberta ao novo”, no contexto da dissolução do escravismo também se apresentava na adoção de sentido político para ganhar e preservar suas liberdades. A associação com os abolicionistas fazia parte disso também e era capaz de não só dar suporte físico como ideológico e informativo para os cativos. Os cativos não ficavam alheios a esse clima de opinião, mas também souberam se utilizar dele para alcançar sua liberdade.

2.1) *A rebelião cativa e os senhores*

Vejamos o que nos diz o jornal *Novidades* sobre as fugas de cativos na província de São Paulo no final de 1887. No artigo “Sublevação de escravos” afirma-se:

Sempre que se procura pelos meios legais ou pela iniciativa dos próprios interessados dar um passo na solução do temeroso problema da escravidão, os anarquistas e desordeiros que nenhuma responsabilidade tem e que só procuram dar pasto aos seus instintos destruidores, entram como elemento perturbador e empregam toda sua atividade em inutilizar pela violência o que se está fazendo pela convicção e pela legalidade.⁹

Bem. Tentemos primeiramente ver o que se entende por “iniciativa dos próprios interessados”. Pode-se depreender duas coisas: insurreição/fuga ou libertação paga por pecúlio dos cativos. Como há no artigo a apreciação contrastante entre aquelas duas primeiras formas de libertação e a intervenção de “anarquistas e desordeiros”, cremos que a segunda interpretação era o que o autor queria atingir.

O que vemos então: um caminho ordeiro trilhado por senhores e escravos que era invadido e conspurcado por terceiros que não tinham nada a ver com um assunto que deveria ser tratado apenas entre aqueles dois, mantendo uma suposta “paz nas senzalas”. Novamente o abolicionista é tratado como o invasor, um “elemento perturbador” que não pertence à família senhorial e que, portanto, não deve se meter num, digamos, assunto interno.

⁸*Idem*, p. 32.

⁹*Novidades*, 14 de Dezembro de 1887.

O abolicionista aparece, aqui e em outras fontes, como um invasor no seio da família senhorial e como o sujeito principal da rebelião escrava. Podemos ver isso em diversos casos de rebelião e insubordinação escrava no *Manual do Súdito Fiel* e neste trecho:

Ora, nós outros, os senhores de escravos, de sobejo, temos contribuído para a extinção da escravatura com a depreciação oficial e artificial da nossa propriedade, e com o desassossego em que tem-nos posto, não os nossos escravos, de que receamos menos do que do governo, mas os abolicionistas com a cumplicidade do mesmo governo.¹⁰

Lembrando que Antônio Coelho Rodrigues escreve em 1884, em pleno combate contra o que seria mais tarde a lei dos Sexagenários, é um pensamento interessante o dele, que passa boa parte do livro narrando supostos casos de rebeldia e insubordinação escrava.

Analisando essas linhas temos a impressão de que o escravo era visto com receio, só que, porém, não mais que o governo e o abolicionismo que seria insuflado por ele. A rebeldia escrava, no *Manual*, parece atacar a ordem em grande escala apenas quando aparece a intervenção dentro dos limites do poder senhorial desses dois atores.

Aqui podemos fazer uma pergunta complexa para tentar responder: por que era inconcebível para o escravismo a ideia de que os escravos poderiam ser os principais atores de suas de libertações? Por todo período da escravidão no Brasil, os cativos se rebelaram e fizeram valer sua liberdade pela inteligência e/ou pela força. Isso não poderia ser simplesmente ignorado pelo outro lado na disputa, também com uma vasta experiência histórica tanto na repressão como no apaziguamento das tensões.

Podemos arriscar uma resposta, que, longe de contemplar toda complexidade da questão, pode ser um início, como um pequeno balão de ensaio para voos posteriores mais altos. É possível que a politização das demandas escravas não coubesse nas cabeças senhoriais, talvez fosse mesmo inconcebível, de modo que para explicá-la ou expô-la teriam de colocar um sujeito ativo branco e livre para tentar trazer um pouco de sentido para seu mundo abalado.

Isso é apenas uma hipótese. Não vimos, até agora, nenhuma fonte expressar algo que diga algo próximo disso, apenas o deduzimos por parte de uma estrutura de

¹⁰ RODRIGUES, *op.cit.*, p.37.

pensamento e argumentação postos pelos próprios defensores dos interesses senhoriais e, além disso, com embasamento em outros estudos.

Como o de Sidney Chalhoub, que, ao analisar o romance *Helena* de Machado de Assis, mostra, no personagem Estácio (um jovem senhor), algo do que pode ser chamado da perspectiva senhorial para analisar o mundo. Acompanhem:

[...] Estácio só consegue imaginar aquilo que possa pensar um escravo em qualquer circunstância, como reflexo ou espelhamento de sua própria maneira de ver as coisas; em outras palavras, os escravos conceberiam a sua condição sempre a partir dos significados sociais gerais impostos pelos senhores.¹¹

Partindo disso, podemos tentar uma explicação. Rodrigues, partindo do princípio que os escravos não conseguiam ver o mundo de forma diferente da sua, não consegue imaginar eles se rebelando e politizando suas demandas sem o auxílio do abolicionista: um branco (ou mestiço) livre que ele poderia considerar, se não um igual, pelo menos algo próximo.

Isso talvez deva ser aplicado para outras visões senhoriais e para outros senhores, para termos uma ideia mais certa do chão em que estamos pisando. Porém, grosso modo, é uma perspectiva que não deve deixar de ser considerada, quando do estudo das várias facetas do pensamento senhorial.

Note-se que a ideia do abolicionismo como um invasor da família senhorial, é bem parecida com a apresentada com relação a intervenção do Estado na obra da emancipação. Mas voltaremos a isso de forma mais completa logo abaixo.

Vejamos o que os fazendeiros paulistas faziam quando da “intromissão” na importante questão servil:

A Província de São Paulo pelo órgão de seus chefes políticos—o Sr. Antônio Prado à frente— entendem que estava em condições de se poder adiantar mais que as suas irmãs em relação à questão servil; e bem ou mal entendido isso fez reuniões, convocou outras, viu a sua imprensa discutir a questão, propor bases, apresentar projetos e quando se achava nas vésperas da grande e decisiva reunião a efetuar-se dia 15, é tomada de surpresa diante do grande número de escravos que abandonam o trabalho e fogem armados em massa tentando até assassinar os senhores.

¹¹ CHALHOUB, *op.cit.*, 2003, p.31.

Bom. O jornal é de 14 de dezembro, então podemos dizer que as fugas de escravos atrapalharam as negociações senhoriais em torno do destino dos cativos. Se como diz o artigo, lá os grandes representantes da classe senhorial paulista iam “resolver” a questão em seus termos, os já ex-cativos tomaram a dianteira para resolver nos termos deles, sendo isto supostamente obra de “abolicionistas *énrages* que querem tudo a qualquer preço.”¹²

Mas notem bem: o tanto de movimentação política da classe senhorial (reuniões, discussão na imprensa, elaboração de projetos, a “grande e decisiva reunião” do dia 15 para tratar dos caminhos da emancipação na província) que apresenta o artigo não pode apenas, conforme é mostrado, o entendimento pelo “órgão” dos chefes políticos de que era preciso adiantar a emancipação. Robert Conrad diz que as fugas das fazendas paulistas “começaram ocorrendo com frequência pouco habitual em 1886, tendo-se acelerado durante os primeiros meses de 1887” e em junho deste criaram uma “ampla crise”.¹³

Para este autor, durante esta crise “os fazendeiros de toda província de São Paulo continuavam concedendo a emancipação condicional e os escravos persistiam em ganhar a liberdade total”, o que faz com que ocorram “conversões” ao “abolicionismo”, dentre esta do próprio Antônio Prado (chefe do Partido Conservador na província), que passa a defender as alforrias condicionadas a algum tempo de serviço, isto é manumissões privadas como saída para crise em que se encontrava o cativo na província.¹⁴

Isto é: o “entendimento” dos chefes políticos não era gratuito ou apenas um diálogo entre brancos livres: era uma tentativa resposta às ebulições que se davam nas senzalas e nas ruas. A visão da abolição e de seus caminhos como simplesmente um pacto das classes dominantes, que parecem construir a história sozinhas vem sendo altamente criticada pela historiografia recente.

Joseli Nunes Mendonça apresenta uma crítica interessante às interpretações da abolição de “cima para baixo”: seja pelo viés da benevolência, seja pelo viés do mero “pacto” entre setores dominantes. Em um ou em outro os motivos mudam, mas os agentes

¹²*Novidades*, 14 de Dezembro de 1887.

¹³ CONRAD, *op.cit.*, p.298.

¹⁴*Idem*, p. 303.

permanecem os mesmos e o escravo só seria apresentado quando da rebelião aberta contra a escravidão, em fugas, levantes etc., sem ver outras formas pelas quais os escravos buscaram a liberdade.¹⁵

Para Célia Maria Marinho Azevedo, existiria uma “postura metodológica” que se valoriza apenas as lutas explícitas pela abolição, em revés das “pequenas lutas disseminadas pelo cotidiano, não organizadas num todo coerente e dotado de ideário próprio, e quase sempre reprimidas e derrotadas.”¹⁶

Essa tentativa de organizar a emancipação sem a perda, todavia, da maioria dos privilégios, vinha precedida de iniciativas individuais de senhores em ceder às pressões da escravaria, no sentido de evitar a perda da mão de obra. Conrad chama isso do “fenômeno do fazendeiro-emancipacionista”, que cediam a liberdade mediante a adoção de contratos de trabalho pelos cativos. Como no caso de Antônio Prado, acima visto.

É, como também pode ser visto num pequeno artigo chamado “De palanque” sobre a reunião da fina flor do escravagismo paulista do dia 15 de dezembro de 1887, que cria a Associação Libertadora e Organizadora do Trabalho, para organizar a emancipação e as manumissões privadas nos termos dos interesses senhoriais. Vejam:

—És abolicionista? Pergunta-se hoje ao lavrador de S. Paulo; e o lavrador de S. Paulo responde: —Que remédio? —Está a entrar pelos olhos que a nova associação é um grito de desespero do escravagismo, é um estertor do fazendeiro, que sente o escravo escapar-se-lhe das mãos.¹⁷

Isso pode ser registrado no seu interessante nome: era uma Associação *Libertadora e Organizadora* do Trabalho, se propunha simultaneamente a libertar formalmente e organizar, ou seja, manter o controle sobre os trabalhadores cativos.

O barão de Cotegipe iria fazer alguns meses depois a seguinte consideração sobre a deterioração do controle sobre os cativos nos últimos meses do escravismo: “Para que

¹⁵ MENDONÇA, *op.cit.*, 2001, p. 11.

¹⁶ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004, p 156.

¹⁷ *Novidades*, 16 de Dezembro de 1887.

uma lei abolicionista? A abolição já está consumada — e revolucionariamente. Os espantados senhores procuram deter o êxodo dando liberdade imediata aos escravos.”¹⁸

A fala de Cotegipe dá uma ideia de como as classes dominantes entenderam aquele momento em que tiveram que ceder às pressões de baixo, das ruas e das senzalas. A abolição era um fato já consumado pelas lutas abolicionistas e dos escravos e as classes dominantes teriam que se adaptar a ela para não perder ainda mais privilégios.

Interessante agora fazer um breve parêntesis para tentar ver o que significava muitas vezes na prática, o quanto de manutenção das relações escravistas significavam essas manumissões conquistadas. Podemos ver isso numa pequena notícia, com o título de “A abolição em S. Paulo” enviada de Campinas para o *Jornal do Commercio*, no tempo da dissolução final da escravatura. Transcrevemo-la por inteiro:

Enquanto o jornalismo da Corte se deleita em noticiar o entusiasmo paulista na libertação dos escravos, mandamos-lhes esta notícia: Os escravos de uma fazenda daqui, libertos com a condição de prestarem serviços por pouco tempo ainda, um destes dias recusaram trabalhar, e o feitor tendo consultado a respeito o fazendeiro chamou-os a ordem metendo-lhes o chicote.

É preciso que se saiba que o fazendeiro é um dos mais esforçados abolicionistas de S. Paulo. Tem uma lei para outros e outra lei para si.

E viva a abolição.

Campinas, 28 de Novembro de 1887.

A.V.S.¹⁹

O que A.V.S. nos apresenta é uma situação em que, após dissolução dos laços tradicionais entre senhores e ex-escravos, estes não poderiam ser simplesmente recompostos por artimanhas paternalistas e contratos típicos do mundo do trabalho livre. Não tendo as leis que coagem ao trabalho esperadas pelos grandes fazendeiros (que veremos no próximo capítulo) ou as leis que forcem a cumprir os contratos, eles se valeriam dos recursos à mão para isso: o uso da força privada ou qualquer outra forma de barganha possível dentro das diversas condições.

¹⁸ Carta de Cotegipe a Francisco Ignácio de Carvalho Moreira *Apud* GRAHAM, *op.cit.*, p.75.

¹⁹ *Jornal do Commercio*, 3 de Dezembro de 1887.

Cabe lembrar, com efeito, o sujeito que o autor, claramente abolicionista, usa no segundo parágrafo: “Os escravos”. Estes teriam sido libertos, mas sua situação de liberdade era tão precária, que A.V.S. pode tê-los chamado assim para reforçar essa precariedade. O “esforçado abolicionista” vendo sua força de trabalho sair do padrão que era esperado dela não teve escrúpulos em usar os recursos que ainda tinha em mãos para manter o trabalho na fazenda.

Então, podemos ver que as libertações por contrato (tipos manumissões privadas), muito comuns em São Paulo, conforme avança as fugas de cativos em direção a Santos, de fato, como argumentavam muitos escravistas, mantinham a certa parte dos laços e das práticas escravistas (isto é: o castigo físico e, além disso, a possibilidade implícita de aplicá-los), o que deveria estragar o deleite dos abolicionistas da capital. Mais ainda, mostra a hipocrisia de alguns senhores, que muitas vezes eram louvados pelos abolicionistas por esse tipo de libertação.

A manutenção de parte dos laços entre escravos e senhores no caso de manumissões privadas era ideia recorrente no repertório do escravismo brasileiro. Para defender a manutenção dos escravos nas fazendas, necessários para não “desorganizar a lavoura”, apareciam muitas vezes ideias arraigadas na sociedade, como o que Sidney Chalhoub revelou como o significado da alforria no ideário escravista.

Segundo esse pensamento, “o escravo, sendo dependente moral e materialmente do senhor, não podia ver essa relação bruscamente rompida quando alcançava a liberdade”.²⁰ Em trabalho posterior, Chalhoub definiu isso como “ideologia da alforria”, ao interpretar os debates sobre a lei de 1871 e acrescentou que os senhores sempre se ressentiam de intervenções do Estado nas suas relações com a escravaria²¹.

E nesta linha argumentava um artigo na coluna “Publicações a pedido” do *Jornal do Commercio*, contra a parte do projeto Dantas que libertava idosos sem indenização, defendendo que o governo incentivasse as alforrias espontâneas e privadas:

Eu suponho que quem sacrifica seu interesse à liberdade do seu escravo tem bastante afeição a este para dirigi-lo e aconselhá-lo sobre o uso que deve fazer dessa liberdade e sobre a vida que deve levar no seu novo estado. Suponho ainda que o escravo libertado

²⁰CHALOUB, *op.cit.*, 1990, p.135-136.

²¹ CHALHOUB, *op.cit.*, 2003, p.108-109.

gratuitamente considera o libertador como o seu maior amigo e melhor conselheiro. Na alforria forçada não vejo nem uma nem outra coisa.²²

Pode-se supor que por trás da preocupação do articulista com a vida dos libertos, estivesse o que era um tema candente no debate: a “desorganização do trabalho”, como geralmente se dizia, e, portanto, a manutenção do cativo como força de trabalho na grande lavoura.

Mas se as manumissões por contrato, ao mesmo tempo que mantinham partes das relações de poder escravistas, para alguns não seriam o suficiente nem para manter a força de trabalho nas fazendas. É o que diz o *Novidades* um dia após a grande reunião dos fazendeiros paulistas para tratar da emancipação (ou seja, em 16 de dezembro de 1887), que selou politicamente essa estratégia para a classe senhorial de São Paulo. Vejamos:

Não se iluda a província de São Paulo: nem os fazendeiros, nem a associação recém-instalada, nem o governo podem coagir ao trabalho a horda amotinada dos negros a quem se confere a liberdade mediante a condição de permanência nas fazendas.

Isto porque, “liberto o escravo obrigado a trabalho por três anos ele não se subordinará ao trabalho e as fugas continuarão em maior número”. Isto é, para o jornal ceder as manumissões por contrato de trabalho não era o caminho para se manter os privilégios e a força de trabalho sob a dominação das classes dominantes, pois as fugas iriam continuar e a província veria “escoar essa enxurrada negra que desce dos campos cultivados para as estradas que trilham apesar dos obstáculos que a lei corre a lhes opor.” E, segundo eles, se veria “aumentar em S. Paulo o êxodo de escravos que abandonaram as fazendas, que despovoaram os campos crentes de que estão livres e certos de que ser livre é não trabalhar.”

Posto isso, vejamos a solução dada pelo jornal *Novidades*: “Aqui só há uma coisa a fazer, se ainda são necessários os trabalhos do negro: conservá-lo escravo para libertá-lo somente quando nada mais se pretenda ou se queira dele.”²³

²²*Jornal do Commercio*, 2 de Julho de 1884, p.4.

²³*Novidades*, 16 de Dezembro de 1887.

Reparem: para o jornal, ao cativo, enquanto fosse parte do processo produtivo, só poderia ser reservado um status, o de escravo, pois de outra forma seria avesso ao trabalho. Mas cabe notar também que as alforrias condicionais, mesmo tendo seus limites impostos pelos próprios libertos, também se referenciavam pela manutenção do escravo no mesmo lugar no processo produtivo, ainda sob outra forma de coação extra econômica (os contratos por tempo de serviço).

Isto é, seja pelo prisma ceder os anéis para se manter os dedos dos paulistas, ou da agressiva defesa da manutenção da escravidão, o projeto das classes dominantes era um só: manter o cativo em seu lugar social e econômico. E este projeto era limitado pelo próprio escravo rebelde, na ousadia de suas diversas formas de luta, o que gerava o impasse político entre as classes dominantes de como lidar esse “problema”.

Os questionamentos sobre a solução paulista e a solução proposta são, digamos, bastante sinceras... Deixam bem claro que o nível de aguçamento das contradições do escravismo deixava veredas abertas para diversas tentativas de superação por parte da classe senhorial: seja pelo lado de uma tentativa de conciliação, mas seja também pelo lado de propor mais repressão através do Estado e a manutenção do vínculos tradicionais.

Aqui é importante marcar uma questão: *Novidades* era um jornal do Rio de Janeiro que opinava sobre uma questão paulista. Embora, obviamente, as duas províncias e seus senhores de escravos e defensores estivessem enredados pela crise do escravismo brasileiro, é digno de nota que pela própria condição econômica e própria possibilidade de substituição da mão de obra cativa, se tivesse diferentes formas de se lidar com uma situação de ebulição, como a que ocorria não só em São Paulo como também na área açucareira do norte fluminense, especialmente Campos dos Goytacazes.

É importante marcar essa distinção regional também porque o próprio jornal se encarregava de fazê-lo: “Essa questão da transformação do trabalho[...] não é, nem pode ser uma questão uniforme, resolvida por padrão simétrico, atingindo simultaneamente todas as províncias.” Estaria São Paulo sendo um exemplo por cuidar “dispensar o

trabalho escravo, depois de se haver prudentemente abastecido do que lhe há de suceder.”²⁴ Isto é, de imigrantes.

Tal crítica ao modo paulista de lidar com a rebeldia escrava e com o encaminhamento da abolição mostram as diferenças entre os senhores paulistas e fluminenses, ou melhor entre os cafeicultores do oeste paulista e do Vale do Paraíba, seus modos de ver o mesmo problema que está essencialmente ligado às condições materiais que tinham para lidar com ele.

Para Jacob Gorender, o Oeste paulista se caracterizava e se diferenciava do Vale do Paraíba por um “apelo precoce a uma fonte alternativa de mão de obra diversa da fonte escravista tradicional”, porém o trabalho cativo foi “a base das fazendas do Oeste novo até as vésperas da abolição” e o trabalhador imigrante apenas “suplementar”.²⁵

Tal diferença explica o porquê da aceitação das liberdades condicionadas ao tempo de serviço em São Paulo, ao mesmo tempo em que a havia ainda a necessidade de manter os cativos onde estavam, sua substituição já estava em um horizonte próximo. Tal não acontecia no Rio, como nos deixa entrever, ainda no contexto de aumento da rebeldia escrava, em fevereiro de 1888, o jornal *Novidades*: “Entre S. Paulo e Rio de Janeiro a diferença está em que aquele deu o golpe para depois cuidar das consequências e este quer prevenir as consequências antes de dar o golpe.”²⁶

O jornal se equivoca ao dizer que São Paulo não tinha como lidar com as consequências da emancipação, mas mostra também que o Rio não tinha se preparado quando as condições políticas e sociais com a ebulição do abolicionismo nas cidades e dos escravos nas senzalas impunham um limite ao escravismo. Nesta situação de “despreparo” a tentativa de manutenção do escravismo foi a opção seguida pelos fazendeiros fluminenses.

²⁴*Idem*, 10 de Dezembro de 1887.

²⁵ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 606. Warren Dean traz a mesma discussão em seu estudo de caso sobre a cidade paulista de Rio Claro. Ver DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²⁶*Novidades*, 17 de Fevereiro de 1888.

Como Robert Conrad mostra: “A situação em São Paulo fora modificada pela prosperidade e pela entrada maciça de imigrantes, mas a do Rio pouco era afetada pela imigração e tornava-se ainda mais difícil pelo declínio econômico.” Isso e o grande número de cativos fez com que os senhores fluminenses resistissem ao fim da escravatura e a medidas como as manumissões privadas. Os fazendeiros fluminenses nos últimos dias da escravatura foram um “importante obstáculo à abolição” chefiados por Paulino de Souza e Andrade Figueira.

Enquanto, por um lado, a linha dura pró-escravatura se esvaía e, depois, se desintegrava totalmente em São Paulo com a fuga em massa dos escravos, a resistência na província do Rio de Janeiro, por outro lado, persistiu até semanas após a abolição.

Não por acaso a oposição ao projeto de lei da abolição foi liderada por deputados do fluminenses e dos 9 votos contrários à lei Áurea na Câmara dos Deputados 8 foram do Rio.²⁷

Mas em Campos dos Goytacazes os cativos foram capazes de forçar os limites da intransigência fluminense. Lana Lage mostra como as fugas em massa e a queima de canaviais da cidade e dos arredores pelos cativos, que começam a aumentar a partir de 1884, “forçam os senhores campistas a tomar providências para conter a situação”, pois “a maior parte dos escravistas acaba cedendo, por ver na abolição um fato consumado.”

A autora, concluindo sua análise sobre o abolicionismo e a rebeldia escrava em Campos, faz a seguinte análise:

Vimos, portanto, que, em Campos, os abolicionistas vão se aliar ao negro na luta contra a escravidão. E, se a aliança com a violência negra torna o abolicionismo mais incisivo, a rebeldia do escravo também se torna, a partir daí mais ameaçadora, porque mais consequente. Assim, ao fazer do negro um aliado, apadrinhando suas explosões de revolta, o abolicionismo confere, imediatamente, a essa rebeldia uma conotação política anteriormente negada pelo sistema.²⁸

Segundo Conrad, no começo de 1888, começa a surgir “Um movimento de fazendeiros emancipacionistas” em Campos.²⁹

²⁷ CONRAD, *op.cit.*, p. 323-330.

²⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981, p.139.

²⁹ CONRAD, *op.cit.*, p. 326.

Apenas podemos entender esses movimentos tendo em mente uma conjuntura extremamente cambiante e fluída: se por um lado a própria efervescência nas senzalas e fora delas demandava das classes dominantes alguma resposta que veio por meio da tentativa de conciliação (a multiplicação e organização das iniciativas de manumissões privadas), por outro lado essa mesma conciliação faz com que os cativos vejam brechas nas quais podem avançar.

Mas quando eles avançam...

[...] não há da parte do governo hesitação, nem frouxidão em garantir a ordem; e que apesar da gritaria que os anarquistas levantam, o governo da província fez logo mover-se a força necessária para conter a sublevação e o governo geral já enviou reforço que julgou conveniente para que não continue o tripudio infame que a propaganda assanha e incita.³⁰

Muito bem... Vimos que a ebulição pró-libertação levou os fazendeiros para uma reorganização política para conciliarem em parte com uma certa aceleração com da emancipação, sem perda da maioria dos privilégios e que este movimento gera o aumento das insurreições e das fugas para a “surpresa” dos senhores. Surpresa que os forçava a prosseguir com o caminho das emancipações privadas, mas que também não excluía o uso da força para a manutenção dos seus privilégios históricos enquanto classe dominante.

Aí podemos voltar a um tema de antes neste e do capítulo anterior: a relação contraditória entre o Estado e o domínio privado dos senhores. Isto é, de como o Estado, que por um lado era um elemento que intervinha nos assuntos da *Casa* para encaminhar a emancipação como expomos anteriormente, mas também de como ele era o elemento que conseguia manter as hierarquias sociais—era o que tentava ao levar em diante as leis de emancipação gradual como vimos anteriormente.

Primeiro, voltemos a algo que foi mencionado acima: no contexto de ebulições no cativo paulista, os abolicionistas eram apresentados como invasores do domínio senhorial que levantavam os escravos contra a ordem, “o elemento perturbador” da ordem senhorial e escravista.

Como outro exemplo disso voltamos ao Súdito Fiel. Em suas lamúrias, narra o caso de seus escravos que estariam sendo seduzidos supostamente por membros da

³⁰*Novidades*, 14 de Dezembro de 1887.

Confederação Abolicionista. Mas tal sedução talvez nem fosse necessária, como ele deixa escapar. Vejamos:

Em minha ausência apareceu na fazenda, onde resido, um emissário da propaganda a missionar meus escravos, anunciando-lhes o advento da liberdade e aconselhando-os a *emigrarem* para a *terra da luz*, onde poderiam vagar tranquilos pelas ruas da capital, e ficar muito mais á vontade do que no quilombo vizinho, para onde estavam fugindo.³¹[Itálico original, sublinhado nosso.]

Contrariando, talvez despercebidamente, sua linha argumentativa de que os escravos eram liderados sempre pelos abolicionistas e que, até estes aparecerem, os seus viviam em perfeita harmonia e paz com sua posição, ele mesmo apresenta que os últimos, ao penetrarem na senzala, deram mais uma opção num plano já montado de fugir para um quilombo próximo, no qual já haviam outros escravos de Rodrigues. Isto é, os abolicionistas só deram mais uma alternativa a um plano que aparece como já elaborado.

Aí podemos pensar numa relação em que a estória de Rodrigues tenta (e pode ter conseguido) ficar mais palpável para o público dialogando com a realidade. Richard Graham diz que a Confederação Abolicionista contratou vendedores ambulantes para fazer agitação com folhetos entre os escravos, e ela se transformou

num ponto de encontro para comunicar sua mensagem àqueles escravos que passavam pela cidade [Rio de Janeiro] com seus senhores. Quando retornavam, estes escravos levavam consigo a ideia da fuga e a certeza de que eles e seus companheiros seriam ajudados e protegidos.

O que Graham nos mostra com isso é que, mesmo com as ações autônomas dos escravos em direção à liberdade, pois os “abolicionistas empreenderam um árduo trabalho para persuadir os escravos a abandonarem as fazendas.”³² Persuasão não é o termo mais correto, ou melhor talvez seja melhor dizer persuadir que os cativos encontrariam apoio em suas fugas.

Logo antes desses outros cativos fugirem, teriam começado a agir diferentemente “depois que os sábios da Europa começaram de interessar-se por nós, e de travar amizade, com uns brasileiros patriotas, que lá andam fazendo reputação à custa de seu país”; após

³¹ RODRIGUES, *op.cit.*, p. 16.

³² GRAHAM, *op.cit.*, p.75.

isso Rodrigues passou a sentir “diferença nos modos e diminuição no trabalho” deles ³³. Como se fez a conexão entre os sábios e sua senzala não fica explicado. Podemos compreender, no entanto, que Rodrigues se referisse ao que Conrad acima falou sobre o novo “clima de opinião”, em que a rebeldia escrava poderia ser mais bem recebida por outras camadas da sociedade.

Ao tentar refletir sobre os casos narrados pelo *Manual*, devemos ver anteriormente que o conjunto de textos se apoia em dois eixos: um dissertativo, onde expõe suas visões da política; outro narrativo onde ele aborda supostos casos de rebelião e insubordinação dos escravos. Os textos como crônicas devem ser tomados como não a narração de fatos, mas sim histórias que servem para provar a temática central que Coelho Rodrigues tenta convencer seu leitor.

Porém, isto posto, devemos ter atenção que o clima de instabilidade nas senzalas levava ao emissor a crer que essas histórias (ou estórias, como queiram) teriam eco e credibilidade.

Qualquer que seja a fonte, jornalística, judicial, literária etc., não pode ser tomada ao pé da letra com o risco de incorrerem na repetição do que os autores pretendiam que fosse o entendimento, como Marc Bloch já alertou e sempre vale a pena repetir. No entanto, o mesmo autor alerta que “o ceticismo de princípio não é uma atitude intelectual mais estimável ou mais fecunda que a credulidade.”³⁴

Portanto, se os casos narrados por Coelho Rodrigues não são possíveis de ser verificados e nem de darmos a ele um “selo” de credibilidade, devemos saber que eles também refletiam um clima de opinião dentro da classe senhorial brasileira na decadência da escravidão.

Muito bem. Durante nosso percurso até aqui vimos senhores assombrados pelas sombras de dois “intrusos”: o Estado e o abolicionismo (em suas diversas faces). O notável é que esse mesmo Estado intruso em 1885, fosse saudado por sua intervenção

³³RODRIGUES, *op.cit.* p.12-13.

³⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

quando da massiva fuga de escravos de 1887. Seria o uso de fontes diferentes? Seriam apenas mudanças de opinião?

Não. É uma conjuntura diferente, uma conjuntura de ebulição social, com insurreições massivas que leva a essa diferença de tratamento. São os próprios escravos que forçam não apenas a tentativa de conciliação que vimos acima, mas também os senhores a precisarem não apenas de suas forças como também dos reforços das forças estatais.

Esse é o papel do Estado: salvaguardar a posição das classes dominantes, determinada ordem e hierarquia social, no nosso caso a escravista. Como muito bem aponta Jacob Gorender:

Avalizador da ordem escravocrata, o Estado devia zelar por sua defesa do ponto de vista do conjunto, às vezes contrariando interesses particulares deste ou daquele escravista, considerado individualmente.

Numa conjuntura de aumento generalizado das insurreições como era o caso específico daquele ano 1887, não havia nem poderia haver dúvida entre as classes dominantes sobre como seu Estado deve proceder, por maiores que fossem as contradições vistas entre este e seu domínio privado. Gorender completa com algo que cabe muito bem ao período que nos detemos aqui:

As autoridades do Estado, fossem as da Coroa lisboeta como as da Corte imperial do Rio de Janeiro, não se iludiam quanto à hostilidade do escravo. Embora todo plantador dispusesse de força privada para reprimir os cativos no dia-a-dia, o Estado concentrava contingentes militares para dar conta daquelas manifestações de rebeldia mais ameaçadoras como os grandes quilombos e os levantes insurrecionais.³⁵

Isto é, numa situação de crise como essa que vemos apenas o Estado poderia ser capaz de conter a rebeldia escrava e manter a ordem e a hierarquia social. No entanto, naquele contexto, ficava cada vez mais difícil para o Estado conseguir conter a rebeldia, tanto por causa do aumento quantitativo, quanto por causa do apoio social que agora ela angariava.

Conter ameaças à ordem e se adiantar a elas, como vimos no capítulo anterior era algo que tentava fazer o Estado também ao tentar adiantar a questão da emancipação,

³⁵GORENDER, *op.cit.*, 1991, p.40.

como com as leis de 1871 e 1885. São duas atitudes diferentes, mas que seguem o mesmo movimento contraditório do passo da abolição no Brasil: a tentativa de aplacar os ânimos da escravaria (seja com medidas legais que dessem espaço para a liberdade ou alforrias através dos próprios senhores), não pode ser pensada de forma separada da repressão às lutas dos escravos, pois os dois fazem parte da forma pela qual o Estado brasileiro lidou com a questão da emancipação: a manutenção de privilégios e das hierarquias passava por controlar o fim da escravidão de modo que estes não fossem abalados.

Maria Helena Pereira Toledo Machado demonstra isso ao estudar a dinâmica de revoltas escravas na década de 1880, algumas delas capitaneadas por escravos e libertos e com sentido político.³⁶ A aspiração senhorial de mantê-los trabalhando em suas antigas posições era especialmente rejeitada, como se depreende pelo aumento da criminalidade escrava.³⁷ A autora mostrou como as instituições policiais, no decorrer na década de 1880, não se preocupavam com a rebeldia nas senzalas apenas como um problema específico de cada senhor prejudicado e sim lidando em várias frentes de um problema que poderia generalizar-se a ponto de comprometer a ordem em grande escala. Vale a pena citar:

A erosão do controle senhorial sobre os plantéis nas fazendas alimentava os terrores mais profundos das populações nas áreas de forte concentração escrava, transformando a segurança pública na questão mais delicada da década: temia-se, de fato, que o pânico gerado por insurreições de escravos, reais ou imaginárias, não só desafiassem a ordem pública como se transformassem em senha para a explosão da crescente fúria, alimentada por certas camadas da população que, cada vez mais inseguras com o desenrolar dos fatos, mostravam-se propensas a reagir pela força. O papel dos órgãos policiais tornava-se passo a passo mais estratégico – tratava-se, dessa forma, não apenas de defender os interesses senhoriais, mas também de manter o monopólio do poder, de repressão, evitando o desencadeamento de uma situação de confronto entre as forças pró e contra abolição.³⁸

Isso considerando, como Maria Helena Machado aponta em todo transcurso de seu trabalho, as carências e os problemas dos aparelhos de repressão: falta de contingentes, armamentos etc. Para ela, diante de tais ameaças as forças de segurança desenvolveram uma tática de tentar diminuir para o público o alcance das ameaças de

³⁶MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

³⁷*Idem*, p.94.

³⁸*Idem*, p. 80-81.

levantes nas fazendas paulistas durante a década de 1880, através da “desinformação e censura”.

Incapazes de fazer frente às tropelias dos escravos e à ousadia dos abolicionistas, buscava-se descaracterizar a periculosidade das ocorrências que envolviam essas categorias, evitando o pânico das populações e a emergência de uma discussão generalizada sobre a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil.³⁹

Muito bem. O que vemos acima são retratos da relação essencialmente contraditória entre a erosão do domínio privado que está visceralmente ligada à própria necessidade que se torna incapacidade do poder estatal de manter esse poder. Para tentar entender essa complexa interrelação voltemos a Ilmar Mattos, para compreender a formação desses papéis sociais que estão mudando no período que estudamos.

Para Mattos o fim do colonialismo português no Brasil e a emergência da nova monarquia inaugura um duplo movimento: a criação do novo Estado soberano e a formação da classe senhorial, repousados sobre antigas prerrogativas aristocráticas, com novas roupagens liberais.

Tal sociedade passa a construir novas hierarquias que retomam mas modificam as do Antigo Regime.

Referido aos atributos de liberdade e propriedade, o sentimento aristocrático não só servia para discriminar entre os diversos elementos constitutivos da sociedade imperial; servia sobretudo para determinar a posição e o papel de cada um deles.

Para Mattos, essas hierarquias se constituem em três mundos que formavam aquela sociedade; três mundos separados mas que se relacionavam e conflitavam.

O chamado Mundo do Governo abarcava as classes dominantes em seus diversos setores, englobando tanto o Governo da Casa como o Governo do Estado, aos quais nos referimos no capítulo anterior. Seria, para Mattos, “um mundo que se via como tendendo

³⁹*Idem*, p. 25-26.

a ser naturalmente ordenado, mas também como portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade.”

O outro mundo dessa sociedade era composto pelos escravos: o Mundo do Trabalho. Para Mattos, existia uma relação dialética entre os papéis sociais e econômicos reservados a esses mundos:

o lugar e a função que os componentes do mundo do governo reservavam a si próprios, estavam definidos, antes de tudo, pela relação que estabeleciam com os que se apresentavam como seus simétricos — os escravos negros, e que eram vistos como constituintes do *mundo do trabalho*. [Grifos originais.]

Para o autor, a visão do escravo não apenas como mão de obra mas também como “inimigo irreconciliável”, como diz citando uma fonte de Vassouras, dentro do cotidiano da sociedade imperial, após as rebeliões escravas da primeira metade do século XIX, “destaca para nós a relação entre mundos do governo e do trabalho como uma relação de força, que existe em ação, exercendo-se a cada instante: o poder como combate, confronto e guerra.”⁴⁰

Mais tais lugares não abarcavam o conjunto da sociedade, havia um terceiro mundo que se destacava por sua origem predominantemente negra e mestiça, alforriados ou descendentes, mais precisamente “homens livres e pobres encontravam-se desvinculados de modo direto das atividades que conferiam sentido à ocupação do território”, “vagavam desordenadamente, ampliando a sensação de inquietude que distinguia a crise do sistema colonial, estendendo-se pela minoridade.” Compunham por isso o Mundo da Desordem.

Para Mattos, com o fim do sistema colonial, esse mundo passou a expressar “por meio da violência aberta a humanidade que cotidianamente lhes era negada”, na série de rebeliões que marcaram o primeiro reinado e o período regencial.⁴¹

⁴⁰MATTOS, *op.cit.*, p. 130-131.

⁴¹*Idem*, p. 134-135.

2.2) *O desgoverno invade o trabalho*

Bem. A formatação de Mattos para as classes sociais no Brasil império nos dá a possibilidade de entender que lugares estavam se movendo e que posições de força estavam sendo mexidas. Mudanças nos “mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição das suas fronteiras”, mas se isso acontecesse, caberia ao Mundo do Governo (ordenado e ordenador, como vimos acima) “recorrer à repressão mais sangrenta a fim de evitar que tal acontecesse.”⁴²

Parece ser o caso no ano de 1887. Tentemos refletir sobre qual abolicionismo é esse que penetrava nas senzalas. Maria Helena Machado nos mostra um movimento multifacetado, que expressava a insatisfação com os entraves políticos, econômicos e sociais impostos pela dominação senhorial através da participação nas diversas frentes do movimento abolicionista. Entre estes “indivíduos destemidos e ousados que o desenraizamento e o deslocamento social despejavam para fora dos mecanismos de integração e ascensão social.”

No caso de seu estudo sobre a penetração abolicionista nas senzalas paulistas, a autora destaca que estes eram “Viajantes, forasteiros e embarcadiços—gente para a qual a ausência das famílias, dos laços estáveis e das propriedades estimulava o engajamento mais livre e a ação mais arrojada junto aos eitos e senzalas das fazendas cafeeiras.” Esses setores mais radicalizados seriam os responsáveis por levar para o campo a agitação abolicionista que acontecia nas grandes cidades brasileiras.⁴³

Bom. Isto posto, não é difícil para nós, fazer a identificação entre esses “Viajantes, forasteiros e embarcadiços” e os que “Não tinham nem lugar, nem ocupação; não pertenciam ao mundo do trabalho, e muito menos deveriam caber no mundo do governo.”⁴⁴ Fica claro para nós que Maria Helena Machado e Ilmar Mattos se referem à mesma classe social dos homens livres e pobres que compunham o Mundo do Desgoverno. Classe que continuava trazendo instabilidade à ordem só que com um novo

⁴²*Idem*, p. 136.

⁴³ MACHADO, Maria Helena, *op.cit.*, p. 228-229.

⁴⁴ Nos termos de MACHADO, Maria Helena, *op.cit.*, p. 228 e MATTOS, *op.cit.*, p. 134.

conteúdo político e um novo aliado social: os escravos, aos quais se juntam para a luta pela libertação dentro de protestos mais amplos por mudanças estruturais.

Não é por acaso que quando mostram o que o liberto não deveria vir a ser ou o que o escravo fugido seria colocam-no na posição dos que não trabalham, não ocupam o espaço que a classe senhorial esperava que eles ocupassem no processo produtivo: o trabalho na grande lavoura.

A Representação da Associação Commercial do Rio de Janeiro deixa claro esse pensamento arraigado nos senhores:

A tendência do liberto, a própria do seu estado anterior de escravidão, é a transformação absoluta de sua existência passada. Emigra das regiões em que foi cativo, emprega-se em indústria diversa da que exercera, se é dedicado ao trabalho.⁴⁵

Para Celia Maria Marinho de Azevedo, o discurso senhorial sobre a suposta inferioridade do negro era de tal forma um “lugar-comum” que “assinalava sua presença na linguagem sem se perder em longas exposições a respeito”, e partindo desta

premissa, muitas vezes implícita ou mal explicitada, desenvolvia-se o argumento do negro perigoso (porque inculto, imoral, não-civilizado, enfim, diferente) precisava ser rapidamente incorporado à sociedade via estratégias disciplinares. Quanto à viabilidade destas propostas passava-se por alto, pois essa mesma inferioridade, que tornava o negro perigoso assegurava a certeza de sua aquiescência em relação a um estado de liberdade ilusória.⁴⁶

Essa certeza da aquiescência do negro, de certo, vai se esvaindo a medida que as fugas e insurreições aumentam e revelam que as estratégias tanto de manutenção da escravidão como de controle do liberto eram delimitadas pelos próprios cativos e ex-cativos.

A dissolução do Mundo do Trabalho como se conformara no desenvolvimento da sociedade imperial marca o limite da imposição daquele que era um lugar no processo produtivo da monocultura. A recusa dos libertos e dos escravos fugidos em continuar nas fazendas era ao mesmo tempo a recusa por permanecer no lugar social que lhes era destinado desde os tempos da colonização. Uma das reações da classe senhorial era os

⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 22 de junho de 1884.

⁴⁶ AZEVEDO, *op.cit.*, 2004, p.48.

tachar de vadios e inaptos ao trabalho, uma reedição da legitimação histórica da escravidão que ainda hoje ecoa no racismo existente em nossa sociedade.

Nos “Fundamentos do projeto de emancipação pelo deputado Felício dos Santos”, escrito para embasar o projeto alternativo desse deputado por Minas Gerais ao projeto Dantas e combater uma abolição “imediate” ao estilo americano, encontra-se uma forma bem acabada de como o cientificismo europeu também foi incorporado ao repertório do pensamento escravista para embasar a defesa dos interesses escravistas, além de mostrar o medo existente entre a classe senhorial que o Mundo do Trabalho se desintegrasse e passasse para a Desordem.

Para ele, por causa das diferenças entre a aclimatação do negro nas duas sociedades, a abolição imediata não convinha para nós, já que diferente do que teria acontecido com os senhores de escravos na América do Norte, onde não ocorreu a tal aclimatação e ao invés de nosso “espírito filantrópico” e “caridade inata”, gerados pela melhor aclimatação do negro (por causa das semelhanças climáticas entre Brasil e África), havia o “comercialismo de outras [sic] nações exploradoras dos povos inferiores”. Interessante que o deputado, se opondo a tal projeto, oferece a sua alternativa baseado em uma leitura cientificista da sociedade brasileira e de suas relações raciais inspirada nos estudos do francês Armand de Quatrefages, antropólogo que, apesar da visão negativa sobre os negros, não via negativamente a miscigenação⁴⁷, caindo, então, como uma luva para ser escolhido por Felício ao montar seu argumento. Para este, a experiência americana não nos convinha, pois aqui, diferente de lá, o negro “é de grande utilidade como elemento de população e, portanto, de riqueza”, porque a “plasticidade do português, que em todo o mundo tem criado mestiços, auxiliou a fusão das duas raças aclimadas entre nós, a indígena e a africana.”

Logo, ao invés da libertação imediata, dever-se-ia libertar o negro “de modo que ele possa educar-se na sociedade do homem livre, tanto permite-lhe a menor capacidade mental, para que possa continuar a laboriosa, mas segura assimilação da raça negra, que se vai, desde o tempo de sua importação”. Inclusive porque seria “horrorosa a perspectiva

⁴⁷AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma perspectiva comparada*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 178-179.

de 1.000.000 de selvagens atirados, sem [sic], sobre uma população apenas dez vezes maior e disseminada em tão vasto território!” Manifestava assim o medo de que os libertos inaptos para a liberdade se transformassem em fator de instabilidade social, como “mendigos” ou “salteadores”⁴⁸, ou seja, membros do chamado Mundo da Desordem.

De tal forma mostrava a crença, também, uma das pautas políticas e sociais dos setores escravistas: a de que o processo de emancipação deveria ser gradual, uma das questões que estavam no fulcro dos debates. Podemos ver também, novamente, a ideia do liberto um inapto ao trabalho conforme queriam os senhores e como fatores de instabilidade social.

As histórias da senzala do Súdito Fiel podem nos mostrar ainda alguns aspectos do pensamento senhorial e da rebeldia escrava, associada ao abolicionismo. Retomando a história deixada acima, abolicionistas frustrados em seu primeiro plano de ajudar os escravos a fugir, pelo que Rodrigues atribui ao uso impróprio do dinheiro da Confederação em “jantares opíparos”, de um “*amigo ausente*”, um dos “beneméritos da *ordem*”, na Europa⁴⁹ — estava se referindo a José do Patrocínio.⁵⁰

Mas o auxílio volta com uma opção para os cativos:

Mas, diante dessa dificuldade, a *confederação* ou o emissário não recuou; de modo que este voltou, desculpando-se de não levar dinheiro, mas sugerindo outro expediente, cuja eficácia garantiu com vários argumentos e repetidos exemplos.

Esse expediente era, nada mais nada menos, que o de assassinar o feitor e minha família; apresentarem-se depois às autoridades e confessarem todos a autoria do crime.⁵¹

Vemos aí algo que já foi dito algumas vezes, o assassinato de senhores, membros de sua família e seus asseclas como saída da situação de cativo. Só vale a pena mostrar o caráter da ajuda: não podendo ajudar fisicamente, pôde ajudar por meio de informações,

⁴⁸Anais da Câmara dos Deputados, 15 de Julho de 1884,p.172-174.

⁴⁹ RODRIGUES, *op.cit.*, p.17.

⁵⁰MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2014, p.21-22.

⁵¹RODRIGUES, *op.cit.*, p.17.

as quais os escravos poderiam ter ou não acesso anterior. Foi comum o expediente dos cativos matarem senhores, seus familiares ou empregados e depois se entregarem para a polícia, como nos mostra Célia Maria Marinho Azevedo.

Esta autora afirma que os escravos foram capazes sim de dar sentido político a sua rebeldia, vista também no aumento da criminalidade deles; como quando matavam senhores, administradores, feitores etc. e se entregavam para a polícia, “como se julgassem de seu direito matar quem os oprimia”,⁵² contando com o fato de as penas de trabalhos forçados (as chamadas galés) serem às vezes preferíveis ao trabalho no eito.

Uma representação do Grêmio Municipal da Lavoura e do Comércio de Paraíba do Sul, apresentada pelo deputado Pereira da Silva, confirma tal visão ao afirmar: “Está hoje no ânimo dos escravos mais boçais, que nenhum sofrerá a pena de morte, e que a de galés, nas prisões do Estado, é um cativo suave.”⁵³

O plano ainda tinha, supostamente, um aprofundamento curioso, aqui o autor coloca as palavras na boca do emissário:

Destarte, dizia o apóstolo da liberdade, vocês todos serão condenados à pena última, e o poder moderador, ainda uma vez comutando-a, como sempre, irão todos para Fernando de Noronha *esperar* os outros que hão de ir chegando a mais e mais; até que um dia estejam bastante fortes, para tomarem conta da ilha e formarem lá uma república igual a de São Domingos.⁵⁴[Grifos originais.]

A relação feita entre a comutação das penas de morte dos escravos pela Coroa e a rebeldia deles já foi abordada aqui. O que vale marcar é o contorno dramático que ela ganha nesse trecho, drama que pode ser resumido numa palavra maldita, que não foi mencionada acima: Haiti. A rebeldia escrava e a ação do imperador poderiam gerar consequências tão funestas quanto à reprodução do maior fantasma dos escravistas do Novo Mundo.

Devemos observar, novamente, que as coisas ditas por essa fonte não são para ser tomadas ao pé da letra. Mas reparem: se tomarmos a fala do emissário como um simples instrumento argumentativo, isto é, uma mentira ou manipulação do que foi dito, pressupõe-se um ambiente social em que a rebeldia escrava ameaçava a ordem de tal

⁵² AZEVEDO, *op.cit.*, 2004, p.157. Humberto Machado apresenta exemplos desse tipo de ação por parte dos cativos: MACHADO, Humberto, *op.cit.*, 1993, p.84-85.

⁵³ *Anais da Câmara dos Deputados*, 25 de Agosto de 1884, p.117.

⁵⁴ *Idem, ibidem.*

forma, que tal fala pode ser mobilizada para ajudar na linha argumentativa de “assustar” o leitor, já pré-condicionado pela análise situação social e seus reflexos.

Tal ruptura com os lugares estabelecidos aguçava o sentido de medo permanente dos senhores dos escravos. Para Jacob Gorender, sendo que não havia nas relações sociais entre senhores e escravos aceitação desses últimos da sua condição, “o cativo devia ser, por natureza, inimigo da escravidão” e, logo, “os senhores sentiam medo. Sentimento constante, manifesto ou latente”.⁵⁵ O autor, no seu entendimento de uma escravidão calcada principalmente na violência, traz esse raciocínio para todo o período do escravismo nas Américas, aqui veremos esse medo num período de instabilidade das relações senhoriais, em que haviam atores sociais no mundo livre que davam apoio à rebeldia, num período que o escravismo se dissolvia.

O medo permanente do cativo no escravismo, em nosso ver, se transmutava no medo do negro liberto pela abolição.

Voltando à questão do medo que apresentamos acima, Gorender faz a seguinte relação entre medo (e também violência, como vimos) e o paternalismo:

Se dependesse somente do medo dos senhores, a escravidão seria interminável. Mas esta reação psicossocial levava ao comportamento dúplice do paternalismo— na margem estreita que permitia a finalidade mercantil— associado à vigilância ininterrupta e ao castigo atroz para efeito pedagógico de aterrorização da massa servil.

O *ethos* do senhor se movia entre dois extremos, resumindo-se na garantia da disciplina rígida mas sem excessos. A manifestação desse *ethos* variava de acordo com a personalidade de cada senhor, sendo do interesse deles toda sua observância aproximada indispensável à defesa coletiva da classe dos proprietários de escravos.⁵⁶

Tal perspectiva não é calcada na inexistência de paternalismo, mas sim de sua correta afirmação enquanto subordinada e acessória à violência, que era o fundamental para a manutenção das relações escravistas. Gorender deixa claro quando aborda a questão dos incentivos dados aos escravos: “Com efeito, operavam incentivos, visando a

⁵⁵ GORENDER, *op.cit.*, 1990, p. 38.

⁵⁶ *Idem.*, p.39.

aumentos de produtividade e à atenuação da resistência dos cativos. Mas a força coesiva da formação social escravista era a violência coatora e não esses incentivos.”⁵⁷

No contexto de 1887-1888, nem a repressão privada nem a estatal davam conta de controlar a rebeldia escrava, que cria uma crise política dentro das classes dominantes:

No início de março[de 1888], o estado da nação era crítico. Em grande parte do país, tanto na norte quanto a sul, os escravos encaminhavam-se para centros urbanos e, embora os senhores estivessem em todos os pontos rendendo-se a novas exigências, ainda havia o perigo de um conflito aberto. Se, por um lado, a economia das fazendas de São Paulo já estava quase normalizada, a verdade é que, nas províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, bem como em certas partes do norte, a situação econômica deteriorara-se seriamente.

As fugas de escravos abre uma crise política, que faz com que se mude o gabinete conservador do barão de Cotegipe para o de João Alfredo, disposto a passar uma lei de emancipação. Tal mudança de governo se dá para que se resolvesse logo a questão servil, pois a situação como estava “poderia significar mais miséria e perigo para os ex escravos e dificuldades imprevisíveis para a classe dos fazendeiros, talvez até mesmo a destruição de seu modo de vida aristocrático.”⁵⁸

Célia Azevedo nos mostra o quanto o medo do escravo e do negro influenciaram profundamente as ideias em debate naquele contexto, não só dos escravagistas, como também de abolicionistas, republicanos, defensores da imigração etc. Para ela, de um lado prevalecia a ideia de um “negro instável e perigos”, que seria também inapto ao trabalho, tendo que ser substituído por trabalhadores imigrantes europeus.⁵⁹

O cenário da virada de 1887 para 1888 parecia confirmar os piores prognósticos das classes dominantes: escravos insurretos viraram um perigo direto e real para os senhores, como também para a própria produção agroexportadora, que cada vez mais abandonavam.

⁵⁷ *Idem*, p.117.

⁵⁸ CONRAD, *op.cit.*, p. 327.

⁵⁹ AZEVEDO, *op. cit.*, 2004, p. 222-223.

Vemos, portanto, que a ousadia dos escravos fugitivos e rebelados foi capaz não só de impor limites aos projetos senhoriais para a manutenção da escravidão e dos laços de trabalho, mas também foi capaz de criar uma ampla crise política entre a classe senhorial e seus diferentes projetos e possibilidades de lidar com ela, como também de forçar a abolição imediata e sem indenizações como feita em maio de 1888.

Veremos a seguir os projetos e expectativas dos senhores de escravos que foram conformados e limitados pela própria luta de escravos e escravas em busca da liberdade.

Capítulo 3

Chagas do passado. Promessas de futuro?

Se pedirmos à nossa própria experiência os fatos que ela sugere, acharemos a afirmação pleníssima da regra invariável: que o liberto a si mesmo entregue, não trabalha ou trabalha insuficientissimamente [sic], e é incapaz de servir à exploração regular de uma indústria qualquer. De vinte anos a esta parte várias manumissões em massa de escravos, acompanhadas da concessão de terras de lavoura em que permaneçam e que explorem em seu proveito, atestam eloquentemente a verdade destes conceitos.¹

Quanto a mim, declaro com toda a franqueza à Câmara e ao país, não tenho ilusões, porque conheço os trabalhadores escravos, e os conheço também depois de libertos. Não conto com eles, e só penso nos imigrantes estrangeiros, para substituírem os atuais trabalhadores, que uma vez libertados, hão de se dispersar necessariamente.²

A organização do Estado e das classes dominantes para o fim da escravatura traz consigo o debate sobre quais deveriam ser as formas e os meios de se efetuar a transição entre regimes de trabalho e também sobre quem seriam e como deveriam se comportar os novos trabalhadores livres. Neste capítulo abordaremos os projetos das classes dominantes imperiais para o trabalhador livre a ser construído e o que eles esperavam dos libertos, no pós-abolição, e o que eles significavam dentro daquele contexto de desagregação do escravismo no Brasil.

Tais projetos passavam sempre pela visão do passado e do presente, isto é: era analisando sua situação atual e também com base em seus preconceitos que as classes dominantes planejavam como deveria ser a transição para o trabalho livre. Misturam-se

¹*Jornal do Commercio*, 22 de Junho de 1884, p.2. Representação da Associação Comercial do Rio de Janeiro que será trabalhada neste capítulo.

²*Anais da Câmara dos Deputados*, 28 de Maio de 1885, pp. 143. Discurso do deputado por Minas Gerais Valladares nas discussões sobre a lei de 1885.

nas formulações da intelectualidade senhorial tanto o estudo de casos similares em outros países como também a visão preconceituosa que tinham sobre os libertos brasileiros.

Voltemos a Representação da Associação Comercial do Rio de Janeiro:

O recentíssimo relatório apresentado ao parlamento inglês em Fevereiro do corrente ano[1884], elaborado por uma comissão especial de inquérito, criada e mandada as Índias pelo governo de S.M. Britânica, derrama clara luz sobre a questão do trabalho e oferece exemplo à precipitação com que se pretende resolver questão tão grave quanto complexa. Os libertos e seus descendentes manifestam uma antipatia característica pelos trabalhos do campo e geralmente por quaisquer trabalhos no próprio país; emigram facilmente para se ocupar nos trabalhos do canal do Panamá e da estrada de ferro de Costa Rica; e dentro do país suas preferências são para os trabalhos de obras públicas, ainda quando os salários não são superiores aos que a indústria agrícola lhes confere.³

Bem. Já podemos ver qual era a preocupação da Associação: uma possível desagregação do trabalho agrícola, com a saída dos trabalhadores do campo para outras esferas da vida econômica. Emília Viotti nos informa de um cálculo que diz que “nem um quarto dos escravos tinha permanecido nas fazendas, onde até então trabalhavam”, meses após o 13 de maio.⁴

A comparação com os casos estrangeiros cumpria, não apenas neste texto mas de maneira geral, um papel importante na argumentação contra um dito fim abrupto e sem indenizações da escravidão. A Representação pega como exemplo uma suposta desorganização do trabalho nas colônias britânicas, que tiveram o sistema de aprendizado, o qual prendia o escravo à propriedade em que trabalhava por um período de 6 anos e onde, além disso, os senhores receberam indenizações com títulos do governo britânico. De acordo com Blackburn, tal indenização “chegou perto de representar o valor total de seus escravos”. Além disso, “Os próprios escravos teriam de cobrir boa parte do custo da indenização, já que durante o período de “aprendizado” seriam obrigados a permanecer nas *plantations* com uma jornada de dez horas diárias de trabalho.”⁵ Isto é, estamos falando de duas indenizações para os pobres senhores...

³ *Jornal do Commercio*, 22 de Junho de 1884, pp.2.

⁴ COSTA, *op.cit.*, 2010, P. 509.

⁵ BLACKBURN, *op.cit.*, p.485.

A primeira consideração que se deve fazer sobre isso é que se esse sistema (que os escritores da Representação deveriam conhecer, mas omitiram do texto) não era o considerado suficiente para a Associação Comercial do Rio de Janeiro, eles tinham em mente a manutenção da escravidão por um período ainda maior e um controle ainda mais duro sobre a força de trabalho liberta.

A outra, como veremos também abaixo, é a pintura de um panorama sombrio para os latifundiários no pós-abolição, no qual as grandes plantações eram abandonadas e os libertos perturbariam a ordem social estabelecida.

Esse medo da desagregação do trabalho também se referia ao medo incutido por parte da intelectualidade escravocrata da massa de libertos perambular sem controle. A associação entre uma coisa e outra não é ingênua nem casual: o medo faz parte da argumentação de que deveria haver um controle sobre a população liberta. Acompanhem:

O estado desta numerosa população [libertos das Antilhas inglesas] é miserável. Formas variadíssimas de anemia se tem desenvolvido entre a população negra, e as moléstias venéreas tem tomado proporções assustadoras. O furto, tradição dos tempos de escravidão, faz progressos enormes, é familiar a gente de cor que o considera hoje tão inocente como no tempo que era feito pelos escravos a seus senhores.

As associações diretas que os autores da representação querem induzir são claras: esses homens e mulheres agora teriam passado a roubar mais (“furto[...] faz progressos enormes”), teriam agora uma sexualidade desmedida (“moléstias venéreas tem tomado proporções assustadoras”) e não se alimentariam tão bem como nos tempos de cativo. A argumentação tem um corolário óbvio: a libertação acarretaria em perda de qualidade de vida para os próprios cativos. Notem que tanto no que se refere às doenças sexuais e aos furtos são postas como tendo aumentado após a libertação e a anemia parece que na cabeça dos representados nem existiria antes, segundo os representados...

O que tentamos apresentar aqui, voltando ao que foi dito acima, é que esse alarmismo da Representação (assim como de outras fontes) fazia parte de uma argumentação, em que o medo era posto em cena para naturalizar a tutela sobre os libertos, que na verdade nada mais era do que manter seu trabalho sob controle, para servir à grande lavoura de exportação. Fica claro nessa reclamação exposta:

Entre os negros que possuem melhores qualidades e menor ignorância começa a desenvolver-se um certo estímulo para o trabalho, mas a sua tendência é para ofícios de outra natureza, de que pouco ou nada entendem, e os que possuem alguma educação, para as profissões sedentárias de empregados de correio, telegrafistas etc. etc.⁶

Emília Viotti afirma que alguns libertos “empregavam-se em outras fazendas e passaram a constituir uma população móvel, flutuante, caracterizada pela instabilidade”. O Estado passou então a usar meios policiais para evitar aglomerados de libertos nas cidades e também para que estes cumprissem contratos com os ex-senhores, “obrigando-se, conforme os casos, a assinar termos de bem viver.”⁷

Joseli Nunes Mendonça, abordando o tema, traz os exemplos dos escravos de ganho e daqueles que dispunham de roças para plantar para a subsistência e, eventualmente, para venda e relativiza essa suposta incapacidade do liberto para inserção no mercado de trabalho livre. A questão de fundo para as classes dominantes não era se ele poderia ou não se inserir, mas sim onde: “o grande problema, ainda que não fosse assim nomeado, era que o liberto seria um trabalhador ao qual se dava maior margem de escolha.” Tendo essa escolha, poderia optar por não trabalhar na grande lavoura cafeeira.

Assim do liberto esperava-se que, antes de mais nada, deveria pautar sua liberdade pelo trabalho. Mas não qualquer trabalho: somente aquele realizado na grande produção agrícola de exportação asseguraria a prosperidade, tanto particular como pública.⁸

Tendo em vista isso, para nós, o medo apresentado como sendo da desordem, era na verdade o medo da perda de controle sobre a força de trabalho na área mais crucial da economia agroexportadora. A suposta ameaça da desordem aparecia mais como elemento de mistificação com o qual se reforçava a argumentação sobre o problema fundamental para as classes dominantes: a perda do controle extra econômico sobre a uma força de trabalho que não poderia ser substituída.

⁶*Jornal do Commercio*, 22 de Junho de 1884, p.2.

⁷ COSTA, *op.cit.*, 2010, p. 509.

⁸ MENDONÇA, *op.cit.*, 2001, p. 40-41.

Da perspectiva de perda de controle sobre os libertos partiam diversas táticas para ou manter a força de trabalho sob outras formas de controle ou conformar outra.

Das táticas expostas ao debate público algumas, por sua, digamos, bizarrice foram só veiculados nos meios de comunicação da época. O que não significa que eles fossem desprovidos dos mesmos significados e objetivos dos outros. Vejamos o exemplo do Moçárabe do Século XII, que propôs que os escravos fossem transformados em servos de gleba⁹. De acordo com Celia Maria Marinho de Azevedo, o reformador Francisco Brandão, defendia a mesma tese, “para se galgar mais um degrau rumo à civilização.”¹⁰ Mesmo com toda extemporaneidade da sugestão em vista, fica óbvio o que pretendiam: manter o ex-escravo nas fazendas exportadoras, evitando a desagregação e aumentos descontrolados de preço da força de trabalho.

Pode-se ver como os próprios senhores tomaram a responsabilidade de evitar isso, já na antessala do 13 de maio e depois na falta de uma legislação que fixasse o escravo, após a abolição. Hebe Mattos e Ana Maria Rios mostram como os senhores do município de Cantagalo na província do Rio de Janeiro se articularam para evitar a concorrência entre eles pela mão de obra liberta no local e competir por ela com outros municípios.¹¹

O Súdito Fiel dizia que o governo deveria criar um mecanismo para “coagir” o liberto a cumprir contratos de prestação de serviços para seus senhores. A medida ajudaria a emancipação, na medida em que daria garantias aos senhores para alforriarem autonomamente sem interferência do Estado e (o que parece ser bem mais importante para ele)

habilitaria além disso muitos fazendeiros a irem convertendo, pouco a pouco, suas fabricas em colônias de libertos, pois muitos deles fazem menos questão de possuir

⁹*Jornal do Commercio*, 2 de Junho de 1884, p.2.

¹⁰ AZEVEDO, 2004, *op.cit.*, p. 44.

¹¹ RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição”. In: Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes. *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 57-58.

escravos do que de contar com trabalhadores certos para continuarem nos seus estabelecimentos, depois de extinta a escravatura.¹²

“Colônias de libertos” é um termo bastante interessante, no sentido que aponta para um projeto de manutenção dos ex-cativos não em uma, digamos, indústria agrícola (o uso do termo indústria para se referir a lavoura era largamente explorado nas fontes pesquisadas), com trabalhadores livres e assalariados, aptos a vender sua força de trabalho onde quer que pareça mais vantajoso, mas, ao invés disso, para algo como o estabelecimento de um regime de colonato, onde a troca do trabalho se dá mais pelo direito de usufruto da terra, do que por salário, embora estes ainda subsistam.

Rios e Mattos mostram que nas experiências do pós-abolição, os camponeses negros do Vale do Paraíba tendiam a valorizar mais o acesso à terra e outros itens referentes ao uso dela do que o pagamento em dinheiro.¹³

José de Souza Martins afirma que o que predominou nas relações de trabalho no campo após a abolição, não foi o trabalho assalariado tradicional do capitalismo, mas sim a forma de colonato (como queria o Súdito Fiel). O autor já aponta para isso quando diz que “A sua designação como colono já era parte de um artil ideológico que o comprometia com a propriedade.”¹⁴

Bem. Voltando para antes do 13 de maio, o que Súdito Fiel apresenta como algo que os fazendeiros fazem mais “questão” liga-se com o que Emília Viotti da Costa diz sobre a defesa da escravidão em termos brandos, em comparação, por exemplo, aos sulistas americanos: ao invés de defender a escravidão como um projeto de futuro, eles marcavam apenas a dependência da grande lavoura em relação a ela e, como nos mostra Antônio Coelho Rodrigues, vão além estabelecendo projetos de futuro nos quais desaparece o cativo antigo, mas aparecem formas de dominação novas para manter os negros sob controle— que se conjugavam com parte das antigas.¹⁵

¹² RODRIGUES, *op.cit.*, p. 7-8.

¹³ RIOS; MATTOS, *op. cit.*, p.73-75.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986, p.60.

¹⁵ COSTA, *op.cit.*, 2010, p. 358-359.

Além das considerações sobre o futuro e articuladas com elas, haviam opiniões sobre os ex-escravos e a capacidade deles de se inserir na “sociedade livre”, isto é, questionamentos sobre o modo pelo qual se tornariam cidadãos brasileiros, tendo em vista seus hábitos dos tempos de cativo e sua raça. E ainda, junto a isso tudo, havia o que se pode chamar de desdobramento de haitianismo: o medo de que os libertos fora da tutela senhorial seriam agentes da desordem, instabilizando a sociedade.

3.1) *Qual trabalhador?*

Como observamos no capítulo anterior, a oposição mais obstinada dos representantes da grande lavoura fluminense à abolição correspondia à diminuição de sua capacidade produtiva e econômica. Essa diminuição também implicava numa possibilidade reduzida de introduzir imigrantes para substituir o braço cativo, em comparação com a maior capacidade das áreas do Oeste Paulista.

Essa diferença não era nova e aparece também nos debates sobre a lei de Locação de Serviços de 1879. De acordo com Maria Lúcia Lamounier, já surgia nas diferenças de perspectivas entre o Vale (incluindo também partes de São Paulo) e as áreas mais recentes de plantação de café. Ela observa que os representantes daqueles defendiam—junto a uma abolição gradual e indenizada, balizada pela Lei do Ventre Livre— uma lei dura que combatesse a ociosidade da população livre e liberta, pois eram contra uma política imigracionista por causa dos custos para o Estado e por não acreditar nela, visto o fracasso no passado. Por outro lado, os representantes das novas áreas do Oeste paulista, acreditavam ser “arriscado depender do trabalho dos ex-escravos” e também dos livres brasileiros, defendiam a via da imigração europeia, usando como argumento também o “branqueamento” da sociedade.¹⁶

Nessa lógica podemos entender o discurso do deputado republicano e futuro presidente da república (1894-1898) Prudente de Moraes diz que “Os lavradores de São Paulo não fazem questão do trabalho escravo, mas da permanência do trabalhador” e, sendo isto feito, não pediriam indenização¹⁷. Vale dizer que Moraes era fazendeiro da região de Itu, onde os cafeicultores estavam mais prósperos do que os do Vale do Paraíba

¹⁶ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas, SP: Papirus, 1988, p. 147.

¹⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, 1 de Maio de 1884, pp. 8.

e onde a imigração já avançava.¹⁸ É provável que além da manutenção forçada dos libertos nas lavouras ou municípios de origem o deputado quisesse apoio à imigração—o que o governo da província de São Paulo já fornecia.

De acordo com Humberto Machado, após o malogro da ideia da introdução de imigrantes chineses e também da constatação das dificuldades e de problemas com imigrantes europeus, a decadente lavoura fluminense volta-se, com o desenrolar da abolição, para os livres pobres e para os ex-escravos como solução para os problemas da mão de obra. E, para tanto, o Estado é visto como o elemento central na coação ao trabalho. A palavra de ordem para os cafeicultores do Rio de Janeiro era acabar com a “vadiagem” e o “ócio”, com a introdução de medidas para coagir ao trabalho na grande lavoura. A dissolução do regime escravista exigia novas formas de coação extra econômica para o trabalho.¹⁹

Tais formulações sobre o problema do ócio também apareciam nos reformadores sociais defensores da emancipação, como mostra Celia Maria Marinho de Azevedo. Porém, com um conteúdo diferente. Acompanhem:

Mas os reformadores que, sobretudo a partir dos anos 1870, relacionavam o ócio da maioria da população pobre com a estrutura fundiária já não encaravam como tão simples e direto o percurso entre emancipação gradual e disciplinarização das vidas. Antes disso havia uma importante premissa a ser discutida: a concentração da propriedade da terra em poucas mãos e o pouco incentivo ao trabalho disciplinado, regular e cumulativo que isto poderia representar para a maioria da população marginal e sem quaisquer recursos.

Esses reformadores, portanto, também viam com preocupação a suposta inaptidão para o trabalho tanto dos livres pobres como dos futuros libertos, contudo sua aposta não era apenas na coação, mas também na divisão do território e na vinculação do trabalhador à terra através da propriedade privada.²⁰

Por outra perspectiva, o pedido de execução rigorosa ou de uma nova lei de locação de serviços entra no debate como um arcabouço legal para organizar esse novo sistema de coação que parecia tão necessário à grande lavoura fluminense.

¹⁸ COSTA, 1998, pp.105.

¹⁹ MACHADO, Humberto, *op.cit.*, 1993, p. 122-125.

²⁰ AZEVEDO, *op.cit.*, 2004, p.41-42.

O espírito da lei aparece diversas vezes e pode ser resumida em duas das propostas da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em sua Representação. Uma dessas providências é a “Fixação do elemento servil e dos libertos e ingênuos nas localidades em que se acharem” e

Obrigatoriedade de exercício efetivo nos trabalhos *de sua profissão*, imposta aos libertos, e a fundação de colônias penitenciárias nas regiões mais longínquas do país, para a correção dos delinquentes, incorrigíveis pelo simples efeito da legislação adotada²¹. [Grifos nossos.]

Tal obrigatoriedade pretende ter um efeito óbvio: não bastaria o liberto trabalhar, ele teria que manter-se no ramo de trabalho anterior (na “*sua profissão*”) para evitar aumentos no preço e perdas de mão de obra, principalmente para a lavoura cafeeira, que é a principal preocupação da representação.

Isso porque, para eles, o liberto, por sua experiência de cativo tenderia a mudar de atividade e localidade, como teria sido percebido por eles pelos libertados pelas manumissões privadas e pelo fundo de emancipação²². É claro que esse “problema” se multiplicaria com a já vislumbrada abolição.

Aqui vale lembrar que a Associação também pedia o alargamento do fundo de emancipação, criado pela lei de 28 de setembro de 1871. Dentro obviamente da lógica da emancipação indenizada, mas nem tão preocupada com a intervenção estatal. Sidney Chalhoub mostra esta questão como ponto de discórdia nas discussões de 1871: os escravocratas aprovavam a indenização, porém criticavam haverem critérios legais para se definir os cativos a serem libertados. Os escravocratas queriam o poder dessas escolhas dentro dos domínios senhoriais e servindo a sua lógica de reprodução²³, para manter dentro de sua tutela seus trabalhadores.

Como vimos acima, as medidas para evitar a “desorganização” dos trabalhos agrícolas tinham como base um panorama sombrio quanto ao comportamento do liberto, depois de finda a escravatura. Tal panorama se baseava nas experiências dos senhores com os libertos anteriormente, por manumissões privadas ou pelo exíguo fundo de emancipação— que, de acordo com Sidney Chalhoub, teve um uso muito problemático, devido a problemas com a matrícula dos escravos e a manipulação por burocratas

²¹*Jornal do Commercio*, 22 de Junho de 1884.

²²*Idem, ibidem*.

²³CHALHOUB, *op.cit.*, 2003, pp. 227.

corrompidos.²⁴ Não era à toa que o Súdito Fiel pedia uma lei para coagir os ex-cativos a cumprirem seus contratos de serviços, como visto acima: a experiência devia haver lhe ensinado que, dentro do contexto de desagregação do escravismo, apenas um pedaço de papel não manteria os libertos ligados aos seus ex-senhores, em alguns casos ao menos.

Voltemos, então, à representação da Associação Comercial fluminense. Como visto lá na epígrafe:

Se pedirmos à nossa própria experiência os fatos que ela sugere, acharemos a afirmação pleníssima da regra invariável: que o liberto *a si mesmo entregue*, não trabalha ou trabalha insufficientissimamente [sic], e é *incapaz de servir à exploração regular* de uma indústria qualquer. De vinte anos a esta parte várias manumissões em massa de escravos, acompanhadas da concessão de terras de lavoura em que permaneçam e que explorem em seu proveito, atestam eloquentemente a verdade destes conceitos.²⁵[Grifos nossos.]

Lembrando o que vimos acima, sabemos o que significa esse “a si mesmo entregue”: sem a tutela senhorial e sem uma lei que os forçasse ao trabalho que interessante para as classes proprietárias ligadas à Associação, isto é, o trabalho nas grandes lavouras exportadoras.

Mas qual o porquê disso? Para a Associação, isso é decorrência da própria experiência do cativo. Segundo o documento,

A tendência do liberto, *a própria do seu estado anterior de escravidão*, é a transformação absoluta de sua existência passada. Emigra das regiões em que foi cativo, emprega-se em indústria diversa da que exercera, se é dedicado ao trabalho.²⁶[Grifos nossos.]

É importante notar que os representados não buscam na raça argumentos para a não adequação dos ex-escravos ao trabalho por eles esperado. Porém, isso não significa a inexistência de racialização dentro de sua argumentação. Ao dissertar sobre a importância dos laços familiares entre os libertos, dizem ser eles importantes para a “adaptação de uma raça inferior e sua educação aos preceitos da civilização e estado social de outras raças.”²⁷

Joaquim Nabuco exprimia concepções semelhantes a estas, no que se refere ao peso da experiência da escravidão. O dito de “mandato da raça negra” baseia-se, segundo ele próprio, na ideia de que o escravo, objetificados legalmente e também individualmente

²⁴ CHALHOUB, 2003, pp. 230-231.

²⁵ *Jornal do Commercio*, 22 de Junho de 1884, pp.2.

²⁶ *Idem, ibidem*.

²⁷ *Idem, ibidem*.

pela experiência no cativeiro, delegaria uma “procuração tácita” aos abolicionistas, para que estes falassem por eles e travassem a luta por sua liberdade. Os abolicionistas, portanto, não pretenderiam travar uma luta com os cativos, mas sim por eles e usando dos meios conferidos pelo *status quo* social. Isto porque,

Os abolicionistas, que querem conciliar todas as classes e não indispor umas contra as outras; que não pedem a emancipação no interesse tão somente do escravo, mas do próprio senhor e da sociedade toda; não podem querer instilar no coração do oprimido um ódio que ele não sente, e muito menos fazer apelo a paixões que não servem para fermento de uma causa, que não se resume na reabilitação da raça negra, mas que é equivalente, como vimos, à reconstituição completa do país.

Nabuco expunha, portanto, uma visão de abolição encaminhada somente pelos elementos livres da sociedade, pois, supostamente, os cativos incitados por essas lutas iriam para insurreição, o que não cabia na visão de emancipação ordeira do autor. “É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder a causa da liberdade.”²⁸

Disso podemos afirmar que tanto Nabuco como os membros da Associação partilhavam uma concepção que na verdade era social e se devia mesmo a forma como a sociedade via o cativo. Tais concepções podem ser vistas tanto em um como em outro lado da luta política do momento.

A experiência da classe senhorial com os libertos era uma das balizas usadas para legitimar a tutela no pós abolição. Os discursos trazem sempre a experiência pós alforria dos escravos como um dos fatores que indicariam que estes não continuariam estabelecidos na grande lavoura exportadora.

De acordo com Ricardo Salles, que analisa a demografia da população cativa do município cafeeiro de Vassouras, a alforria era um importante “norteador” das atitudes e estratégias de vida dos escravos, apesar de pouca probabilidade de ocorrerem. Porém, mesmo após ela ocorrer, a relação entre este e o senhor passaria a se dar ainda em termos de subordinação e relações pessoais de poder que ainda exigiam a submissão do liberto. Para o autor, nesses casos, “servidão e liberdade compunham um binômio inseparável,”

²⁸ NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010, p. 46-52.

especialmente nas propriedades menores onde havia mais contato pessoal entre cativos e senhores.

Conquistada ou recebida, a alforria como prática e costume social corrente estava no horizonte tanto de escravos quanto de senhores. Conquista arrancada para os primeiros e concessão voluntária para os segundos, o fato é que ela era um poderoso elemento de composição de um imaginário contraditório, dinâmico e que enformava um palco de disputas nas relações entre senhores e escravos. Imaginário em que ela era uma coisa e outra coisa ao mesmo tempo, mas sempre de forma dinâmica; umas vezes mais concessão, outras mais conquista. Mesmo que, em última análise, a alforria reiterasse o mundo escravista e, nesse sentido, exprimisse estratégias de dominação senhorial, estas não eram formuladas e postas em prática em um vazio social. Respondiam à realidade da mera presença da comunidade escrava, com uma configuração específica, quanto a suas origens geográficas[...].²⁹

Em certo sentido, a natureza conflituosa da alforria dava algum tom às desconfianças em relação ao liberto no pós-abolição. Analisando a alforria como um veículo para conter tensões dentro dos plantéis (como vimos no capítulo anterior, em relação à conjuntura de 1887) e não como mera obra da graça dos senhores (como estes gostavam de apresentar), podemos antever, que se as relações entre senhores e libertos azedavam após alforrias individuais, essa questão era transferida no discurso dos senhores como uma problemática ainda maior para após a abolição, compondo sua argumentação ou no sentido da tutela, tal como recomenda a Representação, ou para imigração.

O deputado Valladares, em meio a um discurso de defesa da emancipação gradual e indenizada, nos diz o que foi posto na nossa segunda epígrafe:

Quanto a mim, declaro com toda a franqueza à Câmara e ao país, não tenho ilusões, porque *conheço os trabalhadores escravos, e os conheço também depois de libertos*. Não conto com eles, e só penso nos imigrantes estrangeiros, para substituírem os atuais trabalhadores, que uma vez libertados, *hão de se dispersar necessariamente*.³⁰ [Grifos nossos.]

Valladares, diferente de outros debatedores estudados, não mostra a indenização como um meio para manter a legitimidade do domínio sobre os ex-cativos e sim apenas como um direito dos proprietários. E ainda recorre a sua experiência pessoal para afirmar sua

²⁹ SALLES, op.cit., p. 287-288.

³⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, 28 de Maio de 1885, pp. 143.

descrença nos libertos como trabalhadores assalariados e que a saída para manter a organização das grandes fazendas era emancipar gradualmente os escravos e incentivar a imigração, para substituir aqueles trabalhadores.

De fato, quanto à indenização mostrava uma argumentação interessante:

Não se pode contestar também que a indenização pecuniária será também pura ilusão neste país de moeda papel, que todos os dias se deprecia pelas emissões, que se repetem, e agora há de depreciar-se mais, na razão direta da marcha progressiva do descrédito do Estado, que há de ser consequência necessária da desorganização do trabalho, que constitui a sua única fonte renda.³¹

Valladares mostra porque não estava tão interessado nas indenizações. Para ele, a desvalorização da moeda, por conta da crise com a mão de obra tradicional, era tamanha que esta não compensaria. Vemos que a composição desse panorama sombrio para o pós abolição também se transformava num panorama de enfraquecimento do Estado. Sua solução: manter os cativos como estavam e substituí-los por imigrantes.

Essa era a visão de Valladares, em 1885. Porém, não só ele se posicionou sobre as compensações aos senhores. Como já havíamos abordado no capítulo 1 deste trabalho, o debate sobre as indenizações vinha desde as discussões de 1884 e se manteve em pauta depois do 13 de maio. E Machado de Assis interveio nele com seu modo irônico, em uma de suas crônicas da série *Bons Dias!*, de 26 de junho de 1888, tratando também do tema da manutenção dos libertos nas fazendas.

A ironia já se revela no começo do texto quando o narrador explica seu plano para faturar algum dinheiro com as compensações debatidas: “Eu se tivesse crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis e *ia comprar libertos*. [Grifos nossos.]” O plano do narrador, baseado no livro de Nicolai Gogol, *Almas mortas* (citado na crônica), seria comprar títulos de propriedade de ex-cativos e esperar a indenização do Estado que estava posta em pauta pelos representantes do Vale.

O diálogo imaginado com um possível vendedor é elucidativo do plano. Pergunta primeiro o narrador:

--Os seus libertos ficaram todos?

³¹*Idem, ibidem.*

--Metade só; ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se[...]

--Quer o senhor vender-mos?

[...]

--Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram.

[...]

--Libertos não se vendem.

--É verdade, mas a escritura da venda terá a data de 29 de abril; nesse caso não foi o senhor que perdeu os escravos, fui eu. Os preços marcados na escritura serão os da tabela da lei de 1885; mas eu realmente não dou mais de dez mil-réis por cada um.

E depois ao narrador só caberia esperar: “Esperando o quê? Esperando a indenização.” Mesmo sendo incerto que ela chegasse: “Porquanto isso de indenização, dizem uns que pode ser que sim, outros que pode ser que não.” Fechando a crônica, Machado faz um ataque mordaz ao senhores de escravos que estavam lutando pelas indenizações: “ Eu até desconfio que há já quem faça isto mesmo, *com a diferença de ficar com os libertos*[Grifos nossos].”³²

Bom. A pequena crônica nos mostra uma visão bastante ampla do espectro do debate no pós-abolição. Desde o senhor que perde metade de seus trabalhadores, que “dispersaram-se”, mostrando quebra na autoridade pessoal dele, dado que os cativos não trabalham mais para ele e também que não controla de forma paternalista suas existências.

Até o fundo mais ácido de sua crítica, ao nosso ver, é que a desumanização do escravo-liberto perdurava até depois da emancipação, o que seria demonstrado pela luta por indenizações, onde ele ainda era uma propriedade a ser recompensada ao dono; mesmo que agora fosse legalmente livre, a mesma legalidade pendia sobre ele para afirmar sua condição subalterna. Reparem: Machado se refere a *compra de libertos*, mas a situação é na verdade uma compra e falsificação de escrituras. Portanto, o que ele quer com isso é afirmar usando essa metáfora a situação de coisificação legal do ex-cativo.

Vejam a observação que ele faz logo depois daquela última frase citado por nós:

Sabem que no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeitos cozinheiros, ótimos copeiros, etc. era, com outra

³² ASSIS, *op.cit.*, 2008, p. 139-141. Crônica 13 da coletânea *Bons Dias!* Organizada por John Gledson.

fazenda [no sentido de produto], o mesmo que fazem os vendedores, em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones. Se os cretones, as chitas e os escravos se anunciassem, não poderiam fazer essa justiça a si mesmos.³³

A lembrança dos anúncios de venda e aluguel de escravos, leva o leitor de volta a situação de desumanização e mercantilização humana da escravidão, tecendo um paralelo com o debate sobre indenizações. A última frase mostra de modo irônico como esses “elogios” funcionavam no sentido de qualificar a pessoa do escravo como produto.

Se na perspectiva de Valladares e Cia. o perigo seria um excesso de liberdade e perda de controle social sobre os libertos, Machado, com sua pena, afirma os limites dessa liberdade e sua precariedade face aos interesses dos grandes senhores rurais, representados por Valladares e Cia.

Bem. Um exemplo nos dá o barão de Nova Friburgo (que assim como o interlocutor da crônica acima também tinha uma fazenda em Cantagalo, no Rio de Janeiro). Depois de tudo assentado no pós abolição e findo o grande medo das classes dominantes, elas aprenderam a lidar com a situação, como mostra Humberto Machado, abordando carta do Barão de Nova Friburgo, que elucida a forma como os grandes latifundiários lidaram com a mão de obra liberta num contexto em que não houveram outras reformas em prol dela. De acordo com o autor, o barão:

Narrou que estabeleceu salários para os libertos para a ‘[...]’ empreitada da colheita do café[...]’ e ‘[...]’ nenhum trabalhador reclamou contra eles[...]. Demonstrou satisfação pelas perspectivas de boas colheitas, empreendidas pelos ex escravos contentes em virtude de terem agora ‘proventos’.

O trabalho assalariado parecia estar funcionando bem nas terras do barão, não só por isso como também pelo esquema implementado de salários proporcionais ao trabalho feito. Segundo o fazendeiro:

Durante a colheita eles ganham na proporção do que colhem [...] e talvez que o malandro ou o mais fraco entenda dever ganhar tanto quanto o melhor. –Note que o que eles recebem é líquido, porque todas as despesas são feitas por mim *como no tempo em que eram escravos*.

Muito bem. O que, de diferentes formas e perspectivas, tanto Humberto Machado, o Barão e o biografado pelo trabalho, José do Patrocínio, salientam da questão é que novas

³³*Idem*, p.141.

formas de dependência surgiram entre libertos e fazendeiros. Para José do Patrocínio (abolicionista engajado não só na emancipação mas também na divisão da grande propriedade territorial no Brasil) isso era fruto da continuação da estrutura fundiária que perpetuava essas hierarquias e formas de dependência pessoal.³⁴

O tema da imigração entrava em pauta, quando era para duvidar da capacidade dos libertos de servirem como força de trabalho livre, para a grande lavoura. Valladares, por exemplo, naquele mesmo discurso, perguntava ao plenário, quando da discussão da lei de 1885 se, invés de aumentar o fundo de emancipação, “não seria mais acertado hoje que, em vez de consignar esses impostos adicionais à emancipação dos escravos, os aplicasse à aquisição de braços, a fomentar a imigração para o país?”³⁵

Celia Maria Marinho de Azevedo aponta que no decorrer da década de 1880 o aproveitamento do nacional livre fora visto no máximo como um auxílio à imigração, sendo que esta proposição teria se tornado hegemônica nos debates. Deve-se notar que a autora analisa o debate paulista, através dos debates sobre o tema na Assembleia da província. Mesmo assim seus achados são significativos das visões das classes dominantes sobre a imigração europeia.

O imigrante europeu nesses debates era pintado como ordeiro e bom trabalhador e como possível exemplo para a moralização dos trabalhadores nacionais livres e libertos. Mais do que isso era posto como um avanço na “civilização” pelo prisma das teorias racistas da época e em contraste com os libertos, que não só seriam de uma raça inferior segundo essas teorias. O ordeiro imigrante europeu nesse mesmo movimento era contrastado com a imagem do negro rebelde, naquele momento de aumento da rebeldia escrava.

É provável que esta inclinação a só favorecer imigrantes reconhecidamente associados à ordem, moralidade e progresso, conforme atestavam as teorias científicas raciais da época, tenha se acirrado ainda mais à medida que os negros radicalizavam sua resistência ao cativeiro. Durante toda a década de 1870 e sobretudo a partir dos anos 80, um movimento massivo e espalhado de fugas, assassinatos, revoltas coletivas nas fazendas e

³⁴ MACHADO, Humberto, 2014, p. 268-269.

³⁵ *Idem, ibidem.*

manifestações violentas nas cidades e vilas sobressaltou os proprietários e, como vimos, seus ecos não poderiam deixar de ressoar na Assembleia de seus representantes.³⁶

A autora mostra, portanto, como os debates sobre a mão de obra também se relacionava com as lutas dentro da sociedade, não sendo apenas especulações sobre o futuro ou rentabilidade. E também como o racismo científico se mostrou uma arma de mistificação das elites em busca de uma pacificação social, numa conjuntura de crise.

Porém, deve-se dizer que essa busca por pacificação e por um trabalhador ordeiro não foi o que esses imigrantistas esperavam. José de Souza Martins afirma que

Embora a suposta mentalidade escravocrata do fazendeiro possa ter oferecido dificuldades no relacionamento com o imigrante, a verdade é que as condições objetivas da substituição do negro pelo branco sofreram de imediato poucas modificações em relação às condições escravistas. Como a escravidão não era mera instituição, mas sim uma relação real fundada em condições históricas definidas, a sua supressão jurídica ou a mera incorporação produtiva do trabalho do homem livre, não eram suficientes para alterar o teor do vínculo entre o fazendeiro e o trabalhador. A mentalidade do fazendeiro tinha, pois, raízes sociais definidas e expressava a forma de capital que estava na base de seu empreendimento.

Isso vale para o Oeste paulista com sua política imigrantista, mas também para o Vale com o uso do nacional livre e do liberto.³⁷

Segundo o autor, com a crise da mão de obra cativa, a imigração no Oeste paulista foi fundamental para a expansão da produção de café nesta região dado que

A extensão e a abundância de terras devolutas, teoricamente desocupadas, virtualmente disponíveis para serem incorporadas pela grande lavoura, tanto antes quanto na vigência da legislação fundiária[isto é: a lei de terras de 1850], não eram fatores suficientes para dar continuidade à expansão do café. Além da abundância de terras era necessária a abundância de mão de obra disposta a aceitar a substituição do escravo.³⁸

³⁶ AZEVEDO, 2004, p. 150-151. Os debates assinalados estão no capítulo “O imigrantismo consolidado”, p.140-152.

³⁷ MARTINS, *op.cit.*, p.61.

³⁸ *Idem*, p.60.

No debate travado em São Paulo, como afirma Azevedo, o nacional era tratado como opção era apenas complementar ao imigrante. Vemos isso também na representação do Club da Lavoura de Campinas, apresentada pelo deputado Afonso Penna, também futuro presidente da República(1906-1909): eles pediam à Câmara o incentivo à imigração, junto de “boa lei de locação de serviços” e aumento do fundo de emancipação. Conjugam-se aí, portanto, três ideias: o imigrante deveria ser uma alternativa para o problema da mão de obra; o escravo libertado deveria ser obrigado a manter-se no mesmo local e atividade de trabalho; e a emancipação deveria continuar sendo gradual e indenizada. Para tanto não deveria haver a reforma então proposta no ano de 1884 (apesar de ser de 1885, a representação ainda repercutia o projeto Dantas do ano anterior):

Pela sua intima ligação com a questão da riqueza pública, e da boa ordem e tranquilidade sociais, dela dependendo a prosperidade ou a perturbação de ambas, não devia ser agitada depois da solução conseguida com a lei 28 de Setembro, de há muito aceita e venerada pelo país inteiro, justamente pelo fato de haver adotado o único meio garantidor da boa ordem social e econômica na solução do problema, estabelecendo a transição gradativa de uma situação para outra, sem o menor abalo e ofensa à propriedade então existente.³⁹

Mostra também o que Joseli Nunes Mendonça apresenta como a visão que os escravocratas tinham da lei do Ventre Livre como “uma espécie de ‘roteiro’”, segundo a qual deveria ser operada a abolição (apesar dos defeitos que viam nela).⁴⁰ Todavia, vemos isso como um exagero. É mais apropriado ver as análises sobre a lei Rio Branco como pontos fundamentais no debate, quer de um lado, quer de outro. Mas essas análises variavam de acordo com a posição e ponto que o debatedor quer reforçar. A Associação Comercial do Rio de Janeiro, por exemplo, acreditava que a lei

não forneceu ainda, até o presente, exemplificação prática da solução que deveria decorrer da progressiva redução dos trabalhadores escravos e nem o movimento de manumissões voluntárias com ser muito intenso[sic]a tem sugerido.⁴¹

Vemos aí que quem escreveu a representação (e muitos dos que a assinaram) acharam mais importante citar a lei por sua ineficiência em fazer a transição dos regimes de trabalho, do que como marco para o encaminhamento “prudente” da emancipação.

³⁹*Idem*, 20 de Abril de 1885, p. 429.

⁴⁰ MENDONÇA, *op.cit.*, 1999, p.85.

⁴¹ *Jornal do Commercio*, 22 de Junho de 1884, p.2.

Os planos senhoriais para seus ex-cativos podem ser vistos não só pela expressão aberta deles, como também em questões laterais como o fundo de emancipação e a batalha renhida por indenizações por eles. Segundo Joseli Nunes Mendonça, para os escravistas conseguirem impor esse seu projeto de futuro, era necessário que a emancipação fosse feita seguindo os princípios do gradualismo e da indenização, de modo que a legalidade e a legitimidade da posse de escravos não fossem questionadas para não comprometer as formas de domínio sobre os libertos no pós-abolição. No discurso escravagista, isto seria educar o liberto para a liberdade (semelhantemente ao sistema de aprendizado adotado no processo de emancipação do Caribe britânico⁴²), ainda mais porque na época havia sérias dúvidas sobre a capacidade dos ex-escravos se adaptarem ao trabalho livre sem outro tipo de coerção, seja por causa de sua experiência na escravidão, seja por causa de sua raça ou ambos.⁴³

Vemos aqui que a lógica da classe senhorial era contraditória: se por um lado pediam apoio e rigor do Estado para poder controlar a força de trabalho, também vemos que estes mesmos senhores não queriam o fim da lógica de poder privado sobre o liberto. Tais ideias não são dicotômicas, na verdade reforçam o mesmo interesse manter o controle sobre a força de trabalho.

A relação contraditória que observamos, desde o começo deste trabalho, entre o que Ilmar Mattos classifica como o *Governo do Estado* e o *Governo da Casa* manifesta-se mais uma vez: a Casa dispende de cada vez menos de força e legitimidade para manter sob controle a força de trabalho, recorria ao Estado para ajudar no controle dos ex-cativos e de nacionais livres, nas áreas de cafeicultura mais antigas.

Uma questão interessante mostra-se neste ponto: se já existia até então uma contradição manifesta entre a escravidão e o liberalismo, a proposta de controle sobre a nova mão de obra livre (mas que ainda deveria ser coagida ao trabalho por formas extra econômicas), mostrava a evolução desta contradição. Bem. Vamos por partes.

⁴²Falamos sobre o sistema de aprendizado aplicado nas colônias britânicas no início deste capítulo.

⁴³ MENDONÇA, *op.cit.*, 2001, p.41.

Alfredo Bosi, discutindo a relação entre a defesa da escravidão e também do liberalismo entre as classes dominantes brasileiras mas também de outros lugares em que o escravismo se expandiu no século XIX, afirma

Descontadas as diferenças culturais, salta à vista do historiador a formação de uma ideologia liberal-escravista comum às três áreas em que a atividade agroexportadora se fez mais intensa a partir dos anos 1830: o Brasil cafeeiro, o Sul [dos Estados Unidos] algodoeiro e as Antilhas canavieiras, especialmente Cuba. Em todas, o braço escravo deu suporte ao *regresso* oligárquico.⁴⁴

As contradições entre as necessidades das oligarquias cafeeiras dominantes e o liberalismo europeu e também a apreensão seletiva deste por parte daquelas continua, com a perspectiva da abolição cada vez mais próxima, a se desdobrar em novos paradoxos. Como afirma Bosi, o direito à propriedade foi usado, durante o século XIX, como legitimação teórica para o tráfico de cativos e também para sua posse no Brasil e nos outros espaços de agroexportação escravista. No contexto da discussão da lei de 1885, este se desdobrou no direito à indenização aos senhores pelos escravos atingidos pela lei. Para o autor,

A doutrina do *laissez-faire* data da segunda metade do século XVIII, com o advento da hegemonia burguesa, que assestou golpe de morte nas corporações de ofícios e nos privilégios estamentais. Mas há também o uso colonial-escravista dos princípios ortodoxos; uso que, em retrospectiva, nos pode parecer abusivo ou cínico, mas que serviu cabalmente à lógica dos traficantes e dos senhores rurais.⁴⁵

Com o fim da instituição cada vez mais próximo, a interpretação seletiva do liberalismo ganha mais um paradoxo. Se os dias de direito à propriedade privada sobre os trabalhadores chegavam ao fim, as classes dominantes se voltavam tanto para o Estado como para outras formas de coação para manter o controle sobre a mão de obra. A perspectiva de emancipação das classes dominantes não era, então, a construção de um mercado de trabalho livre, mas sim de novas formas de controle sobre a força de trabalho.

Reparem que, se isso parece contraditório, na verdade havia umnexo entre as duas lógicas: tanto o direito à propriedade privada como a intervenção estatal e as fórmulas extra econômicas de coação respondiam às necessidades das classes dominantes em

⁴⁴ BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.212.

⁴⁵ *Idem*, p.206.

manter a mão de obra nos setores de agricultura para exportação, diminuindo o risco de “se perderem” na subsistência ou em outros setores da economia.

Voltando a Bosi, este delinea o que chama de “síndrome do liberalismo oligárquico brasileiro”. Que viria da comparação entre os modelos europeus e as condições nacionais de reprodução das classes dominantes e da consequente adaptação do liberalismo para servir melhor às oligarquias. No caso trata da questão do tráfico negreiro: o debate sobre emancipação e trabalho livre não tinha eco social, só que o tráfico era defendido em nome da liberdade de comércio e propriedade, usando o que havia de mais novo na economia política da época.

A “síndrome” se expressaria por três condições: “entrosamento do país em uma rígida divisão internacional de produção; defesa da monocultura; recusa de toda interferência estatal que não se ache voltada para assegurar os lucros da classe exportadora.”⁴⁶

Bem. O entendimento de Bosi sobre utilização e adaptação das ideias europeias no Brasil escravista do século XIX faz sentido e nos ajuda a entender o processo de modernização brasileiro no plano das ideias, mas tendo como infraestrutura uma formação social diferente daquela da Europa, porém já com uma grande penetração de capital e inserido em uma divisão internacional do trabalho já plenamente hegemônica pelo capitalismo.

Mas as raízes de algumas contradições do modelo e da configuração das lutas políticas, já estavam na formação do Estado imperial brasileiro, que contrastava com a formação dos Estados europeus. De acordo com Wilma Peres:

Se mantivermos essa reflexão como referência, o processo de construção do Estado Nacional no Brasil revela toda a sua peculiaridade. Monárquico embora, e mais do que monárquico, imperial, o Estado que aqui se formou a partir das lutas pela Independência, desenvolveu seus impulsos extrativos por sobre uma ordem privada distinta daquela que formou a base do Estado Moderno na Europa – o declínio das relações feudais e a emergência de uma economia de produtores independentes. Aqui, a formação do Estado se fez mantendo e reiterando a escravidão, forma específica de privatismo, na qual a conservação de uma esfera privada de exercício da violência é pressuposto e condição de sua existência e manutenção.

⁴⁶*Idem*, p.208.

De tal forma que o poder privado dos senhores e a construção do Estado se aprofundaram concomitantemente, não sem conflitos entre um e outro. Essas formações se influenciavam mutuamente, de tal forma que

se, na experiência europeia, o desarmamento da aristocracia senhorial e o desarmamento do Estado é uma estratégia para preservar uma dominação que a primeira não mais podia exercer diretamente, no Brasil, onde se intenta a construção do Estado preservando a escravidão, o senhorio precisa manter a coerção sob seu controle como condição mesma da preservação das relações escravistas.⁴⁷

Logo, as relações contraditórias entre Estado e poder privado não estavam apenas em discurso, como também na forma como se davam as lutas políticas. Se isso era verdade no decorrer do século XIX, com a crise social e política advinda do fim da escravatura e todas as suas repercussões adquire um caráter ainda mais complexo.

3.2) *Um epílogo?*

No discurso que, em suas palavras, confessa-se “vencido”, ao 13 de Maio de 1888, Paulino de Souza, opositor ferrenho de todas as medidas emancipacionistas desde 1871, mostra um balanço e porque procedeu desta forma durante os debates sobre o fim da escravatura. Ele junto ao Barão de Cotegipe no Senado e à Andrade Figueira na Câmara, lideraram a reação contra a lei de abolição, de acordo com Robert Conrad.

Como ele deixa claro, era representante da grande lavoura exportadora do Vale fluminense e tinha em consideração seus interesses quando advogava pela manutenção da escravatura.

Representante da província do Rio de Janeiro, ligado por muitos laços com outros produtores da região que me referi [o Vale do Paraíba] tinha, Sr. Presidente, o dever imprescritível de colocar-me na resistência em defesa de tamanhos e tão legítimos interesses que, seja dito por demais, entendem tanto como a fortuna particular como com a ordem econômica e financeira do Estado.⁴⁸

⁴⁷ COSTA, Wilma Peres. "A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850)". In: Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa, (orgs). História Econômica da Independência e do Império. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 1996, p. 153-154.

⁴⁸ O discurso na íntegra que nos referimos aqui está em *Anais do Senado*, 13 de Maio de 1888, p. 38-44.

Mais do que os interesses a que era ligado, Paulino mostra o procedimento, o qual Ilmar Mattos se refere, de identificar os interesses da fração de classe dominante, os Saquaremas⁴⁹, como interesses gerais da sociedade, no caso especificamente a ordem econômica do Estado e a dependência dele das divisas geradas pela cafeicultura de exportação do Vale.

O trabalho cativo seria para ele a base dessa fortuna particular/pública, por ser o único disponível:

Era ele, então, Sr. Presidente, o único, como ainda é hoje, ou quase único, trabalho que existe na maioria das províncias do Império, e também nessa zona extensíssima e rica das margens do Paraíba[do Sul] e dos vales fertilíssimos dos seus inúmeros tributários; região que se pode dizer tem sido nesses últimos 50 anos a oficina da riqueza nacional, de onde partiram os recursos com que se encheram as arcas do Tesouro para se converterem em todos esses melhoramentos com que prosseguiu o atual reinado, até o ponto em que a vemos hoje a civilização no Brasil.

O procedimento de generalização da realidade fluminense continua. Afirmamos isso por que a essa altura dos eventos, a escravidão já não era tão forte no resto do país como no Rio de Janeiro, que detinha um quinto dos escravos, sendo a província com segunda maior população cativa, atrás apenas de Minas Gerais. Como dissemos acima a atitude mais renhida em defesa da escravidão e da abolição, se devia ao empobrecimento relativo dos proprietários do Vale. Segundo Robert Conrad:

O valor nominal dos escravos [da província do Rio de Janeiro], na realidade, excedia o valor das terras e, assim, a abolição ameaçava os fazendeiros, particularmente os do Vale do Paraíba, da ruína financeira. Em defesa de suas atitudes pró-escravatura, os fazendeiros do Rio de Janeiro afirmavam, portanto, que seus escravos pertenciam mais ao bancos da capital do que a si próprios.⁵⁰

De tal forma que a manutenção do controle sobre os cativos e/ou a indenização pecuniária a ser ganha sobre eles era de suma importância para a manutenção não só de seu poder econômico como também de seu poder político dentro das estruturas de poder da monarquia.

⁴⁹ MATTOS, *op.cit.*, p.170.

⁵⁰ CONRAD, *op.cit.*, p. 324.

Paulino também acreditava que a abolição podia ser um primeiro passo para um processo de perda de privilégios ainda maior. Assim como Cotegipe⁵¹, achava que os grupos interessados no fim da escravidão voltariam suas miras para a grande propriedade rural. Como deixa claro quando fala da imprensa abolicionista:

Essa imprensa é e deve ser adversa da grande propriedade territorial, sem dúvida importantíssimo elemento conservador, em todas as sociedades regulares, e ponto de apoio da resistência às pretensões exageradas de democracia.

A grande propriedade agrícola em nosso país, que é por sua constituição um espécie de feudalismo patriarcal, tem oposto até hoje, por sua índole, hábitos e interesses, embaraço poderosíssimo aos fins do partido ultra-democrático.

O debate de Paulino aí é visivelmente contra setores do abolicionismo que postulavam não apenas pelo fim da escravidão, mas contra o privilégio dos donos de terra do país. Nisso Paulino estava pegando a parte pelo todo, pois nem todos os defensores da abolição defendiam reformas mais amplas na sociedade e o fim de outros privilégios das classes dominantes.

Mas em todo caso, como próprio Paulino falou em “partido ultra-democrático”, cabe lembrar de André Rebouças e seu projeto de Democracia Rural Brasileira, abordado por Andréa Santos Pessanha. A autora sublinha que os pilares do projeto de reforma da sociedade brasileira propagandeado pelo abolicionista eram o fim da escravatura e a divisão dos latifúndios. Essas medidas fariam o Brasil evoluir no sentido das grandes nações europeias, que eram para ele o exemplo a ser seguido. Porém, elas não poderiam ser feitas isoladamente, pois não teriam esse efeito desejado, elas eram bases complementares de um projeto de reforma maior, em que tinha destacada importância a valorização social do trabalho.

O fim do cativo, para além dos fatores altruístas, impulsionaria o desenvolvimento agrícola na medida em que a produção realizada de forma extensiva, muita terra e muito braço, fosse substituída pela intensiva, pouca terra aliada a um maior investimento técnico, que resultaria numa redução da mão de obra necessária.

Por seu turno a fragmentação dos latifúndios, com consequente constituição de pequenas propriedades, estimularia o desenvolvimento econômico através da valorização

⁵¹ Nos referimos ao discurso de Cotegipe que está nos *Anais do Senado*, 13 de Maio de 1888, p. 32-37 e que foi analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

do trabalho. [...] O trabalhador seria dono da terra em que cultivava, atuando assim com mais “dedicação” e “amor.”

Essas ideias não eram defendidas apenas por ele e outros abolicionistas isoladamente, mas encontravam eco social e, de acordo com Pessanha, “estavam em sintonia com discursos sobre as reformas sociais do final do século XIX brasileiro.” Isso é o que era, talvez, mais assustador para o Senador e que o motivou a levar a tribuna no dia da abolição como, se não uma ameaça, uma advertência, lembrando que vimos acima Cotegipe trazer o mesmo assunto para a mesma tribuna no mesmo dia, 13 de maio.

A autora vê em Rebouças uma outra sintonia: com a vontade dos cativos de serem “camponeses independentes.”⁵² Isto, apesar de defender abolição sem rupturas sociais e sem a participação ativa dos maiores interessados (assim como Joaquim Nabuco). Chegou mesmo a fazer uma diferenciação entre os abolicionistas que agiam desta forma e aqueles que se articulavam com as senzalas, que segundo Rebouças, “mancharam-se como papapeculios.”⁵³ No caso esta era uma referência a José do Patrocínio, outro que defendia reformas mais amplas na sociedade do que o somente o fim do cativo, como também vimos acima.⁵⁴

Mas voltando ao “derrotado” Paulino e sua confissão, ela mostra uma análise política que não destoa muito de análises de Nabuco acerca do papel dos dois partidos no processo da abolição. Vejamos o primeiro.

Paulino afirma que tendo o Partido Conservador (dele, da maioria da Câmara e do Presidente do Conselho de Ministros, João Alfredo) defendido a escravidão ao sustentar todos os atos do gabinete Cotegipe e, naquele momento, cedendo à abolição sem indenizações, esvaziava politicamente o sistema partidário, tomando para si uma reforma que caberia ao Partido Liberal realizar.

⁵² PESSANHA, Andréa Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo, RJ: Uniabeu, 2005, p. 102-103.

⁵³ *Idem*, p. 68.

⁵⁴ Sobre as acusações de Patrocínio roubar pecúlio que cativos confiavam a ele para sua libertação ver MACHADO, Humberto, 1991, *op.cit.*, p.31.

Tal esvaziamento enfraqueceria os partidos do sistema que, para ele, deveriam ser “fortes, regulares e sinceros, com suas bandeiras bem definidas, dirigidos pelos seus chefes”. Estes seriam fundamentais para amparar politicamente a monarquia, por ser esta constitucionalmente “irresponsável” (isto é: não poderia ser responsabilizada legalmente por seus atos).

Que resguardo podem oferecer ao soberano irresponsável homens que pensaram antes de um modo e procedem hoje de outro, que politicamente não tem corpo para a responsabilidade que cabe aos ministros nessa forma de governo?⁵⁵

Essa descrição toda remonta a argumentação de que a abolição estava se dando por pressão de fora do sistema político tradicional e o modificando a ponto de também ameaçar seu símbolo máximo de poder. De certa forma Nabuco antevia isso quando diz que “O Brasil tem caminhado bastante para o Partido Conservador tornar-se, pelo menos em sua fronteira liberal, tão inimigo da escravidão como é o Partido Conservador da Inglaterra ou da França.”⁵⁶

Parece otimismo demais... Porém, isso foi dito em 1886 e foi posto logo após dizer o melhor para o movimento abolicionista era que “o Partido Conservador tinha no seu seio, sobretudo, os representantes de províncias onde o abolicionismo tem feito maiores conquistas.”⁵⁷

Existe nos dois, portanto, um reconhecimento de que as lutas fora do parlamento adquiriam cada vez maior importância. E, também, de que a questão da escravidão com todos seus desdobramentos estava sendo capaz de desorganizar os partidos instituídos. Obviamente, os juízos sobre se isso era positivo não eram iguais nos dois.

Tratamos dessa questão porque o reconhecimento da lutas fora do parlamento aparece em tons trágicos na fala de Paulino, quando compara aquela conjuntura brasileira com a da França e os processos de abolição feitos nos dois. Segundo ele, nem os “incendiários” franceses, que ascendem ao poder em fevereiro de 1848, negaram o princípio da indenização na abolição da escravatura, “e que em plena tranquilidade e em

⁵⁵*Anais do Senado*, 13 de Maio de 1888, p.40.

⁵⁶ NABUCO, Joaquim. “O eclipse do abolicionismo” In. *Que é o abolicionismo?* São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011, p. 113.

⁵⁷*Idem, ibidem*.

uma época regular” iria ser feito no Brasil, “com a cumplicidade de homens políticos que se dizem conservadores”.⁵⁸

É digno de nota que essa “tranquilidade” apontada por Paulino destoava do discurso que o também “vencido” Cotegipe fizera na mesma tribuna no mesmo dia, em que dizia que a abolição estava sendo consumada de forma revolucionária e que o próximo passo do movimento de reformas era atacar a propriedade da terra, minando desta forma a monarquia.⁵⁹

Enfim, esse balanço político do processo, ao nosso ver, traça as linhas gerais das lutas que estes representantes da grande lavoura fluminense iriam travar: indenização e contra pretensões de setores abolicionista por outras reformas sociais. Não só isso, mas também, como vimos acima, se a questão da mão de obra era causa principal, por que dela e das terras dependia seu poder econômico e sua manutenção enquanto classe dominante.

⁵⁸*Anais do Senado*, 13 de Maio de 1888, p.40.

⁵⁹*Idem*, p.37.

Conclusão

Como pôde ser visto, este trabalho uma gota no grande oceano que é a historiografia sobre a escravidão brasileira. O que não significa que o tema esteja exaurido. Muito pelo contrário.

Pela grande influência na formação de nossa sociedade, acreditamos ser de fundamental importância que não só a história mas como todos os campos de estudo, continuem pensando, pesquisando, interpretando e reinterpretando a escravidão.

Isso porque o entendimento desse terrível passado ajuda a iluminar e a traçar caminhos para acabar com nossas mazelas de hoje: o racismo, a discriminação racial e o corte racial que existe no já grave problema da desigualdade social. De fato, a abolição transcorreu sem grandes abalos nas hierarquias sociais. E os ex-cativos passaram a ser marginalizados, apesar de legalmente livres, situação que se desdobra até hoje tanto na situação social dos negros em nossa sociedade como também no racismo que ainda persiste no Brasil.

Em nossa humilde opinião (apesar do plural acadêmico...), este trabalho contribui nesse intuito, pois ao entender o pensamento escravista (mais especificamente dos setores mais próximos a oligarquia fluminense), podemos vislumbrar como ele se desenvolve e se mantém em parte no racismo que ainda acomete nossa sociedade. Ao abordarmos esse pensamento, acreditamos ter pego seus elos com a conjuntura (a questão do Estado, o abolicionismo, o crescimento da rebeldia escrava e a transição para o trabalho), em sua ligação com a arraigada tradição escravista do ideário brasileiro, tanto em suas formas de pensar o cativo como também de pensar o lugar de seu domínio privado e sua relação com a sociedade ao redor e as mudanças pelas esta passava.

Acreditamos, que tanto em suas formulações quanto em suas ações as classes dominantes não atuaram isoladamente, mas como precaução/reação às lutas sociais que ocorriam. Em diversas partes de nosso estudo vimos como suas ideias, planos e obras tinham como limite e eram muitas vezes reflexo das novas formas de luta política dos setores livres (como o movimento abolicionista, por exemplo) e também das mudanças quantitativas e qualitativas da rebeldia escrava, tendo como perspectiva a manutenção de seus interesses e de suas posição social. Esses fatores enformavam a atuação das classes dominantes e, para nós, portanto, a abolição não pode ser visto apenas como um pacto dentre ela própria.

Junto a isso, a participação do Estado imperial no processo de emancipação foi uma constante contraditória que se deu nos limites em que a reprodução das hierarquias sociais permitiram. Se por um lado a cúpula da monarquia entendeu, em certos momentos, ser necessário avançar com reformas, observando os possíveis problemas para as classes dominantes com a continuação da escravidão (o aumento e radicalização do movimento abolicionista e da rebeldia escrava, por exemplo) e por outro representantes desta (mais especificamente da fração dominante nessa classe, os cafeicultores do Vale do Paraíba, mais comprometidos com a escravatura) não aceitavam tais reformas, por estarem mais preocupados com os problemas mais imediatos oriundos do fim da escravatura, isso tudo não significava que o caráter de classe do Estado mudara. Significava uma diferença em modos de encaminhar o mesmo objetivo, fundamentalmente: manter e reproduzir as hierarquias sociais.¹ Essa diferença cria um problema político, que vai se acumular até a proclamação da república por fim àquela forma de Estado.

Concluindo, acreditamos que em nosso trabalho ao olhar o discurso escravista podemos ver, com a análise da rica historiografia sobre a questão, como ele, mesmo inadvertidamente, mostrava como os setores dominados, apesar de uma luta que não pode ser chamada de antissistêmica ou revolucionária, conseguiram dar limites a essa dominação.

¹ Como vimos anteriormente esta conclusão se baseia, entre outros, nos estudos de Ricardo Salles. SALLES, *op.cit.*

Fontes e bibliografia

1-Fontes impressas:

Anais do Senado, de 1884 a 1889.

Anais da Câmara dos Deputados, de 1884 a 1889.

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social* (1866/1867). Petrópolis: Vozes/INL, 1972.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo* (1883). Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 1996.

RODRIGUES, Antônio Coelho. *Manual do súdito fiel, ou, cartas de um lavrador a sua Magestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1884.

2-Jornais:

O Apóstolo, de 1884 a 1889.

Brazil, de 1884 a 1885.

Diário de Notícias, de 1885 a 1889.

Diário do Brazil, de 1884 a 1885.

Gazeta de Notícias, de 1884 a 1889.

Jornal do Commercio, de 1884 a 1889.

Novidades, de 1887 a 1888.

O Paiz, de 1885 a 1888.

3-Bibliografia:

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- império*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma perspectiva comparada*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BALABAN, Marcelo. *O poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos (1807-1869)*. São Paulo: Editora Expressão e Cultura, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”, in. LAPA, José Roberto do Amaral, *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem— A elite política imperial/Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A prática Abolicionista em São Paulo: os Caifazes (1882/1888)*. Dissertação de Mestrado, mimeo. São Paulo: USP, 1976.

GENOVESE, Eugene D. *The world the slaveholders made: two essays in interpretation*. Nova Iorque: Vintage, 1971.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”, in. LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

- _____. *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- GRAHAM, Richard. *A Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia”. In CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira— Declínio e queda do império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. *História geral da civilização brasileira— Do império à república*. São Paulo: Diefel, 1983.
- MACHADO, Humberto Fernandes. “A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 171, n.448, 2010. Rio de Janeiro: O Instituto, 1839-.
- _____. “Encontros e desencontros em José do Patrocínio: a luta contra a indenização aos ‘Republicanos de 14 de maio’”, in RIBEIRO, Gladys Sabino; FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. (Org.). *Linguagens e Práticas da Cidadania no Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.
- _____. “José do Patrocínio: paternalismo na campanha abolicionista”, in *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol.116. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999.
- _____. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2014,
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2011.

- MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- _____. *Entre a mão e os anéis: a lei de 1885 e os caminhos da liberdade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora da UnB.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NASCIMENTO, Carla Silva do. *O barão de Cotegipe e a crise do Império*. Dissertação Mestrado em História das Instituições: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2012.
- OLIVEIRA TORRES, João Camillo de. *A democracia coroada: teoria política do império*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo da. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- SCHWARCZ, Lila Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*. Nova Iorque: Academic Press, 1974.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

